

**MARIANA TORELLY RODRIGUES BONVICINO**

**Ativismo digital feminista:  
A Internet como ferramenta na luta  
pela proteção dos direitos das mulheres**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Dra. Eva Alterman Blay

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE DIREITO**

**São Paulo - SP**

**2018**

**MARIANA TORELLY RODRIGUES BONVICINO**

**Ativismo digital feminista:  
A Internet como ferramenta na luta  
pela proteção dos direitos das mulheres**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direitos Humanos, sob a orientação da Professora Dra. Eva Alterman Blay.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE DIREITO**

**São Paulo - SP**

**2018**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Bonvicino, Mariana Torelly Rodrigues

Ativismo digital feminista: A Internet como ferramenta na luta pela proteção dos direitos das mulheres / Mariana Torelly Rodrigues Bonvicino; orientadora Eva Alterman Blay -- São Paulo, 2018.

105 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Ativismo digital. 2. Feminismo. 3. Direitos das mulheres. I. Bonvicino, Mariana Torelly Rodrigues. II. Título: Ativismo digital feminista: A Internet como ferramenta na luta pela proteção dos direitos das mulheres

Nome: Mariana Torelly Rodrigues Bonvicino  
Título: Ativismo digital feminista: A Internet como ferramenta na luta pela proteção dos direitos das mulheres

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Direito

Aprovada em:

Banca Examinadora

**Prof(a). Dr(a).** \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

**Prof(a). Dr(a).** \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

**Prof(a). Dr(a).** \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho às fortes e admiráveis mulheres da minha vida e agradeço em especial:

À minha amada avó, Maria da Glória Torelly, por me inspirar com a sua história de vida e por ser o maior exemplo de matriarca forte que une a todos;

À minha mãe, Eloysa Torelly, por ser a minha primeira referência de mulher forte e independente. Obrigada por me ensinar o gosto pela descoberta do desconhecido e a insaciável sede de aprendizado;

Às minhas amigas-irmãs, Ravena Seida e Clarisse Falcão, pela presença constante – apesar da distância física – e pela eterna parceria. Sou grata por terem se dedicado à leitura dessa dissertação e oferecido suas opiniões;

Às amigas Laís Leiros e Renata Mendes, pelas sugestões e ajuda prestadas para conclusão desse trabalho;

À minha querida revisora, Livia Prado, pelas palavras de incentivo e pelas madrugadas dedicadas à leitura e revisão do texto;

À querida Fabiola Fanti, por toda a disponibilidade, apoio e sugestões ao longo desse árduo caminho;

À minha estimada chefe, Dra. Paula Velloso, por ser um exemplo de autoridade que exerce seu cargo com profissionalismo, leveza e doçura.

*“todas nós seguimos em frente quando  
percebemos como são fortes  
e admiráveis as mulheres  
à nossa volta”*

*rupi kaur*

Mariana Torelly Rodrigues Bonvicino. Ativismo digital feminista: A Internet como ferramenta na luta pela proteção dos direitos das mulheres. 2018. 105 p. Mestrado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

## **RESUMO**

Esta dissertação tem por intuito estudar o ativismo digital feminista no contexto brasileiro, por meio de dados colhidos das páginas do Facebook “Think Olga” e “Não Me Kahlo”, que se propõem à discussão de questões atinentes à igualdade de gênero e aos direitos das mulheres. Para tanto, serão abordadas questões referentes ao conceito de gênero e à identidade entre as mulheres para compreender o desenvolvimento do movimento feminista; o advento das novas tecnologias de informação e comunicação e seu impacto no modo de atuação dos movimentos sociais; as possibilidades do ciberespaço na luta por direitos e o conceito de ativismo digital. Ao final, pretende-se analisar como os direitos das mulheres são abordados e discutidos por meio do ativismo digital feminista e de que forma esse tipo de atuação vem contribuindo para a divulgação da pauta do movimento na sociedade.

**Palavras-chave:** Ativismo digital. Feminismo. Direitos das mulheres.

Mariana Torelly Rodrigues Bonvicino. Feminist digital activism: The Internet as a tool in the fight for women's rights' protection. 2018. 105 p. Master - Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

### **ABSTRACT**

The present Master's thesis seeks to study the feminist digital activism in Brazil, based on data collected from Facebook pages "Think Olga" and "Não Me Kahlo", whose main purpose is to debate gender equality and women's rights. In order to achieve that goal, some subjects will be addressed, such as the concept of gender and women's identity for better comprehension of the feminist movement's development; the advent of new information and communication technologies and their impact on social movements' performances; the possibilities provided by cyberspace in regard to the fight for rights and the concept of digital activism. At last, this work aims to perceive how women's rights are addressed and discussed through feminist digital activism, and in what way this kind of action contributes to public awareness in regard to this issue.

**Keywords:** Digital activism. Feminism. Women's rights.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 OS FEMINISMOS NA CONTEMPORANEIDADE.....</b>	<b>13</b>
2.1 Considerações gerais sobre as relações de gênero e a identidade das mulheres.....	13
2.2 Principais demandas dos feminismos contemporâneos.....	18
2.3 A perspectiva interseccional.....	24
<b>3 A SOCIEDADE EM REDE E AS NOVAS MÍDIAS DIGITAIS.....</b>	<b>31</b>
3.1 Os movimentos sociais no contexto da sociedade em rede.....	31
3.2 A comunicação e as possibilidades do ciberespaço.....	35
3.3 O poder dos cidadãos na ciberdemocracia.....	41
<b>4 O ATIVISMO DIGITAL.....</b>	<b>47</b>
4.1 As origens do ativismo digital.....	47
4.2 Os diferentes tipos de ações on-line e a atuação dos movimentos sociais.....	53
4.3 O universo das redes sociais digitais.....	56
<b>5 O MOVIMENTO FEMINISTA NA ERA DIGITAL.....</b>	<b>61</b>
5.1 Ciberfeminismo.....	61
5.2 O ativismo digital e a primavera feminista.....	66
5.3 Objeto de estudo: As páginas “Think Olga” e “Não Me Kahlo”.....	68
5.3.1 Revisão de literatura.....	69
5.3.2 Metodologia.....	72
5.3.3 Think Olga.....	74
5.3.4 Não Me Kahlo.....	77
5.3.5 Apresentação e análise dos dados.....	79
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>93</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>102</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No século XX, o surgimento da Internet apresenta-se como um dos principais marcos das sociedades contemporâneas, causando grande impacto nas relações sociais, na política e na economia. A partir da década de 1990, observa-se a consolidação e a popularização da rede mundial de computadores no Brasil, que passa a ser utilizada não só por instituições e empresas, mas também por indivíduos.

Nesse contexto, o ativismo digital desponta como um novo modo de expressão individual e de atuação dos movimentos sociais, caracterizando-se pela utilização da Internet como ferramenta para reivindicação de direitos, denúncia de violações e divulgação das pautas por eles defendidas.

Assim como os diversos movimentos sociais atuantes no país, o movimento feminista apoderou-se desse instrumento e passou a utilizar a plataforma oferecida pelo meio digital para intensificar sua luta e dar voz às suas participantes.

Diante desse cenário, no ano de 2015 o movimento feminista destacou-se no Brasil devido às diversas iniciativas feministas que ocuparam o mundo virtual, por meio de campanhas, relatos, denúncias e notícias. A repercussão dessa mobilização fez com que fosse atribuída a alcunha “primavera das mulheres” ou “primavera feminista” a esse momento de intensas críticas, exigências e objeções em prol dos direitos das mulheres.

A onda de manifestações feministas na Internet evidenciou diversas questões reivindicadas na luta pela igualdade de gênero e invariavelmente ignoradas ou menosprezadas pela sociedade contemporânea brasileira, ainda pautada por valores machistas.

É inegável a ocorrência de progressos quanto ao reconhecimento e respeito a certos direitos, como a igualdade perante a lei na relação conjugal e o sufrágio feminino. Entretanto, a persistente existência de relações sociais de gênero desiguais no Brasil gera situações cotidianas de violação de direitos das mulheres. Citam-se, a título de exemplo, a violência doméstica, o assédio nas ruas, a desigualdade salarial e a objetificação do corpo feminino.

Uma das formas de denúncia dessas violações decorre da atuação do movimento feminista na Internet. Blogs, sites e páginas no Facebook conferem

visibilidade à insatisfação das mulheres e tentam modificar o paradigma social e cultural vigente, de modo a combater violações e promover a proteção de seus direitos. Assim, percebe-se a efervescente reação de parcelas da sociedade que buscam a elaboração de novos modelos de representação das relações sociais de gênero e a construção de uma estrutura de respeito às mulheres.

O presente trabalho visa a estudar a contribuição do ativismo digital feminista para a proteção e promoção dos direitos das mulheres no contexto brasileiro. O estudo a ser realizado apoia-se na crescente reivindicação de direitos, por parte das mulheres, em busca da erradicação de ideais machistas reproduzidos na educação e nos hábitos sociais e culturais.

A fim de compreender tal contexto, o primeiro capítulo desta pesquisa dirige-se ao estudo das relações de gênero e do desenvolvimento da luta feminista contemporânea no Brasil. Ressalta-se, nesse capítulo, o papel central da interseccionalidade para a garantia do respeito à diversidade, valor fundamental das sociedades democráticas.

Será realizada, para tanto, uma análise do conceito de gênero e das discussões abrangidas por tal temática, como a relação entre sexo e gênero; a noção de masculinidade; as diferentes características atribuídas às mulheres e aos homens em razão do gênero e a questão da identidade entre as mulheres, que enseja a formação de um movimento de luta por seus direitos.

Propõe-se, outrossim, uma análise das principais demandas e desafios do feminismo contemporâneo, por meio da compreensão do contexto político brasileiro e internacional e da indicação das reivindicações mais reiteradas pelas feministas nesse cenário. Destacam-se, ao final, as demandas especificamente trazidas pela influência da interseccionalidade no movimento.

Partindo da premissa de que a Internet pode revelar-se um poderoso instrumento, capaz de impulsionar a atuação do movimento feminista na contemporaneidade, o segundo capítulo deste trabalho dirige-se à análise da sociedade em rede, do surgimento das novas mídias digitais e do exercício da cidadania na era digital.

O cerne do segundo capítulo, portanto, perpassa pelo estudo da sociedade atual, caracterizada pela miríade de conexões formadas entre seus integrantes,

mediante a formação e a articulação de redes de contato possibilitadas pela globalização e pelo avanço tecnológico. Observa-se, assim, o aparecimento de uma nova forma de manifestação social, caracterizada pela intensa utilização das novas mídias digitais, como a Internet e os aparelhos digitais móveis.

Com o desenvolvimento das novas mídias e o advento da Internet, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade civil, culminando no surgimento de novas formas de manifestação individual e coletiva no âmbito digital. Assim, insatisfações podem ser expressas, denúncias podem ser compartilhadas e reivindicações podem ser publicadas por meio da apropriação da rede virtual como ferramenta de luta.

A Internet comporta grande potencial de diversidade na divulgação de informações, pois permite a participação de indivíduos e grupos que não costumam ser representados pela mídia e pelas arenas políticas tradicionais. Desse modo, temas que não são usualmente debatidos podem florescer em uma plataforma de alcance mundial, conferindo caráter democrático à comunicação virtual.

O terceiro capítulo passa, por sua vez, ao estudo da relação entre as redes sociais digitais e a democracia. O exercício da cidadania encontra no âmbito digital uma nova plataforma para se desenvolver, seja por meio da participação em campanhas eleitorais, da fiscalização das medidas empreendidas pela gestão pública ou da reivindicação de políticas públicas.

Essas novas formas de interferência dos cidadãos na política contribuem para a consolidação do processo democrático mediante a participação ativa, a conscientização e o envolvimento político, destacando-se o papel da comunicação e da livre troca de informações potencializadas pelas novas tecnologias.

Constatada a premência de mudanças sociais, culturais e políticas no que se refere à representação e à identidade da mulher, bem como ao tratamento a ela dispensado em razão do gênero, impõe-se a necessidade de um estudo sobre como a Internet, no contexto democrático, pode ser utilizada para atingir tal finalidade.

Para tanto, pretende-se analisar o surgimento do ativismo digital como uma modalidade de atuação em prol de avanços sociais e políticos, consolidando os valores democráticos mediante a participação e a interação da população de forma inédita.

Desse modo, faz-se referência à atuação, nesse cenário tecnológico, dos movimentos sociais, que vêm adotando cada vez mais a Internet como um novo campo de batalha, culminando no exame do aparecimento e desenvolvimento das redes sociais digitais. Tais redes são entendidas como conexões formadas pela Internet entre diversos indivíduos, alterando o modo como se reproduzem as relações sociais.

Vencido o estudo acerca do feminismo, do uso das novas tecnologias de informação e comunicação e do seu impacto na sociedade, na política e no exercício da cidadania, o último capítulo converge para a união de todos esses elementos, visando à análise do ativismo digital feminista.

Assim, a partir dessas percepções iniciais, no quarto e último capítulo busca-se investigar o desenvolvimento e o modo de atuação do ativismo digital feminista. Esse estudo será realizado por meio de páginas nacionais criadas a partir da rede social Facebook, com propostas voltadas para a discussão da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres.

As páginas a serem analisadas são “Não Me Kahlo” e “Think Olga”, selecionadas de acordo com os seguintes critérios: a identificação como parte do movimento feminista; o potencial de alcance nas redes; a atuação dentro e fora da Internet e a repercussão na sociedade por meio da mídia tradicional. Os dados que serão examinados dizem respeito, sobretudo, ao conteúdo e forma das publicações, no período de 15 de outubro a 15 de novembro de 2015, correspondente ao auge da chamada “primavera feminista” naquele ano.

A partir disso, o intuito da pesquisa será compreender a adoção da Internet como uma nova plataforma para a divulgação das demandas inerentes ao movimento feminista e inclusão de suas pautas nas discussões cotidianas, colocando em destaque as questões relativas à igualdade de gênero e à proteção dos direitos das mulheres.

## 2 OS FEMINISMOS NA CONTEMPORANEIDADE

A presente pesquisa fundamenta-se no desenvolvimento do movimento feminista e na luta pela igualdade de gênero, razão pela qual este será o primeiro tema abordado neste trabalho.

Inicialmente, são tecidas algumas considerações sobre questões inerentes às relações sociais de gênero, como a relação entre sexo e gênero, a noção de masculinidade, as diferentes características atribuídas às mulheres e aos homens em razão do gênero e a questão da identidade entre as mulheres.

A partir da noção de identidade, indaga-se sobre a representação das mulheres no seio do movimento feminista, ressaltando-se a necessidade de ampliação do feminismo com fins de inclusão e respeito às diferenças.

Em seguida, após breve análise do desenvolvimento dos feminismos nas últimas décadas, são apontadas as principais reivindicações feministas no contexto atual, considerando-se a gradual expansão da conscientização da mulher sobre sua posição como cidadã e sujeito de direitos, com enfoque nas questões inerentes à interseccionalidade.

### 2.1 Considerações gerais sobre as relações de gênero e a identidade das mulheres

O propósito maior do movimento feminista e o elo que une as mulheres nessa rede de mobilização social é o fim da desigualdade de gênero<sup>1</sup>. Portanto, o conceito de gênero é a base para a compreensão da discriminação de gênero e, conseqüentemente, da luta feminista. Todavia, esse termo tem sido objeto de inúmeras discussões desde que passou a ser utilizado.

Segundo Joan Scott, por muito tempo o estudo do gênero foi associado ao estudo das mulheres, apresentando-se como uma forma legítima de análise no meio acadêmico devido à aparente neutralidade do termo<sup>2</sup>. Mais recentemente, as feministas passaram a adotar a palavra gênero no sentido de “organização social da

---

<sup>1</sup> ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 9.

<sup>2</sup> SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995. p. 75.

relação entre os sexos”<sup>3</sup>, de modo a compreender a influência da diferenciação entre os sexos na dinâmica da sociedade.

A definição de Scott tornou-se célebre por possibilitar dois vieses à análise do termo “gênero”: este pode ser compreendido como parte que constitui as relações sociais de acordo com a percepção das diferenças entre os sexos e também como uma forma de expressão das relações de poder<sup>4</sup>.

Donna Haraway, por sua vez, afirma que o termo “gênero” configura uma forma de questionamento da “naturalização da diferença sexual”<sup>5</sup>, ou seja, por meio de sua adoção, busca-se contestar o sistema histórico que impôs a divisão de determinados papéis e atividades entre homens e mulheres. Assim, inicia-se a desconstrução da ideia de que diferenças sexuais, supostamente decorrentes da natureza, pautariam as relações hierárquicas e antagônicas entre os sexos masculino e feminino.

Cumprir observar, neste ponto, que tradicionalmente é feita uma distinção entre sexo e gênero, segundo a qual o sexo decorreria da biologia, enquanto o gênero seria fruto da construção cultural associada ao sexo. Contudo, essa compreensão é atualmente rechaçada por diversos estudiosos, por entenderem que ambos os conceitos foram histórica e culturalmente formados, misturando-se de tal forma que não seria possível fazer uma distinção entre eles.

Nesse sentido, Thomas Lacqueur questiona a relação natureza/cultura utilizada para representar o binarismo sexo/gênero. Segundo ele, não seria possível dissociar natureza de cultura, uma vez que aquilo que é interpretado como diferença entre os sexos é igualmente influenciado pela cultura<sup>6</sup>.

A noção de que tanto o sexo quanto o gênero originam-se de construções sociais tende a prevalecer hodiernamente. Busca-se, dessa maneira, desconstruir ideias preestabelecidas de que a biologia teria grande influência no comportamento humano e contestar a concepção de que homens e mulheres possuiriam diferenças intrínsecas que justificam a divisão de tarefas e de atribuições na sociedade.

---

<sup>3</sup> SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995. p. 72.

<sup>4</sup> Ibid., p. 92.

<sup>5</sup> HARAWAY, Donna. **Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. Cadernos Pagu, nº 22, 2004. pp. 201-246. p. 211.

<sup>6</sup> LACQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos Gregos a Freud**. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 30.

Nessa perspectiva, Judith Butler reitera a ideia de que a divisão binária de dois sexos e dois gêneros seria algo construído, e não próprio da natureza. De acordo com o pensamento da autora, essa divisão decorreria de uma formação específica de poder, cujas instituições definidoras são o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória<sup>7</sup>.

Essa estrutura social constrói, portanto, estereótipos vinculados ao sexo e ao gênero, impondo determinados conceitos e práticas a todos e limitando as possibilidades de expressão individual de cada ser humano. Esse sistema não atinge negativamente apenas as mulheres, uma vez que os homens também sofrem represálias caso não correspondam aos padrões socialmente estabelecidos.

Nesse sentido, situações de repressão social em relação a meninos que choram, brincam com bonecas ou gostam da cor rosa ilustram a imposição de limites durante a criação infantil que impedem a livre expressão de cada indivíduo. É notório, assim, que os homens não ocupam somente a posição de dominação, haja vista que também são vítimas dessa dinâmica social.

Embora os parâmetros social e culturalmente estabelecidos quanto ao que é considerado feminino e masculino pareçam rígidos à primeira vista, não são imutáveis; podem transformar-se a fim de abranger circunstâncias antes consideradas destoantes do que é tido como “normal”.

Nesse quesito, faz-se referência ao pensamento de Foucault quanto à percepção das relações sociais de gênero como jogos de poder, que não são estáticos e, portanto, podem sofrer modificações, em oposição aos denominados “estados de dominação”, que seriam intransponíveis<sup>8</sup>. Essa ideia também é ponderada por Scott, ao considerar o gênero como expressão de relações de poder<sup>9</sup>.

Diante disso, os padrões sociais podem ser revistos e remodelados, não só com o passar do tempo, mas sobretudo mediante manifestações individuais e coletivas de mobilização social, conforme será detalhado nos capítulos seguintes.

No que se refere especificamente às relações sociais de gênero, o conceito de masculinidade exerce papel crucial na manutenção da discriminação entre homens e mulheres. Esse conceito desenvolve-se a partir da noção de gênero e de valores

---

<sup>7</sup> BUTLER, Judith. **Problemas de gênero - Feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003. p. 10.

<sup>8</sup> FOUCAULT, Michel. **Hermenêutica del sujeto**. Madrid: La piqueta, 1994.

<sup>9</sup> SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99, jul./dez. p. 72.



machistas consolidados na sociedade, que valorizam características ditas masculinas em detrimento de aspectos vinculados à figura feminina.

A masculinidade hegemônica é definida como “um padrão de práticas (i.e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse”<sup>10</sup>. Tais práticas vinculadas à masculinidade não são necessariamente adotadas por todos os homens, porém denomina-se “hegemônica” por envolver hábitos que exigem o posicionamento de todos os homens, além de carregar uma justificativa ideológica para a opressão feminina<sup>11</sup>.

Aspectos associados à “natureza” feminina, como fragilidade, sensibilidade, delicadeza e dependência, são usualmente menosprezados e considerados inferiores. Já outras características, como virilidade, determinação, racionalidade e coragem, são relacionadas à “essência” masculina e, conseqüentemente, valorizadas pela sociedade.

Conforme já destacado, o questionamento de tais valores concerne aos homens tanto quanto às mulheres. Isso porque esses critérios de diferenciação e de caracterização baseados nos sexos e nos gêneros restringem as possibilidades de expressão e configuram formas de aprisionamento.

Diante das reflexões até aqui desenvolvidas, surgem algumas indagações: afinal, o que é ser mulher? O que une as mulheres em um único grupo? A partir daí, a questão da identidade, que justifica a criação de um movimento que represente determinado grupo, entra em cena.

Nas palavras de Manuel Castells, “reivindicar uma identidade é construir poder”<sup>12</sup>. Percebe-se, assim, a importância da construção da identidade para a conquista das transformações almejadas pelos movimentos sociais. Isso se deve ao fato de que a identidade é um elemento de união que impulsiona a reivindicação de direitos comuns e contribui para a força da mobilização coletiva.

Segundo Stuart Hall, o movimento feminista foi além dos demais movimentos sociais ao apresentar questionamentos a respeito do sujeito pós-moderno e ampliar a noção de identidade e de representação. O autor pontua que uma das peculiaridades do feminismo foi enfatizar “como uma questão política e social, o tema

---

<sup>10</sup> CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Estudos feministas: Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril, 2013. p. 245.

<sup>11</sup> Ibid., p. 245.

<sup>12</sup> CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 235.

da forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação”<sup>13</sup>.

A ideia de uma identidade única entre as mulheres ainda é objeto de controvérsias, diante da resistência à concepção de uma natureza feminina. Isso porque “os grupos em posição subalterna, como é o caso das mulheres, tendem a ser reduzidos a uma ‘essência’ simplificadora e estereotipada, que tanto nega a multiplicidade de suas experiências quanto naturaliza os efeitos da dominação”<sup>14</sup>.

Assim, há o receio de que a noção de uma identidade entre as mulheres provoque a invisibilidade das diferenças existentes entre elas, na medida em que toma-se como parâmetro da vivência do “ser mulher”, em regra, a perspectiva das mulheres brancas, heterossexuais, escolarizadas, de classe média e ocidentais.

A fim de evitar o essencialismo decorrente da adoção de uma identidade, surge a noção de perspectiva social, que seria caracterizada pela soma de experiências vividas pelas mulheres. Essas vivências, como o julgamento pela aparência física, a expectativa de compromisso com a gestão doméstica e familiar, a concepção de prevalência do emocional sobre o racional, o consistente receio de sofrer violência sexual, dentre outras, configurariam uma perspectiva própria do “ser mulher”<sup>15</sup>. Ainda que cada mulher tenha experiências distintas, todas são submetidas a essas situações, em menor ou maior grau, pelo simples fato de serem identificadas como mulheres perante a sociedade.

Atualmente, a maior questão a ser enfrentada quanto à consolidação de uma identidade feminina refere-se ao respeito às diferenças e à inclusão das diferentes maneiras de ser mulher. Desconsiderar outros marcos opressores além do gênero, como raça, classe ou orientação sexual, “seria silenciar sobre a multiplicidade de experiências específicas que compõem a condição feminina”<sup>16</sup>. Busca-se, assim, o afastamento de um padrão universalista, sem perder de vista a existência de elementos comuns que unem as mulheres.

Essa ótica será discutida com mais detalhes nos tópicos seguintes, voltados à análise das demandas feministas contemporâneas e à questão da interseccionalidade.

---

<sup>13</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2006. p. 26.

<sup>14</sup> BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 83.

<sup>15</sup> *Ibid.*, pp. 84-85.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 89.

## 2.2 Principais demandas dos feminismos contemporâneos

A trajetória do movimento feminista é marcada por sucessivas reivindicações, que variam de acordo com o momento histórico e o contexto social vigentes em cada época. Analisando-se o desenvolvimento do movimento nas décadas mais recentes, percebe-se que nos anos setenta e oitenta o cerne do feminismo girava em torno do empoderamento das mulheres e das diferenças entre os sexos feminino e masculino<sup>17</sup>.

Já nos anos noventa, no contexto da sociedade de informação e de políticas neoliberais e globais, constata-se a gradual superação da noção de uma mulher universal, admitindo-se a diversidade e a multiplicidade de ideias e de interesses dentro do feminismo<sup>18</sup>. Dissemina-se, então, o emprego do termo “feminismo” no plural, ante a constatação de que existem diversos movimentos com diferentes reivindicações, que representam diferentes mulheres dentro do feminismo.

A partir dos anos 2000, o advento da Internet e suas consequências no âmbito da tecnologia e da comunicação passam a impactar de forma significativa o desenvolvimento do movimento feminista. Pode-se dizer, também, que um dos pontos de destaque do atual contexto na trajetória feminista ao longo dos anos é justamente a inclusão e participação de mulheres não militantes no processo de conscientização e empoderamento.

Enxerga-se, ainda, uma fase de abertura do movimento, em que a tendência é a amplificação da representatividade mediante a inclusão de outros grupos e minorias. A partir da adoção de um conceito de gênero mais abrangente e fluido, atrelado à inclusão de outros marcos de opressão, como raça, sexualidade e classe social, a luta feminista torna-se mais heterogênea, passando a abarcar diferentes indivíduos em diferentes situações.

Com o decorrer das décadas, diversas discussões foram sendo acrescentadas à pauta feminista, podendo-se citar como exemplos as diferentes formas de violência

---

<sup>17</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo (SP): Brasiliense, 2007. p. 90-91.

<sup>18</sup> KROLOKKE, Charlotte; SORENSEN, Anne Scott. **Gender communication: theories and analyses**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005. pp. 1-2.

contra a mulher; a saúde reprodutiva, envolvendo métodos anticoncepcionais e aborto; temas relacionados a direitos trabalhistas, como a construção de creches, igualdade salarial e assédio no ambiente de trabalho; a participação ativa da mulher na política, não só como eleitora, mas também como candidata; a objetificação da mulher, envolvendo a sua representação na mídia e na publicidade, bem como a imposição de padrões de beleza, a autonomia e o controle sobre o próprio corpo.

É certo que tais reivindicações, além de outras não mencionadas, não surgiram de uma só vez. Houve uma progressiva compreensão do papel da mulher na sociedade que levou a uma mais ampla conscientização sobre sua posição como cidadã e sujeito de direitos.

Essa conscientização gerou a problematização de determinadas questões que representam as bandeiras da luta feminista. Inicialmente, deve-se frisar que a discriminação baseada no gênero pode adquirir diversas formas, uma vez que não se apresenta como um acontecimento homogêneo, mas sim como um conjunto de problemas interligados<sup>19</sup>.

Ademais, há de se reconhecer os progressos obtidos pelas mulheres no que diz respeito à garantia de direitos, embora ainda haja um longo caminho a ser percorrido em direção à igualdade entre os homens e as mulheres. No que se refere a essa luta, o movimento feminista encontra-se no âmago da questão, buscando estabelecer novos paradigmas nas estruturas sociais e políticas. Essa mudança, porém, somente se torna possível a partir do reconhecimento dos pontos problemáticos e da proposição de soluções viáveis para dirimi-los.

A eliminação da violência contra a mulher é contemplada como uma das reivindicações mais contundentes no movimento feminista atual. Isso porque a prática de atos violentos tendo a mulher como vítima representa a expressão máxima do machismo e da desigualdade de gênero, podendo manifestar-se de diversas formas. Assim, é possível afirmar que o problema mais grave a afligir as mulheres é a violência, ocorrida frequentemente no âmbito doméstico e familiar.

A questão da violência permanece em pauta, pois apesar da persistente atuação do movimento feminista na denúncia de crimes cometidos contra as

---

<sup>19</sup> SEN, Amartya. **Many faces of gender inequality**. Disponível em: <<http://web-beta.archive.org/web/20090518191210/http://www.globalpolicy.org//socecon/inequal/gender/2001/11sengender.pdf>>. Acesso em: 22 ago 2014.

mulheres, não houve diminuição significativa de suas ocorrências<sup>20</sup>. Trata-se de um problema intrinsecamente vinculado à cultura brasileira, cujo modelo de dominação masculina é aprendido e reproduzido cotidianamente<sup>21</sup>.

Nesse contexto, percebe-se que práticas frequentes de violência contra a mulher não costumam ser questionadas pela sociedade. É o caso, por exemplo, do assédio sexual, que pode manifestar-se através de um espectro variado, abrangendo desde comentários de cunho sexual em ambientes públicos até atos de violência física e abuso sexual.

Assim, o movimento feminista vem atuando a fim de contestar a objetificação da figura feminina e de combater a ideia de que o corpo da mulher é público e não merece ser respeitado. Nesse sentido, surgiram diversas campanhas e manifestações feministas, sobretudo contra o assédio nas ruas, que, por sua vez, vêm influenciando a participação de órgãos públicos e de empresas.

Cita-se como exemplo a campanha de conscientização contra o abuso sexual veiculada no metrô de São Paulo desde 2014. É sabido que o transporte público é um dos locais onde mais ocorrem casos de assédio e de violência sexual<sup>22</sup>, sendo, portanto, iniciativa importante a campanha realizada para incentivar a denúncia pelas vítimas e testemunhas e para capacitar os funcionários a lidarem com tais situações de modo adequado.

Além disso, a questão do assédio contra mulheres também vem sendo extensivamente debatida por meio de campanhas e manifestações veiculadas no âmbito virtual, tendo como protagonistas as próprias vítimas, que compartilham entre si e com o mundo as suas vivências.

Paralelamente, a luta contra a violência em sua forma mais extrema também tem apresentado frutos, podendo-se mencionar, como consequência concreta da pressão popular exercida pelo movimento feminista, a aprovação da Lei do Femicídio em 2015<sup>23</sup>. Essa inovação legislativa teve como mérito a inclusão do

---

<sup>20</sup> BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008. p. 214-215.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 218.

<sup>22</sup> **Casos de assédio sexual em trens do metrô e CPTM dobram em quatro anos**. G1. São Paulo - SP, 17/03/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/casos-de-assedio-sexual-em-trens-do-metro-e-cptm-dobram-em-4-anos.html>>. Acesso em: 02 dez 2017.

<sup>23</sup> **Brasil**. Lei nº 13.104/2015, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do

assassinato de mulheres por sua condição de gênero no rol de crimes qualificados e hediondos, com a consequente intensificação da penalidade e do regime de cumprimento de pena<sup>24</sup>.

A igualdade no âmbito do trabalho é outra das principais reivindicações feministas<sup>25</sup>. De fato, desde a inserção da mulher no mercado de trabalho, é notória a diferença no tratamento conferido aos trabalhadores e às trabalhadoras. Muito embora tenha havido progressos, a desigualdade ainda permanece em relação a certos assuntos.

O surgimento do fenômeno da dupla ou tripla jornada de trabalho, impondo à mulher a conciliação da vida profissional com as tarefas domésticas e maternas, permanece um dos grandes desafios ao desenvolvimento de sua carreira. O fato de tais tarefas serem consideradas uma incumbência feminina, isentando o homem de qualquer obrigação nessa esfera, interfere gravemente nas possibilidades de crescimento profissional das mulheres<sup>26</sup>.

A fim de superar esses empecilhos, as feministas passaram a exigir o compartilhamento das atividades domésticas com os homens e o estabelecimento de creches nas proximidades de suas residências e em seus locais de trabalho<sup>27</sup>, reivindicações que subsistem até hoje.

De acordo com uma pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2015, denominada “Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015”, na década analisada se manteve estável o número de mulheres que declararam realizar atividades domésticas (entre 94 e 91%). Já no caso dos homens, houve aumento de 46 para 53%<sup>28</sup>.

---

crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar 2015. Seção 1, p. 1.

<sup>24</sup> **CNJ Serviço: Você conhece a Lei do Feminicídio?** Conselho Nacional de Justiça. Brasília - DF, 14/03/2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81764-cnj-servico-voce-conhece-a-lei-do-femicidio>>. Acesso em: 02 dez 2017.

<sup>25</sup> ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 36-38.

<sup>26</sup> BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 169.

<sup>27</sup> ALVES; PITANGUY. Op. cit. p. 66.

<sup>28</sup> INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995 a 2015**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf)>. Acesso em: 05 nov 2017.

O estudo conclui não haver indícios de uma divisão igualitária das tarefas domiciliares entre homens e mulheres, ressaltando que:

[E]xercer atividade remunerada não afeta as responsabilidades assumidas pelas mulheres com as atividades domésticas, apesar de reduzir a quantidade de horas dedicadas a elas. As mulheres ocupadas continuam se responsabilizando pelo trabalho doméstico não remunerado, o que leva à chamada “dupla jornada”<sup>29</sup>.

Outra questão relevante no ambiente laboral é a diferença salarial entre homens e mulheres que desempenham as mesmas funções, confirmada por meio da pesquisa “Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas”, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2012. De acordo com as informações apuradas, até o ano de 2011 o rendimento médio do trabalho das mulheres correspondia a 72,3% do valor obtido pelos homens<sup>30</sup>. Ademais, ainda segundo o IBGE, “na desigualdade por gênero, as mulheres ganham menos que os homens em todos os estados brasileiros e em todos os níveis de escolaridade”<sup>31</sup>.

Essas disparidades contribuem para a manutenção da mulher como dependente dos pais e/ou marido, impedindo a conquista da sua integral autonomia e independência. Por isso, a valorização da mulher no mercado de trabalho perdura como uma das principais pretensões do movimento feminista.

A presença feminina na esfera política corresponde a outra demanda de peso na luta pela modificação dos paradigmas machistas que se perpetuam na sociedade brasileira. A conquista do sufrágio feminino não alterou a estrutura política predominantemente masculina, havendo, ainda hoje, um número irrisório de mulheres nessa esfera em quase todos os países do mundo<sup>32</sup>.

A União Inter-Parlamentar, organização internacional que atua na cooperação entre países visando à consolidação da democracia representativa, publica

<sup>29</sup> INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995 a 2015**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf)>. Acesso em: 05 nov 2017.

<sup>30</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/Mulher\\_Mercado\\_Trabalho\\_Perg\\_Resp\\_2012.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf)>. Acesso em: 22 ago 2014.

<sup>31</sup> Id. **Síntese de indicadores sociais confirma as desigualdades da sociedade brasileira**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm>>. Acesso em: 23 ago 2014.

<sup>32</sup> BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 93.

anualmente dados a respeito da presença das mulheres nos parlamentos do mundo. De acordo com sua mais recente publicação, datada de 2017, em uma classificação de 193 países o Brasil ocupa o 155º lugar, com representação feminina correspondente a 10,7% na Câmara dos Deputados e 14,8% no Senado<sup>33</sup>.

Ainda assim, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições de 2014 a participação feminina nas candidaturas foi ampliada em 71% com relação ao período de votação anterior<sup>34</sup>. Cumpre mencionar a existência de legislação eleitoral, modificada em 2009, que determina o preenchimento de no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas para cada sexo referentes aos cargos de deputados e vereadores<sup>35</sup>. Todavia, desde sua implementação essa medida não causou grande impacto no aumento de mulheres eleitas. Isso porque “a reserva de vagas de candidatura para mulheres, sem dar a elas as condições para fazer campanha, alcança pouca efetividade”<sup>36</sup>.

Dessa maneira, as mulheres continuam sub-representadas no cenário político, o que se revela preocupante tendo em vista que correspondem a mais de metade da população brasileira. Por tal razão, o movimento feminista também se mobiliza em prol da conscientização das mulheres acerca da importância de exercer um papel ativo na vida política nacional, incentivando-as a ocuparem cargos políticos.

Ademais, a mulher também sofre discriminação no modo como a figura feminina é retratada pela mídia, especialmente na publicidade. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em 2013, denominada “Representações das mulheres nas propagandas na TV”, 84% das pessoas entrevistadas acreditam que as propagandas veiculadas na televisão usam o corpo feminino como chamariz para promover a venda de produtos e serviços. Além disso,

---

<sup>33</sup> **Women in national parliaments. Inter-Parliamentary Union.** Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 04 nov 2017.

<sup>34</sup> **Dia Internacional da Mulher: número de eleitoras e candidatas registra crescimento no país.** Tribunal Superior Eleitoral. Brasília - DF, 06/03/2015. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Marco/especial-dia-da-mulher-numero-de-eleitoras-e-candidatas-registra-crescimento-no-pais>>. Acesso em: 05 jan 2016.

<sup>35</sup> **Brasil.** Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 out 1997.

<sup>36</sup> BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. **Feminismo e Política: uma introdução.** São Paulo: Boitempo, 2014. p. 104.



58% dos entrevistados entendem que essas propagandas mostram a mulher como objeto sexual<sup>37</sup>.

Constata-se, portanto, que as campanhas publicitárias tendem a perpetuar os valores de submissão e de inferiorização da mulher. Isso ocorre por meio do uso de estereótipos que retratam a mulher como objeto sexual e mercadoria. A reprodução do machismo na publicidade pode ser identificada de maneira explícita ou sutil. A maneira explícita consiste na confusão da mulher com o produto a ser consumido, e a maneira sutil configura-se quando a mulher é retratada no papel de mãe e dona de casa, que é auxiliada na realização de suas tarefas ao adquirir determinado produto<sup>38</sup>.

Além disso, a representação feminina nas propagandas e na mídia tende a dar enfoque a questões referentes à estética, à aparência e ao corpo, refletindo uma cultura que privilegia a adequação a determinados padrões de beleza feminina em detrimento de características morais e intelectuais<sup>39</sup>.

O tema do corpo feminino como objeto sexual abrange questões ainda mais sérias, como assédio, prostituição e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Todas essas questões são discutidas pelo movimento feminista atualmente, assim como a legalização do aborto, muito embora existam posições divergentes a esse respeito dentro do movimento.

### 2.3 A perspectiva interseccional

Além das questões apontadas no tópico anterior, há outros temas que vêm ocupando posição central no discurso feminista. Trata-se de assuntos que enfatizam as diferenças entre as mulheres, visto que é evidente, cada vez mais, que os feminismos devem almejar a representação de todas, em observância ao respeito à diversidade.

---

<sup>37</sup> INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Representações das mulheres nas propagandas na TV**. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/05/representacoes\\_das\\_mulheres\\_nas\\_propagandas\\_na\\_tv.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/05/representacoes_das_mulheres_nas_propagandas_na_tv.pdf)>. Acesso em: 25 ago 2014.

<sup>38</sup> MORENO, Tica. **O machismo abunda**. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/cultura/o-machismo-abunda?page=0,0>>. Acesso em: 25 ago 2014.

<sup>39</sup> WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Tradução Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 13.

Essa orientação mais inclusiva corresponde ao discurso interseccional, que teve origem na difusão de interpretações críticas e pressões internas, dentre outras, de mulheres negras, oriundas de países do “terceiro mundo” e lésbicas quanto ao reconhecimento da diversidade dentro do movimento feminista<sup>40</sup>. A interseccionalidade surge da necessidade de integrar outras demandas aos feminismos, inserindo em sua pauta reivindicações decorrentes de outras relações de poder que circundam a mulher, para além da questão de gênero.

De fato, o movimento feminista foi muito criticado por ter se restringido, durante grande parte de sua trajetória, ao contexto de mulheres norte-americanas e europeias, brancas e de classe média. A partir da década de setenta, a criação de grupos independentes de mulheres negras despontou como um passo inicial para marcar a importância e a necessidade de representação da diversidade étnica no movimento de luta pela igualdade de gênero<sup>41</sup>.

Assim, a temática da diversidade e do pluralismo passou a tomar conta das discussões no âmbito dos movimentos sociais em geral e, em especial, dos feminismos, que em sua essência lutam pela igualdade, buscando erradicar as relações sociais de poder desiguais. Conforme aponta Avtar Brah, “convém lembrar que, até recentemente, perspectivas feministas ocidentais, como um todo, deram pouca atenção aos processos de racialização do gênero, classe e sexualidade”<sup>42</sup>.

Essa ausência de problematização de outras esferas de discriminação, isolando a questão de gênero como único elemento a ser contestado, exclui do movimento grande parte da população caracterizada por outros elementos que fogem ao padrão imposto pela sociedade.

Além da questão racial, existem outras temáticas a serem consideradas, como, por exemplo, classe e sexualidade. Destarte, sem a perspectiva interseccional, mulheres pobres, negras, indígenas, lésbicas, bissexuais, transexuais e outras tantas não seriam representadas pelo movimento que supostamente luta por seus direitos.

Nessa esteira, Judith Butler aponta que a interseccionalidade apresenta-se necessária pois “o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas,

---

<sup>40</sup> PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e cultura, v. 11, n. 2, p. 263/275, jul/dez 2008. p. 265.

<sup>41</sup> BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu, n. 26, Janeiro-Junho/2006, pp. 329/376. p. 346.

<sup>42</sup> Ibid., p. 344.

étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”<sup>43</sup>. Ao aprofundar-se na discussão do tema, a referida autora traz à tona reflexões a respeito do movimento feminista e da identidade feminina.

Butler questiona se a busca por uma identidade comum para o fortalecimento do movimento não ocasionaria a exclusão de determinadas mulheres, contrariando o propósito feminista de ampliar sua representação<sup>44</sup>. Isto é, na luta por demandas supostamente partilhadas por todas, não estariam sendo ignoradas as diferenças entre determinados grupos de mulheres?

Ante tais questionamentos, não basta reconhecer as diferenças e defender a necessidade da interseccionalidade; é preciso abrir espaço para que as pessoas mais oprimidas e menos visíveis no movimento atuem, manifestem-se, expressem sua agência. Dessa forma, as questões particulares de seus contextos, determinados pelos marcadores de diferença que lhes atravessam, serão suscitadas e discutidas pelos sujeitos que lidam com elas diretamente, e não por terceiros. Imprescindível, então, que os grupos antes excluídos tornem-se protagonistas e deem destaque aos problemas específicos que enfrentam.

No geral, o contexto atual do feminismo interseccional encontrou grande apoio nas facilidades proporcionadas pelo mundo virtual, visto que essa nova plataforma disponibiliza espaços mais democráticos de interação e de agência para aqueles que têm acesso à Internet.

A perspectiva interseccional, portanto, revela-se indispensável para tornar o movimento feminista mais inclusivo e cada vez mais representativo de todas as formas possíveis de “ser mulher”. Nesse contexto, a consciência crítica, que considera a complexidade da identidade feminina e as variadas dimensões que a compõem, é referida por Rosi Braidotti como “subjetividade nômade”. Segundo a autora, esse conceito traduz a necessidade de adoção de uma abordagem que leve em consideração os diversos aspectos presentes simultaneamente no contexto de cada indivíduo, como classe, etnia, gênero e idade<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> BUTLER, Judith. **Problemas de gênero - Feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 20.

<sup>44</sup> Ibid., p. 23.

<sup>45</sup> BRAIDOTTI, Rosi. **Diferença, diversidade e subjetividade nômade**. Tradução de Roberta Barbosa. Disponível em:

Diante desse cenário, algumas demandas vêm repercutindo com intensidade na pauta feminista atual, com vistas a enfatizar questões ainda não contempladas com a devida atenção. Assim, evoca-se o respeito às mulheres gordas, deficientes, negras, indígenas, homossexuais, transexuais, idosas, pobres e tantas outras que sofrem preconceito para além da questão de gênero.

A pressão estética e a gordofobia, por exemplo, são assuntos muito discutidos no círculo do movimento feminista, tendo em vista que os padrões de beleza impostos às mulheres ultrapassam a questão estética, transbordando para temas mais delicados, como a saúde física e mental. De fato, a imposição de um rigoroso modelo padronizado de beleza feminino pode ocasionar transtornos alimentares, além de incentivar a submissão a intervenções cirúrgicas e dietas restritivas<sup>46</sup>.

Além disso, a indústria de cosméticos estimula o consumo exacerbado de produtos de beleza destinados às mulheres, o que é transmitido ao público por meio de anúncios publicitários estrelados, em geral, por celebridades que possuem a forma física a ser conquistada pelas mulheres e desejada pelos homens.

O uso de cosméticos é estimulado não só para fins de emagrecimento e de superação de imperfeições, mas também para retardar o envelhecimento, de modo que as mulheres busquem alcançar o padrão estético do que é considerado belo socialmente. Destaca-se, ainda, que a batalha pela conquista da beleza é fortemente relacionada aos jogos de sedução e ao sucesso nas relações amorosas<sup>47</sup>.

Atualmente, diversos veículos de comunicação, como revistas e blogs, trazem questionamentos acerca do padrão de beleza feminino e do preconceito sofrido pelas mulheres que a ele não se adequam. Textos que contestam a imposição de determinadas características físicas tidas como belas e refletem a respeito da pressão exercida sobre as mulheres para alcançá-las são cada vez mais comuns.

Tais reflexões tratam não só sobre a forma física, mas também sobre outras questões, a fim de relativizar o conceito de beleza e estimular a autoestima e o amor-

---

<[http://www.academia.edu/6042161/Diferença\\_diversidade\\_e\\_subjetividade\\_nômade\\_-\\_Rosi\\_Braidotti](http://www.academia.edu/6042161/Diferença_diversidade_e_subjetividade_nômade_-_Rosi_Braidotti)>. Acesso em: 03 jun 2015. p. 10.

<sup>46</sup> WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Tradução Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 12.

<sup>47</sup> SWAIN, Tania N. **Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas “femininas”**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 3, 2001.

próprio, como a desobrigação de depilar-se ou maquiar-se e a valorização dos diferentes traços étnicos<sup>48</sup>.

A luta pela superação dos padrões de beleza perpassa por múltiplas questões, com base na exaltação da diversidade e na aceitação das peculiaridades de cada corpo. Assim, rejeita-se a discriminação e reafirma-se o respeito e a valorização de todas as mulheres, independentemente do tipo de cabelo, do tom de pele, da altura, do peso, ou de qualquer outra característica física.

A questão estética também entrelaça-se à questão racial, uma vez que o padrão de beleza vigente foi construído no seio de uma sociedade que historicamente inferioriza a cultura negra e reproduz, até hoje, pensamentos racistas<sup>49</sup>. Assim, a atuação do feminismo negro funda-se na reafirmação da sua identidade étnica e na valorização de suas raízes, de sua cultura e de seus traços.

A luta das mulheres negras revela-se duplamente árdua, pois sofrem, simultaneamente, com as mazelas do machismo e do racismo. Portanto, a questão racial deve ser intensamente debatida no âmbito dos feminismos com vistas a garantir a igualdade que tanto almejam para todas as mulheres. Para isso, o protagonismo das mulheres negras é essencial, pois vivenciam determinadas experiências opressoras que não atingem as mulheres brancas, ou que as atingem em menor intensidade<sup>50</sup>.

Podem-se citar, como exemplos do tratamento depreciativo conferido às mulheres negras, a hipersexualização de seus corpos e a destituição do caráter de fragilidade atribuído às mulheres brancas<sup>51</sup>. Assim, historicamente a mulher negra foi vista como objeto sexual de valor inferior, além de ser considerada apta para exercer atividades que não seriam apropriadas para a mulher branca, como serviços de limpeza.

---

<sup>48</sup> NUNES, Amanda. **A ditadura do corpo ideal e o preconceito velado**. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/03/a-ditadura-do-corpo-ideal-e-o-preconceito-velado/>>. Acesso em: 27 jan 2017.

<sup>49</sup> RIBEIRO, Djamila. **“Que negra bonita!”**. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/racismo\\_/que-negra-bonita-por-djamila-ribeiro/](http://agenciapatriciagalvao.org.br/racismo_/que-negra-bonita-por-djamila-ribeiro/)>. Acesso em: 29 jan 2017.

<sup>50</sup> CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/#gs.Fdf1vE>>. Acesso em: 29 jan 2017.

<sup>51</sup> FERNANDES, Danubia de Andrade. **O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, vol.24, n.3, set/dez 2016.

Ademais, as negras, em geral, são mais propensas a sofrer episódios de violência sexual<sup>52</sup>, bem como enfrentam mais obstáculos para se inserir no mercado de trabalho formal, sendo a sua figura ainda atrelada a tarefas manuais, domésticas e de prestação de serviços<sup>53</sup>.

Portanto, dar voz às mulheres negras dentro do movimento feminista significa dar visibilidade às questões específicas que as afligem e desconstruir os estereótipos negativos a elas atrelados na sociedade. A apropriação do que é ser uma mulher negra e da autodefinição de sua imagem é uma forma de resistência contra o *status quo*, de modo a estimular mudanças no pensamento coletivo acerca do binômio gênero e raça, dentro e fora dos feminismos<sup>54</sup>.

A representatividade no movimento feminista envolve, igualmente, o debate acerca da sexualidade e da identidade de gênero e de suas diferentes formas de expressão. Além de serem reprimidas quanto à demonstração de sua sexualidade, uma vez que, caso manifestem livremente seus desejos e práticas sexuais, são invariavelmente qualificadas como vulgares<sup>55</sup>, pressupõe-se que todas as mulheres têm interesse em relacionar-se com homens, o que advém do pensamento heterocentrado que predomina na sociedade<sup>56</sup>.

Ainda, a temática da identidade de gênero configura um tabu inclusive dentro dos próprios feminismos, sendo que determinadas correntes rechaçam a inserção de travestis, transexuais e pessoas transgênero no movimento, pois por vezes lhes é negada a condição de mulher “de verdade”<sup>57</sup>.

Diante disso, mulheres lésbicas, bissexuais e transgênero são, em regra, invisibilizadas, uma vez que a imagem da mulher aceita socialmente ainda é vinculada ao homem e à heterossexualidade. Portanto, questões afetas a esse grupo de

---

<sup>52</sup> WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Brasília: Flacso, 2015.

<sup>53</sup> MARCONDES, Mariana Mazzini, et al. **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. p. 56.

<sup>54</sup> COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Brasília: Revista Sociedade e Estado, vol. 31, n. 1, jan/abril 2016. p. 105.

<sup>55</sup> VANCE, Carole. **Pleasure and danger: exploring female sexuality**. Boston and London: Routledge & Kegan Paul, 1984. p. 24.

<sup>56</sup> FARIA, Nalu. **Sexualidade e feminismo**. Disponível em: <<https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/nalu.pdf>>. Acesso em 31: jan 2017.

<sup>57</sup> BENTO, Berenice. **Politizar o abjeto: dos femininos aos feminismos**. In: MEDRADO, Benedito; GALINDO, Wedna (Org.). **Psicologia social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. p. 361-362.

mulheres não são discutidas a contento, a exemplo das formas de prevenção de doenças no sexo praticado entre mulheres ou da luta pela despatologização da identidade trans<sup>58</sup>.

A inclusão da comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas transgênero) no movimento feminista traz à tona temáticas ainda pouco debatidas publicamente, evidenciando a necessidade de se falar abertamente acerca das diversas possibilidades de expressão sexual e de identidade de gênero sem julgamentos e sem submissão a estereótipos. Destarte, o propósito do movimento feminista ao desmistificar esses temas é fomentar um ambiente propício para a livre manifestação da individualidade, por meio da desconstrução de conceitos e valores<sup>59</sup>.

Pelo exposto, revela-se imprescindível o enfoque na modificação da cultura, já que esta tende a perpetuar a desigualdade de gênero em razão da prevalência de valores machistas na sociedade. Para tanto, impõe-se o questionamento acerca da imposição social de determinados papéis e da expectativa de determinadas condutas das mulheres e dos homens, desconstituindo a ideia enraizada na cultura nacional de que “a condição de gênero decorre de uma natureza biológica a qual impõe direitos e deveres diferenciais às mulheres e aos homens”<sup>60</sup>.

Nesse diapasão, a atuação dos movimentos sociais cumpre função crucial para que tais questionamentos sejam trazidos à tona, externando as principais demandas dos grupos sociais e influenciando na criação de legislações e políticas públicas voltadas para a mitigação ou supressão dos problemas apresentados. É visível, portanto, que a efetivação dos direitos das mulheres e a consolidação da igualdade de gênero devem decorrer de “mudanças estruturais que dependem das organizações populares para se concretizarem”<sup>61</sup>.

---

<sup>58</sup> BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 569-581, mai-ago 2012. p. 573.

<sup>59</sup> BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 76-77.

<sup>60</sup> BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher: um grave problema não solucionado**. In: Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. Org. Eva Alterman Blay. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 15.

<sup>61</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo (SP): Brasiliense, 2007. p. 155.

### **3 A SOCIEDADE EM REDE E AS NOVAS MÍDIAS DIGITAIS**

Após a apresentação do panorama atual do movimento feminista e de suas principais reivindicações, passa-se ao estudo do contexto social em que estão inseridos. Tratando-se o feminismo de um movimento social, seu estudo perpassa pela análise de questões sociais, políticas e culturais, envolvendo o exercício da cidadania e a luta por direitos no contexto democrático.

Partindo da premissa, já estabelecida no capítulo anterior, de que os padrões culturais consolidados na estrutura social podem e devem ser modificados no que se refere aos diversos tipos de discriminação, inclusive em relação ao gênero, indaga-se a respeito do modo de atuação dos movimentos sociais e das ferramentas disponíveis para alcançar tais mudanças na sociedade atual.

Assim, este capítulo é voltado à análise da dinâmica dos movimentos sociais na sociedade em rede, caracterizada pela diversidade de conexões entre grupos e indivíduos, bem como pelas marcas da globalização e do pluralismo cultural.

São ressaltados os vínculos existentes entre a atuação dos movimentos sociais, a luta por direitos e o exercício da cidadania, considerando-se o quadro de um Estado democrático de direito. Evidencia-se, nesse contexto, o fortalecimento da diversidade devido à visibilidade de grupos desfavorecidos, mediante a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação.

Com a adoção dessa nova forma de comunicação, passa-se a analisar questões como a mobilização coletiva e o exercício da cidadania pela Internet, destacando-se a importância da comunicação no desenvolvimento da opinião pública. Discute-se, por fim, a interação entre comunicação e política, refletindo sobre a reprodução dos papéis de gênero pela mídia tradicional, assim como sobre a tomada dos meios de comunicação tecnológicos pelos cidadãos e pelos movimentos sociais.

#### **3.1 Os movimentos sociais no contexto da sociedade em rede**

No estudo contemporâneo dos movimentos sociais, o termo “redes” irrompe como elemento significativo no modo de organização das ações coletivas. Esse termo foi cunhado no âmbito da antropologia, sendo utilizado, originalmente, como uma



metáfora para explicar a inter-relação dos indivíduos na sociedade, onde estariam conectados como fios de um tecido<sup>62</sup>.

Posteriormente, o termo “redes” passou a ser adotado por outros campos de estudo, nas ciências sociais em geral, sendo utilizado como método de análise vinculado aos estudos acerca dos movimentos sociais. Nesse sentido, Manuel Castells utiliza o termo para a análise do modo como se desenvolve a interação entre indivíduos por meio da mobilização coletiva, ressaltando o papel da comunicação para tanto. Segundo o autor:

Os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais. A constituição de redes é operada pelo ato da comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações.<sup>63</sup>

A partir da adoção desse conceito, entende-se que as ações coletivas são desenvolvidas em uma estrutura de redes, não só entre indivíduos, mas também entre diferentes grupos, de modo que as atuações dos movimentos sociais estariam interconectadas<sup>64</sup>. Ilse Scherer-Warren busca a compreensão dos movimentos sociais por meio do conceito de “rede de movimentos”. Segundo a autora, a noção de rede engloba a ideia de pluralidade, diversidade e interconexões de identidades<sup>65</sup>, podendo-se resumir sua visão da seguinte forma:

Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros.<sup>66</sup>

Atualmente, a dinâmica dos movimentos sociais desenvolve-se em meio a essa intrincada conexão entre indivíduos e grupos, não sendo possível conceber cada mobilização no seio da sociedade civil separadamente, sem relacioná-la a elementos que impulsionam outros movimentos. Isto é, “diante da diversidade de atores sociais já não é mais possível falar de um movimento social sem considerar sua articulação numa rede de movimentos sociais”<sup>67</sup>.

<sup>62</sup> ELIAS, Norbert. **Envolvimento e distanciamento**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. p. 35.

<sup>63</sup> CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 15.

<sup>64</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado**. vol.21, no.1. Brasília, jan./abr 2006.

<sup>65</sup> Ibid.

<sup>66</sup> Id. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993. p. 10.

<sup>67</sup> GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. **O conceito de movimentos sociais revisitado**. Revista

Paralelamente a esse estudo, nas últimas décadas vem se desenvolvendo o conceito de sociedade em rede, caracterizada pela confluência de fatores como globalização, reestruturação do capitalismo, avanços tecnológicos e forte tendência de expressão de identidades coletivas<sup>68</sup>.

Assim, desenvolvidas em sociedades marcadas pelos efeitos de um mundo interconectado cultural e tecnologicamente, as lutas sociais travadas nesse contexto passam a envolver variadas perspectivas e demandas, como:

[G]ênero, étnica, de classe, regional, mas também dimensões de afinidades ou de opções políticas e de valores: pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais, etc.<sup>69</sup>

Nesse quadro, a identidade coletiva é uma questão que vem ganhando destaque na estrutura da sociedade em rede, na medida em que a conexão global decorrente da globalização e da tecnologia viabiliza a aproximação de pessoas que vivenciam experiências semelhantes ou que ocupam posição social similar. Assim, o reconhecimento entre indivíduos em situações análogas facilita e fortalece a união de determinados grupos oprimidos, como é o caso das mulheres.

Os movimentos sociais baseados em questões de identidade provocam amplas discussões que envolvem toda a sociedade, não obstante a aparente especificidade das bandeiras que defendem. De fato, esse tipo de movimento tende a trazer à tona temas que se referem à estrutura básica da sociedade, impondo a reflexão, a conscientização e a mudança de postura em relação a questões antes consideradas imutáveis, pois naturalizadas. É o caso do movimento feminista, que “provocou uma revisão a respeito da hierarquia entre os gêneros e politizou o espaço doméstico”<sup>70</sup>.

Um exemplo de manifestação feminista a nível global é a Marcha Mundial das Mulheres. Trata-se de um movimento de base que tem por propósito lutar pelos

---

Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº 1 (2), jan/jul 2004. pp. 75-91, p. 82.

<sup>68</sup> CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. In: A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2. pp. 17-18.

<sup>69</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado**. vol.21, no.1. Brasília, jan/abr 2006.

<sup>70</sup> GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. **O conceito de movimentos sociais revisitado**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº 1 (2), jan/jul 2004. pp. 75-91, p. 81.

direitos das mulheres, por meio de uma comunicação popular e feminista, com vistas a enfrentar o capitalismo patriarcal, o racismo e a homofobia.

Esse movimento foi iniciado com inspiração em uma manifestação ocorrida em 1995 no Canadá, formada por mulheres que pleiteavam, simbolicamente, “pão e rosas”. Posteriormente, em 1998, convocou-se um encontro internacional, que contou com a participação de mulheres provenientes de sessenta e cinco países. Ao longo da década de 2000, o movimento propagou-se por todo o mundo<sup>71</sup>.

A Marcha Mundial das Mulheres apresenta-se como um “caso emblemático de luta transversal de direitos”<sup>72</sup>, uma vez que dialoga com diversas correntes do feminismo, bem como com movimentos sociais que apresentam outras pautas, como o combate à homofobia, ao racismo, à pobreza e à degradação do meio ambiente. Essa atividade ilustra claramente o conceito de movimentos sociais em rede, em razão das diferentes interações dentro do próprio movimento e fora dele.

Hodiernamente, a dinâmica dos movimentos sociais em rede também tem sido intensamente influenciada pelo desenvolvimento e aprimoramento constante das novas ferramentas tecnológicas de informação e comunicação, em especial devido a seu potencial transformador, ao afetar “as capacidades de aquisição de informação, de expressão, de associação e de deliberação dos cidadãos”<sup>73</sup>.

A nova relação que surge entre a tecnologia e os processos sociais de comunicação afeta diretamente a forma de atuação dos movimentos sociais. As novas tecnologias de informação e comunicação, como computadores e telefones celulares com acesso à Internet, podem ser adotadas para demonstrar insatisfação, dar visibilidade a demandas locais, exigir mudanças, contribuir para a criação de projetos, angariar fundos, mobilizar outros cidadãos, etc.

Assim, a Internet é concebida como um espaço público que permite novas maneiras de interação, oferecendo uma gama enorme de possibilidades de atuação

---

<sup>71</sup> Informações retiradas do site oficial. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>> Acesso em: 31 jan 2017.

<sup>72</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado. vol. 21, no. 1. Brasília, jan/abr 2006.

<sup>73</sup> LEMOS, André; LEVY, Pierre. **O futuro da Internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 14.

para seus usuários, “como cidadão, militante, editor, distribuidor, consumidor, etc. – superando as barreiras geográficas e, até certo ponto, as limitações econômicas”<sup>74</sup>.

Não só para o movimento feminista, mas para todos os movimentos sociais em geral, a Internet ajudou a ampliar o campo de atuação e o alcance de suas reivindicações, conforme será estudado no tópico a seguir.

### 3.2 A comunicação e as possibilidades do ciberespaço

O termo “cibercultura” vem sendo estabelecido para se referir ao universo da Internet, que apresenta características próprias e peculiares. O fato de ter nascido e se desenvolvido no mundo acadêmico, por exemplo, influenciou fortemente a cultura de liberdade e solidariedade própria da Internet<sup>75</sup>. Essa cultura, fundamentada em valores como o fomento à liberdade, o compartilhamento de informações e a livre circulação de conhecimento, é crucial para entender o modo de funcionamento do mundo virtual.

De acordo com Pierre Lévy, o mundo virtual vem se desenvolvendo com base nos princípios da cibercultura, que envolvem a liberação da palavra, a conexão e a conversação mundial (referida como inteligência coletiva) e a reconfiguração social, cultural e política<sup>76</sup>.

A inteligência coletiva sobressai como um dos elementos mais marcantes na dinâmica decorrente do uso das novas tecnologias de informação e comunicação. Isso porque é produto da conexão e interação entre os indivíduos, caracterizando-se pela livre troca de ideias e informações através das redes digitais<sup>77</sup>. O novo modo de comunicar-se daí decorrente apresenta reflexos nas relações sociais, na economia e na política.

A interligação entre a comunicação e a política é bem explicada por Lévy ao destacar que o surgimento da opinião pública, base das democracias contemporâneas,

---

<sup>74</sup> MACHADO, Jorge Alberto S. **Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais**. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, n. 18, jul/dez 2007. pp. 248-285, p. 269

<sup>75</sup> CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Tradução : Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 26.

<sup>76</sup> LEMOS, André; LEVY, Pierre. **O futuro da Internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 25.

<sup>77</sup> Ibid., p. 26.

ocorreu graças ao desenvolvimento da imprensa escrita, que permitiu a circulação de informação e incitou o debate e a formação de opinião pela população<sup>78</sup>.

De fato, o surgimento da comunicação de massa, com o advento dos jornais no século XVII<sup>79</sup>, foi o primeiro passo para o aparecimento da opinião pública<sup>80</sup>, posteriormente potencializada pelas emissões sonoras e audiovisuais veiculadas pelo rádio e pela televisão.

Lévy refere-se às novas tecnologias de comunicação e informação como mídias pós-massivas, haja vista que surgem em um contexto posterior à criação e sedimentação dos meios de comunicação de massa, como jornais, rádio e televisão. Segundo ele, “as novas mídias digitais e suas funções pós-massivas quebram a hegemonia de um único discurso sobre o que é o público, oferecendo como contraponto uma miríade de vozes (opiniões) emergentes”<sup>81</sup>.

A autonomia decorrente do uso das mídias pós-massivas apresenta impacto profundo na vida política. A liberdade de produção de conteúdo e a possibilidade de organização e conexão coletivas reconfiguram os padrões culturais, o espaço público, as ações políticas e a própria democracia<sup>82</sup>.

O poder da mídia decorre, sobretudo, da capacidade de formar um pensamento coletivo e de determinar o que é transmitido e o que é ocultado, a fim de delinear a opinião pública. Frise-se, aliás, que a grande influência da mídia sobre a política consiste em definir quais temas serão excluídos das pautas divulgadas ao público e, conseqüentemente, quais informações não serão disponibilizadas à população<sup>83</sup>.

No contexto das sociedades democráticas, a liberdade de imprensa revela-se condição fundamental para o exercício da cidadania. O desenvolvimento das mídias digitais vem permitindo maior apropriação pelas pessoas das informações que

---

<sup>78</sup> LEMOS, André; LEVY, Pierre. **O futuro da Internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010. pp. 58-59.

<sup>79</sup> BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: De Gutenberg à Internet**. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006 .p. 20.

<sup>80</sup> LEMOS; LEVY, op. cit., p. 24.

<sup>81</sup> Ibid., p. 60.

<sup>82</sup> Ibid., p. 83.

<sup>83</sup> CASTELLS, Manuel. **A era da intercomunicação**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=1915>>. Acesso em: 21 nov 2016.

recebem e maior intervenção na produção do conteúdo informacional<sup>84</sup>. Nesse sentido, Lévy ressalta que “a estrutura mais aberta, transversal, livre e colaborativa da Internet potencializa hoje essa inter-relação entre comunicação e política, abrindo mais ainda as possibilidades de exercício político democrático”<sup>85</sup>.

O fato de o meio virtual estar, em tese, ao alcance de qualquer pessoa abre espaço para o florescimento da diversidade, na medida em que variadas opiniões e pontos de vista são expressos, debates são desenvolvidos e temas que não fariam parte da pauta midiática passam a ser abordados. O respeito à pluralidade é um dos pilares da sociedade democrática, e as novas mídias de informação e comunicação auxiliam na visibilidade de grupos oprimidos pelos valores e padrões culturais predominantes.

Assim, enquanto o conteúdo das mídias de massa, como jornais, rádio e televisão, depende do aval de um editor ou diretor para ser publicado, os usuários da Internet dispõem de uma plataforma livre que permite a divulgação dos mais diversos assuntos sem qualquer tipo de controle prévio<sup>86</sup>.

A conscientização acerca de quem controla a produção e a circulação de informações, bem como a compreensão dos discursos e ideologias por trás do que é inserido na pauta de notícias e de como as informações são manipuladas pela mídia, são cruciais para a consolidação da democracia e a efetivação da busca pela igualdade.

De fato, o contexto que envolve a mídia tradicional, o que é dito e o que é ignorado e, conseqüentemente, os comportamentos e ideias que são reforçados por meio dessas escolhas têm importante reflexo na sociedade<sup>87</sup>. Desponta, nesse cenário, a noção do direito à comunicação como direito humano, considerado, de forma abrangente, como o direito à informação de qualidade, à diversidade de perspectivas, à transparência.

A fim de discutir tais questões, em 1980 a UNESCO coordenou a elaboração de um relatório denominado “Um mundo, muitas vozes: comunicação e informação

---

<sup>84</sup> CASTELLS, Manuel. **A era da intercomunicação**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=1915>>. Acesso em: 21 nov 2016.

<sup>85</sup> LEMOS, André; LEVY, Pierre. **O futuro da Internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 55.

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 88.

<sup>87</sup> BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. pp. 119-120.

na nossa época”, que ressaltou a necessidade de reconhecimento do direito humano à comunicação. Esse relatório, fruto do trabalho de uma comissão formada por integrantes de diferentes países, teve por objetivo trazer à tona a relevância da comunicação no seio das sociedades democráticas contemporâneas, atrelando-a a valores como transparência e respeito à dignidade humana.

Alguns dos temas abordados no relatório são justamente a democratização dos meios de comunicação e a dominação de seus conteúdos. Ao adentrar a análise de temas específicos, um tópico intitulado “Direitos iguais para mulheres” reconhece que, de todas as violações de direitos humanos, a recusa de igualdade às mulheres é a mais sistemática, difundida e consolidada mundo afora<sup>88</sup>.

O relatório afirma, ainda, que os meios de comunicação refletem a desigualdade de gênero presente nos diversos âmbitos da sociedade, como a política, a educação e o mercado de trabalho. De fato, as referências ao papel social da mulher na mídia são determinantes na confirmação do status feminino. Conforme relatado no documento, a mídia raramente representa a mulher como significativamente envolvida no trabalho, na busca por uma carreira ou na vida pública. Ao contrário, as mulheres, em regra, são vinculadas à esfera doméstica e, mesmo nessa situação, aparecem como incapazes de tomar decisões sem interferência masculina<sup>89</sup>.

Ademais, segundo o relatório, nas revistas e na televisão as mulheres são retratadas como dependentes, irracionais, supersticiosas e exageradamente emotivas, ao passo que na publicidade são representadas como donas de casa com interesses e necessidades voltados exclusivamente ao mundo doméstico ou são associadas a bens de consumo para torná-los mais atraentes por meio de apelos sexuais<sup>90</sup>.

Por fim, o relatório ressalta a importância do poder da mídia para estimular mudanças na sociedade a fim de reduzir preconceitos e estereótipos, citando como exemplo a atuação de organizações civis e instituições governamentais para incentivar a adoção de novas práticas que eliminem linguagem sexista e imagens que degradem as mulheres ou perpetuem ideias ultrapassadas nos meios de comunicação de massa<sup>91</sup>.

---

<sup>88</sup> UNESCO. **Un solo mundo, voces múltiples: Comunicación e información en nuestro tempo**. p. 162. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066sb.pdf>>. Acesso em: 23 ago 2017.

<sup>89</sup> Ibid., p. 162.

<sup>90</sup> Ibid., p. 163.

<sup>91</sup> Ibid., p. 163.

Apesar de transcorridos mais de trinta anos desde sua elaboração, esse relatório permanece atual e traz questionamentos que ainda hoje precisam ser levantados no que se refere ao direito à comunicação e ao respeito à diversidade. Não por acaso, trata-se de tema central na luta feminista, e a razão é simples: o combate a valores machistas requer liberdade para analisar e questionar as crenças e tradições que perpetuam a discriminação contra a mulher, o que só pode ocorrer por meio da participação ativa, crítica e bem-informada da sociedade civil<sup>92</sup>.

Depreende-se do exposto que a comunicação e a veiculação de informação são cruciais para a luta contra a desigualdade, tratando-se de uma forma de empoderamento que impulsiona as pessoas a buscarem mudanças significativas na sociedade. Nesse contexto, a Internet pode revelar-se uma ferramenta poderosa, especialmente ante os problemas relacionados à mídia tradicional, como a extrema parcialidade, o direcionamento de informações e a manipulação do público.

Sendo assim, os movimentos sociais encontram nas mídias digitais um forte aliado em suas lutas visando à conquista de direitos e à obtenção de igualdade. A repercussão de tais movimentos na sociedade ganha amplitude com o surgimento da plataforma virtual, pois esta permite a criação de canais para a livre expressão de vozes antes abafadas pelos padrões socioculturais vigentes.

Destarte, coletivos formados de acordo com a identidade étnica, religiosa, regional, de gênero, sexual e tantas outras passam a constituir uma rede de apoio e de troca entre seus pares. Além disso, a circulação de informação representa uma importante forma de oxigenação das diversas esferas sociais, minando o preconceito por meio da convivência com a diversidade.

Enfim, a abertura para tratar de temas antes ignorados pela sociedade em geral traz um grande benefício: a empatia e a possibilidade de identificação com o outro. Dessa forma, o padrão dominante socialmente passa a ser questionado e desconstruído, na medida em que outras possibilidades de vivência são introduzidas e passam a ser aceitas. Tal processo torna-se ainda mais intenso devido à flexibilização das fronteiras, que promove maior intercâmbio entre as esferas culturais, econômicas

---

<sup>92</sup> SEN, Amartya. **Desigualdad de género: La misoginia como problema de salud pública.** Disponível em: <<http://www.letraslibres.com/revista/convivio/desigualdad-de-genero-la-misoginia-como-problema-de-salud-publica-0>>. Acesso em: 05 fev 2016.



e políticas. Assim, “a opinião pública (e com ela os lugares comuns, os preconceitos e os achismos de todas as sortes) torna-se cada vez mais *global*”<sup>93</sup>.

Diante desse cenário, evidencia-se o papel da comunicação na construção de significado e na produção de relações de poder. Castells postula que as instituições sociais são construídas pelos detentores de poder de acordo com seus valores e interesses, de modo que o poder é exercido pela coerção e/ou pela construção de significado<sup>94</sup>. Segundo o autor, este último método revela-se mais estável e assertivo do que o uso da violência e da intimidação, pois trabalha o imaginário coletivo por meio da manipulação simbólica<sup>95</sup>.

Por esse viés, a compreensão da função da mulher como principal e, por vezes, única responsável pela gestão da casa e criação dos filhos, por exemplo, está arraigada na sociedade, haja vista que o papel feminino permanece atrelado às tarefas domésticas e familiares, ao passo que os homens são vistos como provedores do lar. Essa concepção rígida a respeito dos papéis de gênero reafirma a condição de submissão das mulheres frente aos homens, fazendo parte do significado atribuído à figura feminina.

Todavia, é evidente que as imagens construídas podem ser desfeitas, moldadas e alteradas, de modo a dar novos contornos a questões sedimentadas no âmbito social e cultural. Assim, os atores sociais podem desafiar o poder instituído por meio da construção de significado, reivindicando sua representação de acordo com seus próprios valores e interesses<sup>96</sup>.

Ressalta-se, por fim, que o processo de comunicação é intrínseco à sociedade em rede e envolve o aprendizado de coabitação pacífica com a diferença<sup>97</sup>. Portanto, mostra-se fundamental a observância de valores democráticos para a atuação dos movimentos sociais, bem como de cada cidadão individualmente, em prol de grupos desfavorecidos.

---

<sup>93</sup> LEMOS, André; LEVY, Pierre. **O futuro da Internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 158.

<sup>94</sup> CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 14.

<sup>95</sup> Ibid.

<sup>96</sup> Ibid.

<sup>97</sup> WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006. p. 223.

### 3.3 O poder dos cidadãos na ciberdemocracia

Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, surge o conceito de ciberdemocracia, que se refere ao exercício de práticas democráticas por meio da utilização de tais ferramentas. O modo como a Internet produz canais de conectividade e interação permite a consolidação de processos democráticos por meio da participação e intervenção de diferentes atores, que podem vir a influenciar as decisões governamentais<sup>98</sup>.

Assim, a interferência da população no desenvolvimento da opinião pública é capaz de gerar mudanças nas relações sociais e na própria política. Como apontado no tópico anterior, o compartilhamento de informações por meio da Internet e o consequente engajamento individual e coletivo na rede fortalecem a pluralidade de vozes e a diversidade de opiniões, alicerces da democracia. Nesse sentido:

O aumento do volume de informações em circulação e a existência de debates públicos contraditórios contribuem diretamente para uma maior *visibilidade das relações sociais*. Além da demanda de respeito que a acompanha, esta visibilidade suscita reivindicações sociais. Da mesma forma que a comunicação é um acelerador de identidade cultural, ela é um acelerador de sensibilidade para questões sociais<sup>99</sup>.

Logo, a força das reivindicações sociais é potencializada pelo uso de uma plataforma interativa, acessível e coletiva fornecida pela Internet. Diante desse contexto, Javier Cremades refere-se à “revolução do micropoder”, que seria a expressão do poder de cada indivíduo, proporcionada pelo uso das novas tecnologias de comunicação e consistente na manifestação de opinião e no potencial de decisão e de influência como cidadão, eleitor e consumidor<sup>100</sup>.

Segundo o referido autor, os meios de comunicação tradicionais, como rádio, televisão e imprensa escrita, são, em realidade, meios de informação, pois não permitem a troca característica do ato de comunicar. Assim, a grande inovação do mundo digital seria a capacidade de colaboração e interação do público na produção do que é veiculado como notícia e na configuração da opinião pública<sup>101</sup>.

Nesse contexto, Cremades pontua que “da perspectiva política, pode-se afirmar que a livre circulação de informações implica um sério processo de

<sup>98</sup> WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006. p. 91.

<sup>99</sup> Ibid. p. 114.

<sup>100</sup> CREMADES, Javier. **Micropoder: a força do cidadão na era digital**. São Paulo: Editora Senac, 2009. p. 17.

<sup>101</sup> Ibid. pp. 18-19.

descentralização do poder, tanto estatal como internacional”<sup>102</sup>. Assim, as instituições que tradicionalmente concentravam o poder da informação e, conseqüentemente, detinham o controle da opinião pública, passam a ser confrontadas pela população, antes tão somente consumidora de tais informações. Esse modo inédito de participação proporcionado pelas novas tecnologias de informação e comunicação causa grande impacto nos modelos de democracia praticados até então.

Apesar de as bases do sistema democrático terem se originado em tempos remotos na Grécia, a noção atual de democracia desenvolveu-se juntamente com o constitucionalismo, no fim do século XIX e ao longo do século XX. A Revolução Francesa, alicerçada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, foi determinante para o início da democratização dos Estados, com base no pensamento de autores clássicos como Montesquieu, Locke e Rousseau<sup>103</sup>.

Todavia, deve-se ressaltar que o aludido movimento revolucionário lutou pelos interesses de apenas uma parcela da sociedade, tendo excluído as mulheres, além de outros segmentos sociais, da sua plataforma de reivindicações. O próprio Rousseau defendia a ausência de participação das mulheres na política, tendo em vista que, de acordo com sua concepção, a presença feminina deveria permanecer restrita à esfera privada<sup>104</sup>.

Percebe-se, portanto, que ao longo de seu desenvolvimento a noção de democracia moderna não foi pautada por ideais de justiça e igualdade que abarcassem todas as esferas da sociedade. Ao revés, muitos indivíduos, por pertencerem a determinados grupos, eram e continuam sendo marginalizados, não usufruindo plenamente do status de cidadãos.

O conceito de democracia ainda não está muito bem definido, havendo diversas controvérsias sobre o seu significado. Porém, para compreender sua essência, pode-se recorrer a uma de suas mais célebres definições, de autoria de Abraham Lincoln, segundo a qual democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo<sup>105</sup>.

---

<sup>102</sup> CREMADES, Javier. **Micropoder: a força do cidadão na era digital**. São Paulo: Editora Senac, 2009. pp. 19-20.

<sup>103</sup> MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **John Locke e o individualismo liberal**. In: Os clássicos da política. Org. Francisco C. Weffort. 13ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000. p. 89.

<sup>104</sup> BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 20.

<sup>105</sup> BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000. pp. 348-349.

Isto é, envolve um governo que assegura a seus cidadãos a participação nas decisões políticas, no polo dos “decision-makers”<sup>106</sup>.

Contudo, considerando-se “a complexidade social, a extensão e a densidade demográfica do Estado moderno”, o regime representativo apresentou-se como a melhor solução para a democracia<sup>107</sup>. No contexto da democracia ocidental, além de importantes elementos como o sufrágio universal, o pluripartidarismo e a separação de poderes, destacam-se dois fatores característicos dos sistemas democráticos: a igualdade de todos perante a lei e o Estado de Direito, que garante a proteção das liberdades e direitos individuais e sociais<sup>108</sup>.

Ocorre que a igualdade e a garantia dos direitos fundamentais não são sempre efetivadas no quadro da democracia. No que se refere ao Brasil, a consolidação da democracia é algo recente e que ainda enfrenta muitos desafios. Em geral, a representação política não tem sido guiada pelos interesses do povo, mas sim por interesses de uma pequena parcela privilegiada da população ou de corporações<sup>109</sup>.

Portanto, torna-se crucial para a democratização das instituições políticas maior participação e envolvimento popular, de modo que os interesses do povo sejam devidamente representados. De acordo com Paulo Bonavides, “se há algo importante a fazer em termos de consolidação democrática, é reforçar a organização da sociedade para dar embasamento social ao político, isto é, para democratizar o poder”<sup>110</sup>.

Conforme já mencionado, a estrutura sociocultural, política e econômica característica das últimas décadas, no contexto das sociedades em rede, envolve a inter-relação de quatro fatores: a globalização, a revolução tecnológica, a reestruturação do capitalismo e o fortalecimento de identidades coletivas<sup>111</sup>. A conjuntura estabelecida mediante a convergência de tais fatores abalou a noção de

---

<sup>106</sup> CAGGIANO, Monica Herman. **Democracia x Constitucionalismo – Um navio à deriva?** Disponível em: [http://www.cepes.org.br/home/index.php?option=com\\_content&view=article&id=365:democracia-x-constitucionalismo-um-navio-a-deriva-&catid=41:monica&Itemid=65](http://www.cepes.org.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=365:democracia-x-constitucionalismo-um-navio-a-deriva-&catid=41:monica&Itemid=65). p. 3. Acesso em: 25 jun 2015.

<sup>107</sup> BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 355.

<sup>108</sup> *Ibid.*, p. 356.

<sup>109</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 223.

<sup>110</sup> BONAVIDES, op. cit., p. 227.

<sup>111</sup> CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: A era da informação**. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2000. pp. 17-18.

democracia, bem como questões a ela pertinentes, como representatividade e expressão da vontade comum.

Com vistas a contribuir para o aumento da participação dos cidadãos na vida política, multiplicaram-se reflexões a respeito dos modelos de democracia participativa e deliberativa que propõem mecanismos de atuação direta, colocando em prática outras técnicas de cidadania ativa<sup>112</sup>. Ainda assim, os sistemas democráticos atuais têm sofrido com a falta de legitimação dos cidadãos para com as decisões tomadas pelos governos<sup>113</sup>.

Diante desse cenário de saturação do sistema democrático vigente, as novas tecnologias de informação e comunicação revelam um panorama inédito, visto que possibilitam outras formas de participação para além do mero direito ao voto exercido mediante a eleição de candidatos para ocupação de cargos políticos. Assim, evidencia-se o protagonismo de cada indivíduo integrado com a coletividade e consciente da própria capacidade de influência<sup>114</sup>.

CremaDES refere-se, então, ao aparecimento da democracia interativa, caracterizada pelo desenvolvimento de “uma rede de relações humanas mantidas por meio de um constante diálogo (falar e escutar) possibilitado pelas novas tecnologias”<sup>115</sup>. Desse modo, as instituições políticas passam a ser constantemente questionadas por meio da atuação e interação popular via Internet, o que permite maior controle dos cidadãos acerca das decisões tomadas e das medidas adotadas pelo governo.

No ano de 2015, por exemplo, as mulheres tomaram as ruas e os canais de comunicação intensamente para debater questões políticas no cenário brasileiro, a exemplo do Projeto de Lei n. 5.069/2013<sup>116</sup>, duramente criticado por implementar obstáculos ao acesso ao atendimento médico por vítimas de estupro, conforme será posteriormente analisado em detalhes. A polêmica aprovação do referido projeto de

---

<sup>112</sup> CREMADES, Javier. **Micropoder: a força do cidadão na era digital**. São Paulo: Editora Senac, 2009. pp. 24-25.

<sup>113</sup> Ibid., pp. 27-28.

<sup>114</sup> Ibid., p. 24.

<sup>115</sup> Ibid., p. 35.

<sup>116</sup> LARCHER, Marcello. **CCJ aprova mudança no atendimento a vítimas de violência sexual**. Câmara dos Deputados. 21 out 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/498538-CCJ-APROVA-MUDANCA-NO-ATENDIMENTO-A-VITIMAS-DE-VIOLENCIA-SEXUAL.html>>. Acesso em: 31 jan 2017.

lei impulsionou a expressão da insatisfação popular contra parlamentares conservadores, liderados pelo então Presidente da Câmara<sup>117</sup>.

Verifica-se, portanto, que o novo panorama decorrente da utilização cada vez mais massiva das novas tecnologias da informação e comunicação caracteriza uma nova forma de atuação política, que dá lugar ao exercício da cidadania no meio digital. Trata-se da participação popular na tomada de decisões governamentais por meio da Internet, seja mediante debates, pesquisas de opinião ou coletas de ideias e sugestões.

Um dos meios de atuação pela Internet que se mostrou eficiente refere-se à assinatura de petições eletrônicas, repassadas pelos usuários da rede e encaminhadas aos órgãos governamentais. Exemplos bem-sucedidos na política brasileira, como a aprovação da Lei da Ficha Limpa, demonstram que o peticionamento eletrônico pode configurar um meio legítimo e eficaz de atuação dos cidadãos a fim de influenciar decisões dos Poderes Legislativo e Executivo<sup>118</sup>.

Portanto, as novas tecnologias de informação e comunicação podem apresentar grande potencial de aperfeiçoamento do processo democrático. Isso porque proporcionam “um meio de exploração dos problemas, de discussão pluralista, de evidência de processos complexos, de tomada de decisão coletiva e de avaliação dos resultados mais próximo das comunidades envolvidas”<sup>119</sup>.

Entretanto, deve-se considerar que a Internet também pode ser utilizada para fins de centralização de poder, não sendo sensato conferir a tal meio condição garantida de observador dos princípios democráticos. Existem obstáculos referentes ao acesso ainda limitado à Internet por parte da população, além de outras questões relacionadas ao controle dos serviços de fornecimento de acesso à Internet por um seleto grupo de empresas. Não obstante tal ponderação, vem crescendo a utilização da Internet como meio para exercício da cidadania, configurando-se a era da chamada e-democracia<sup>120</sup>.

---

<sup>117</sup> PELLEGRINI, Marcelo. **Ato de mulheres contra Cunha foca em racismo**. Carta Capital. 12 nov 2015. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/ato-de-mulheres-contracunha-foca-em-racismo-6625.html>>. Acesso em: 31 jan 2017.

<sup>118</sup> GUZZI, Drica. **Web e participação: A democracia no século XXI**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010. pp. 36-37.

<sup>119</sup> Ibid., p. 45.

<sup>120</sup> Ibid., p. 46.

Existem diferentes formas de interação no ambiente virtual com possíveis consequências positivas para o cenário democrático. Rousiley Maia elenca quatro padrões estabelecidos entre os atores coletivos cívicos por meio da Internet: “a) interpretação de interesses e construção de identidade coletiva; b) constituição de esfera pública; c) ativismo político, embates institucionais e partilha de poder; d) supervisão e processos de prestação de contas”<sup>121</sup>.

Dentre tais nichos, destaca-se a construção de identidade coletiva de sujeitos marginalizados como um importante resultado, tendo em vista que a Internet permite a junção de várias vozes individuais, promovendo a obtenção de poder discursivo a fim de desenvolver novos paradigmas de representação e de reconhecimento<sup>122</sup>.

Atrelada a isso, a constituição de esfera pública no ambiente virtual possibilita a troca de experiências, reflexões e soluções para problemas comuns entre usuários situados em diversos locais do planeta. Assim, conforme destaca Maia, “as trocas argumentativas que ocorrem na esfera pública podem influenciar o entendimento que os indivíduos têm sobre os problemas sociais e alterar as relações que eles estabelecem com as instituições do Estado e do mercado”<sup>123</sup>.

Diante disso, a diversidade torna-se cada vez mais visível, levando à reconsideração de valores já consolidados na sociedade e apresentando novas possibilidades de reconfiguração dos modelos convencionais. Com efeito, “o desenvolvimento de uma e-democracia no ciberespaço fornece a ocasião para experimentarmos novos modos de organização e de regulação no espaço público exaltando a singularidade e a multiplicidade”<sup>124</sup>.

Tal perspectiva mostra-se promissora para o êxito das lutas conduzidas pelos movimentos sociais, sobretudo considerando-se que as novas tecnologias de informação e comunicação apresentam-se como uma plataforma acessível e abrangente para a reivindicação de direitos, conforme será demonstrado nos capítulos a seguir.

---

<sup>121</sup> MAIA, Rousiley. **Redes cívicas e Internet: Efeitos democráticos do associativismo**. Disponível em: < <http://desafios2.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/democraciadigital/maia2008.pdf>>. Acesso em: 02 dez 2017. p. 49

<sup>122</sup> Ibid., p. 50

<sup>123</sup> Ibid., p. 52

<sup>124</sup> GUZZI, Drica. **Web e participação: A democracia no século XXI**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010. p. 46.

## 4 O ATIVISMO DIGITAL

Após as considerações acerca do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação e seu impacto nas relações sociais e na política no contexto democrático, passa-se ao estudo de uma das formas de manifestação por meio da Internet que tem se tornado cada vez mais popular: o ativismo digital.

Este capítulo inicia-se com o estudo da definição e das origens do ativismo digital, além da indicação dos principais tipos de ações on-line. Em seguida, salienta-se a relevância da Internet na atuação dos movimentos sociais atualmente, descrevendo as principais vantagens decorrentes da utilização desse meio de comunicação.

Por fim, direciona-se o estudo para a mobilização social por meio das redes sociais digitais, que se mostra como uma alternativa democrática que permite a expressão de diferentes opiniões e proporciona a inclusão e a participação daqueles que têm acesso à Internet.

### 4.1 As origens do ativismo digital

Primeiramente, a fim de compreender o surgimento do ativismo digital, deve-se retornar aos primórdios da Internet. Isso porque, conforme já explicado, essa tecnologia foi criada em ambiente acadêmico, fortemente influenciada por valores de liberdade e solidariedade, tendo sido concebida como um instrumento de livre comunicação<sup>125</sup>.

Nesse sentido, a compreensão da cultura da Internet, fundamentada no fomento à liberdade, no compartilhamento de informações e na livre circulação de conhecimento, é essencial para entender seu modo de funcionamento, que propicia o desenvolvimento do ativismo digital. Essa atividade surge, originalmente, vinculada à cultura hacker. Trata-se de “uma cultura de criatividade intelectual fundada na liberdade, na cooperação, na reciprocidade e na informalidade”<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup> CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 26.

<sup>126</sup> *Ibid.*, p. 45.



Segundo Massimo Di Felice, inicialmente o conceito de ciberativismo ou ativismo digital,

[R]efere-se a como utilizar a Internet para dar suporte a movimentos globais e a causas locais, utilizando as arquiteturas informativas da rede para difundir informação, promover a discussão coletiva de ideias e a proposição de ações, criando canais de participação<sup>127</sup>.

Di Felice ressalta que a marca mais característica do ciberativismo não é a mera atuação por meio da Internet, mas sim a relevante alteração nas formas de ação social. Essa alteração seria marcada por “uma forma intensiva de interação em rede entre indivíduos, território e tecnologias digitais”<sup>128</sup>. Isto é, trata-se de uma constante construção colaborativa envolvendo sujeitos, tecnologia e informação.

David Ugarte, por sua vez, refere-se ao ativismo digital como meio de empoderamento das pessoas mediante a união de três elementos: discurso, ferramentas e visibilidade<sup>129</sup>. Segundo ele:

Poderíamos definir “ciberativismo” como toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal<sup>130</sup>.

Tais definições de ativismo digital vão ao encontro dos ensinamentos de Castells no sentido de que a organização e a mobilização dos grupos sociais ocorre por meio da formação de redes interativas<sup>131</sup>. A Internet irrompe justamente como uma ferramenta de potencialização dessa interação entre os indivíduos.

O grande benefício decorrente da organização em redes consiste na facilitação da intercomunicação de indivíduos e grupos, tornando viável o compartilhamento de diferentes opiniões e interesses e permitindo a “defesa de identidades culturais, a promoção de valores éticos e a democratização da esfera pública”<sup>132</sup>.

O poder da comunicação é intensificado com o advento da Internet, uma vez que esta oferece novas modalidades de expressão, “como as campanhas virtuais, o

<sup>127</sup> DI FELICE, Massimo. **Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas**. MATRIZES, v. 7, n. 2. pp. 49-71; 2013b, p. 54.

<sup>128</sup> Ibid., pp. 54-55.

<sup>129</sup> UGARTE, David. **O poder das redes**. Porto Alegre: PUC-RS, 2008. p. 41.

<sup>130</sup> Ibid., p. 55.

<sup>131</sup> CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet – Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 118.

<sup>132</sup> MORAES, Dênis de. **O ativismo digital**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns, salas de conversação, boletins, manifestos *on-line*, murais, anéis de *sites* e árvores de *links*”<sup>133</sup>.

Assim, entende-se que o ativismo digital surge como um novo horizonte que possibilita maior participação social, podendo ser definido como um modo de expressão ou compartilhamento de opiniões por meio da Internet, com a finalidade de provocar questionamentos e promover alterações na conjuntura social e política.

Alguns estudiosos defendem que as origens do ativismo digital misturam-se ao próprio surgimento e desenvolvimento da Internet, não sendo uma concepção tão recente como aparenta. Segundo Sérgio Amadeu da Silveira:

O ciberativismo se confunde com a própria expansão da rede mundial de computadores. Ele influenciou decisivamente grande parte da dinâmica e das definições sobre os principais protocolos de comunicação utilizados na conformação da Internet<sup>134</sup>.

O marco inicial do ciberativismo, de acordo com a bibliografia majoritária existente sobre o tema, envolve a revolta zapatista ocorrida em 1994 no México<sup>135</sup>. Entende-se que nessa ocasião a rede de computadores foi utilizada pela primeira vez como uma nova forma de resistência.

Posteriormente, 1998 é considerado um ano emblemático, em razão do surgimento do primeiro grupo a se apresentar como ciberativista, denominado *Electronic Disturbance Theater* e criado em apoio ao movimento zapatista<sup>136</sup>. Além disso, nesse mesmo ano despontam dois tipos de ação coletiva por meio da Internet: a desobediência civil eletrônica e o “hacktivismo”<sup>137</sup>, que serão posteriormente diferenciados.

Esse panorama continua a desenvolver-se em 1999, por meio de protestos anticapitalistas que levaram à eclosão da Batalha de Seattle, ocorrida durante a reunião da Organização Mundial do Comércio contra políticas neoliberais

<sup>133</sup> MORAES, Dênis de. **O ativismo digital**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

<sup>134</sup> SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo**. Revista USP, São Paulo, n. 86, pp. 28-39, jun/ago 2010. p. 31.

<sup>135</sup> ALCÂNTARA, Livia Moreira de. **Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões**. Aurora: Revista de arte, mídia e política, São Paulo, v. 8, n. 23. pp. 73-97, jun/set 2015, p. 79.

<sup>136</sup> SILVEIRA, op. cit., pp. 28-39, jun/ago 2010, p. 32.

<sup>137</sup> WRAY, Stefan. **Electronic Civil Disobedience and the World Wide Web of Hacktivism: A mapping of extraparliamentarian direct action net politics**, 1998. Disponível em: <<http://switch.sjsu.edu/web/v4n2/stefan>>. Acesso em: 08 fev 2017.

globalizantes. Esses protestos foram marcados pela utilização das novas tecnologias de informação e comunicação como instrumentos de mobilização<sup>138</sup>.

Já na primeira década dos anos 2000, eclodiram diversos casos de manifestações convocadas e coordenadas por meio de aparelhos de dispositivos móveis e redes sem fio, como nas Filipinas, na Espanha, na França, em diversos países árabes, como Tunísia, Síria e Egito, e nos Estados Unidos<sup>139</sup>.

Em seguida, a partir de 2011, iniciou-se uma onda global de protestos, marcada por manifestações de grandes proporções no mundo árabe, bem como pelos movimentos *Occupy* nos Estados Unidos e dos Indignados na Espanha<sup>140</sup>. É possível identificar pontos comuns que explicam as principais características desses movimentos pós-2010, não obstante se reconheça que cada um apresenta suas especificidades e constate-se a diversidade existente dentro de cada um deles.

O primeiro ponto comum consiste na estrutura de redes, encontros e trocas construída pela Internet, aliada à grande visibilidade decorrente da ocupação de espaços públicos como ruas e praças. O segundo ponto refere-se ao impacto da globalização na atual geração de ativistas, que foram expostos à precarização das condições de trabalho e ao intenso fluxo global de informação. Por fim, o terceiro ponto alude ao significado e às demandas desses movimentos, atrelados aos valores de democracia, justiça social e dignidade<sup>141</sup>.

De acordo com Castells, existem dois fatores por trás da formação do movimento social: a ativação emocional dos indivíduos e o processo de comunicação que os conecta. Assim, se diversas pessoas vivenciam sentimentos de humilhação, exploração, desconsideração ou má representação, por meio da comunicação pode convergir a raiva em comum. Então, mediante a expressão da indignação contra tais situações e após a superação do medo de atuar sobre elas, surge a mobilização coletiva, motivada pela esperança de obter mudanças<sup>142</sup>.

---

<sup>138</sup> ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. *Aurora: Revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v. 8, n. 23. p. 73-97, jun/set 2015, p. 81.

<sup>139</sup> *Ibid.*, p. 84.

<sup>140</sup> GLASIUS, Marlies; PLEYERS, Geoffrey. **The global moment of 2011: Democracy, social justice and dignity**. *Development and Change*, 2013, n.44, pp 547- 567, p. 547.

<sup>141</sup> *Ibid.*, pp. 547- 567, p. 548-549.

<sup>142</sup> CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da Internet**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 23.

O estudo de Castells acerca das manifestações amparadas no universo digital baseou-se em diversos episódios ocorridos ao redor do mundo, como na Tunísia, na Islândia, na Espanha, na Grécia, em Portugal, na Itália e nos Estados Unidos. Segundo ele, “os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela Internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias”<sup>143</sup>.

Assim, com base em tais exemplos, conclui-se que as manifestações que ganham força no século XXI são marcadas pela intensa atuação dos jovens e pelo emprego de novas tecnologias na sua realização<sup>144</sup>, para além da ocupação dos espaços públicos, com a finalidade de reivindicar mudanças no sistema político, econômico e social vigente.

No Brasil, as novas tecnologias de informação e comunicação foram intensamente adotadas, de forma inédita, nas manifestações de junho de 2013. Tratou-se de uma onda de protestos convocados via redes sociais e telefonia móvel, caracterizados pela ausência de hierarquia e gestão descentralizada<sup>145</sup>. Diante desse cenário, alude-se à formação de uma nova forma de mobilização social, “composta predominantemente por jovens, escolarizados, predominância de camadas médias, conectados por e em redes digitais, organizados horizontalmente, críticos das formas tradicionais da política”<sup>146</sup>.

A insurgência da população motivada pela insatisfação com o contexto político e econômico tomou proporções significativas, vindo a expressar-se em centenas de cidades do país, por meio de movimentos organizados mediante a utilização da Internet.

Já é possível vislumbrar impactos decorrentes da mobilização social iniciada com os protestos de junho de 2013, sobretudo quanto à demonstração da capacidade de força e união da população e da possibilidade de provocar mudanças na agenda política por meio de sua atuação<sup>147</sup>.

Cumprido destacar que tais manifestações não surgiram repentinamente, sendo possível vislumbrar diversos fatores que levaram a sua eclosão. Conforme explica

---

<sup>143</sup> CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da Internet**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. pp. 12-13.

<sup>144</sup> GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014. p. 14.

<sup>145</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>146</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>147</sup> *Ibid.*, p. 14.

Maria da Glória Gohn, o movimento foi impulsionado pela indignação com relação a variadas pautas, principalmente em face dos altos gastos de dinheiro público com eventos superfaturados em detrimento da qualidade dos serviços públicos oferecidos à população. Podem-se citar, ainda, questões econômicas, como a inflação; sociais, como a persistente desigualdade que aflige as classes sociais menos privilegiadas; e políticas, como a visibilidade da corrupção associada à sensação de impunidade, bem como a elaboração de projetos de lei discriminatórios<sup>148</sup>.

Nesse ponto evidencia-se a generalizada insatisfação popular com o sistema de governo, sobretudo em razão da crise de representatividade nas democracias atuais, conforme mencionado no capítulo anterior. Diante desse contexto, as manifestações sociais voltam-se contra o sistema político por meio da participação mais ativa dos cidadãos, que vem se amplificando graças à utilização das mídias digitais.

O contexto internacional também pode ser apontado como uma relevante influência, haja vista que os novos movimentos surgidos pela Internet refletem não só a conjuntura local, mas também sofrem intervenções do cenário global. Assim, a carga de especificidade do movimento, que nasce e cresce de acordo com as demandas locais, mistura-se às discussões trazidas pela globalização, potencializada pelo alcance mundial da Internet<sup>149</sup>.

Com efeito, os movimentos iniciam-se com base em demandas próprias e específicas, porém são influenciados por fatos exteriores, em razão da conexão global mantida através das redes da Internet. Verifica-se, portanto, que apresentam “cultura cosmopolita, embora ancorados em sua identidade específica”<sup>150</sup>. Desse modo, constata-se que o surgimento, em outros países, de movimentos iniciados no mundo digital influenciou o desenvolvimento de manifestações similares no contexto brasileiro.

Percebe-se, portanto, que os movimentos ora mencionados decorrem diretamente do ativismo digital, que se configura como o gatilho para a mobilização e organização dos envolvidos. Resta evidente, ainda, uma característica essencial de

---

<sup>148</sup> GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014. pp. 20-21.

<sup>149</sup> CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 165.

<sup>150</sup> Ibid.

todos os movimentos ocorridos no contexto pós-2010, para além do uso das novas tecnologias de informação e comunicação: a luta por valores democráticos.

Essa demanda não constitui apenas uma reivindicação perante os políticos, mas consubstancia-se na própria conduta dos manifestantes, eis que se tornam cidadãos ativos, conscientes do contexto social, político e econômico em que estão inseridos e críticos quanto aos problemas que os envolvem.

Ademais, a própria forma de organização dos movimentos, com estrutura horizontal sem líder aparente, revela outro reflexo dos princípios democráticos que pautam seu processo de funcionamento<sup>151</sup>. Essa disposição sem hierarquia é propiciada pelo desenvolvimento dos movimentos nos meios digitais, o que viabiliza a construção de relações mais dinâmicas e interativas.

Apresentadas as bases do que é o ativismo digital, como se desenvolveu e quais são suas principais características, volta-se à análise das diferentes formas de atuação dos movimentos sociais por meio da Internet a fim de ilustrar com mais detalhes o que configura o ativismo digital.

#### **4.2 Os diferentes tipos de ações on-line e a atuação dos movimentos sociais**

O uso das tecnologias de informação e comunicação para fins de manifestação de opinião e protesto em favor de causas políticas e sociais pode ocorrer de diversas formas. No que se refere aos diferentes tipos de ação on-line, Stefan Wray destaca quatro classificações: ativismo informatizado, infoguerra de base, desobediência civil eletrônica e atividade hacker politizada<sup>152</sup>.

Segundo o autor, enquanto o ativismo informacional estaria limitado à utilização da Internet como mero dispositivo de comunicação, os demais tipos de ação dariam um significado maior ao âmbito digital, encarando-o como um efetivo campo de atuação. Assim, a denominada infoguerra popular seria uma intensificação do ativismo informacional, passando do simples compartilhamento de informações e

---

<sup>151</sup> GLASIUS, Marlies; PLEYERS, Geoffrey. **The global moment of 2011: Democracy, social justice and dignity**. Development and Change, 2013, n.44. pp 547- 567, p. 556.

<sup>152</sup> WRAY, Stefan. **Electronic Civil Disobedience and the World Wide Web of Hacktivism: A mapping of extraparliamentarian direct action net politics**, 1998. Disponível em: <<http://switch.sjsu.edu/web/v4n2/stefan>>. Acesso em: 09 fev 2017.

diálogo para a transformação de palavras em ação, incentivando a prática de atos concretos em oposição à mera descrição ou denúncia de fatos<sup>153</sup>.

No mesmo sentido, a desobediência civil eletrônica seria um modo de manifestação pacífica consubstanciada na ocupação de sites eletrônicos mantidos por instituições governamentais ou empresariais como forma de protesto, prejudicando seu funcionamento normal. O *hacking* politizado, por sua vez, consistiria na tática de acessar e alterar sites eletrônicos, com inclusão de imagens ou textos que evoquem o motivo do protesto, normalmente realizada por indivíduos ou grupos anônimos, visto que, em geral, trata-se de uma ação ilegal<sup>154</sup>.

Apesar de tais conceitos terem sido elaborados por Wray ainda na década de noventa, é possível vislumbrar a reiterada ocorrência, ainda hoje, de determinadas ações referidas por ele, como o ativismo hacker. Embora suas terminologias não sejam adotadas neste trabalho, faz-se referência às diferenciações trazidas pelo autor para demonstrar algumas das distintas maneiras de atuação na e pela Internet.

Entende-se que o ativismo digital, em sua concepção abrangente, configura-se como uma ação praticada por meio da Internet que pode se manifestar por meio de diversas atividades, como, por exemplo, assembleias virtuais e convocações massivas on-line, realizadas para apoiar ou organizar mobilizações que se concretizam fora do mundo virtual<sup>155</sup>.

Pode incluir, ainda, a difusão de informações por páginas da web, e-mails, blogs ou fóruns, em ações de contrapropaganda, na luta anticorrupção ou no combate à censura, por exemplo. Citam-se, ademais, a elaboração de petições e o recolhimento de assinaturas pelo meio virtual, práticas que se mostram efetivas devido à rápida difusão e ao grande alcance<sup>156</sup>. Essas são algumas das diferentes nuances do ativismo digital.

No que se refere à forma de atuação dentro do universo do ativismo digital, percebe-se a atividade isolada de indivíduos, coletiva de grupos e em massa de

---

<sup>153</sup> WRAY, Stefan. **Electronic Civil Disobedience and the World Wide Web of Hacktivism: A mapping of extraparlamentarian direct action net politics**, 1998. Disponível em: <<http://switch.sjsu.edu/web/v4n2/stefan>>. Acesso em: 09 fev 2017.

<sup>154</sup> Ibid.

<sup>155</sup> ORTIZ, R. **Los cibermovimientos sociales. Un nuevo entorno comunicativo para la movilización en la era de Internet**. In L. Castellón & A. Guillier (Coords.). *Comunicación, Redes y Poder*, n. 61, nov/dez 2010, Santiago: RIL Editores. pp. 305-330.

<sup>156</sup> Ibid., pp. 305-330.

movimentos sociais. Neste último caso, constata-se a emergência de um novo conceito, dos movimentos sociais cibernéticos (*social cybermovements*), que se refere aos movimentos sociais que usam processos de comunicação vinculados à Internet para promover e organizar ações coletivas, que podem ser desenvolvidas, simultaneamente, nas redes digitais e fora delas<sup>157</sup>.

Segundo Castells, a Internet apresenta-se atualmente como uma ferramenta essencial para qualquer movimento social, pois, com a utilização desse recurso, os movimentos alcançam mais pessoas com maior rapidez, possibilitando maior sucesso em suas iniciativas<sup>158</sup>.

De fato, constata-se que os principais movimentos sociais do século XXI manifestam-se por meio da Internet, tornando-a um componente indispensável em sua luta cotidiana. Dentre as vantagens da comunicação virtual, destacam-se:

[B]arateamento dos custos; abrangência ilimitada; velocidade de transmissão; ruptura com as diretivas ideológicas e mercadológicas da mídia; autonomia para detonar campanhas, sejam elas de denúncia, de pressão, de conscientização ou de arrecadação de fundos; abertura de fóruns cooperativos (listas de discussão, conferências *on line*, *chats*).<sup>159</sup>

O movimento feminista também se apropriou da Internet como uma plataforma de ação, em especial por intermédio das redes sociais digitais, conforme será analisado no tópico seguinte. A manifestação de coletivos feministas por meio da criação de perfis e páginas voltados para o debate de questões relacionadas às relações de gênero tem se multiplicado, principalmente para deflagrar campanhas de conscientização de direitos e denúncias de violações.

Ressalta-se que o viés democrático da Internet, decorrente do próprio universo em que foi criada, manifesta-se na estrutura horizontal dos movimentos desenvolvidos nas redes, sendo desnecessária a existência de liderança formal para organizar, instruir ou controlar suas atividades<sup>160</sup>. Essa formação descentralizada favorece a participação e o envolvimento individual, independentemente de vinculação a grupos ou instituições consolidados.

<sup>157</sup> ORTIZ, R. **Los cibermovimientos sociales. Un nuevo entorno comunicativo para la movilización en la era de Internet.** In L. Castellón & A. Guillier (Coords.). *Comunicación, Redes y Poder*, n. 61, nov/dez 2010, Santiago: RIL Editores.

<sup>158</sup> CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da Internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013. pp. 162-163.

<sup>159</sup> MORAES, Dênis de. **O ativismo digital.** Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>>. Acesso em: 13 fev 2016.

<sup>160</sup> CASTELLS, op. cit., p. 164.



Cumprе salientar, ainda, que embora os movimentos sociais recorram cada vez mais às tecnologias de informação e comunicação, sua atuação não se limita ao âmbito digital. A bem da verdade, a ocupação do espaço urbano e as manifestações de rua permanecem sendo atividades indispensáveis para a plena mobilização da sociedade<sup>161</sup>. A tecnologia apenas representa uma ferramenta a mais para ser utilizada na atuação dos movimentos sociais, o que não afasta a importância da tomada dos espaços públicos.

A presença on-line dos movimentos sociais também afeta o modo como suas atividades são reproduzidas, na medida em que a Internet tem a propriedade de difundir rapidamente as informações nela inseridas. Destarte, as manifestações podem tornar-se virais em um curto período<sup>162</sup>.

No que se refere às manifestações pós-2010 mencionadas no tópico anterior, a mobilização social foi marcada pelo uso intenso das redes sociais digitais, por representarem “espaços de autonomia” ante o controle governamental e empresarial exercido sobre os demais canais de comunicação<sup>163</sup>. Destarte, passa-se ao estudo das redes sociais digitais para a compreensão dessa nova fase do desenvolvimento do ativismo digital.

### **4.3 O universo das redes sociais digitais**

A fim de compreender o modo como se desdobra o ativismo digital, deve-se traçar algumas diretrizes acerca das redes sociais digitais, tendo em vista que configuram o terreno onde esse tipo de manifestação ocorre com frequência e repercute com intensidade.

O complexo conjunto de relações interpessoais e sociais a que se atribui a denominação de redes manifesta-se, também, no âmbito do mundo digital, por meio de plataformas de interação mediadas por sites e aplicativos.

Retomando o conceito de redes já abordado no capítulo anterior, Castells discute o tema sob a perspectiva da Internet. De acordo com ele:

---

<sup>161</sup> CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 164.

<sup>162</sup> Ibid., p. 166.

<sup>163</sup> Ibid., p. 11.

Uma rede é um conjunto de nós interconectados. A formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes ganharam vida nova em nosso tempo transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet. As redes têm vantagens extraordinárias como ferramentas de organização em virtude de sua flexibilidade e adaptabilidade inerentes, características essenciais para se sobreviver e prosperar num ambiente em rápida mutação<sup>164</sup>.

As redes sociais desenvolvidas pela Internet são referidas como redes sociais on-line ou redes sociais digitais, podendo ser definidas como um “sistema eletrônico de comunicação de alcance global” que permite a participação e interação dos usuários conectados, mediante a criação e o compartilhamento de conteúdo informacional por meio de textos, imagens, sons e vídeos<sup>165</sup>.

A base teórica que sustenta o universo das redes sociais digitais tem como principal expoente a teoria ator-rede, referida com frequência para explicar a dinâmica característica dessa estrutura de relações conectadas pela Internet. Trata-se de uma teoria inovadora quanto à amplitude concedida ao conceito de ator, haja vista que considera como tal não só pessoas, mas também máquinas, dispositivos e quaisquer outros elementos que interfiram no meio. De acordo com esse pensamento, os atores agem formando conexões com outros elementos e, assim, redefinem e modificam os componentes da rede<sup>166</sup>.

De modo geral, pode-se afirmar que as redes sociais digitais são formadas por dois elementos principais: os atores e as conexões criadas entre eles, por meio da comunicação mediada pelo computador<sup>167</sup>. Trata-se de um sistema complexo, que pode apresentar-se no âmbito virtual por dois tipos, as redes emergentes e as redes de filiação ou associativas.

Ao passo que as redes emergentes envolvem conexões por interação social, formando grupos que interagem por meio de comentários<sup>168</sup>, as redes associativas formam-se por mecanismos de associação, a exemplo de listas de amigos ou

---

<sup>164</sup> CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 7.

<sup>165</sup> SANTANA, Vagner Figueiredo de; et. al. **Redes sociais online: desafios e possibilidades para o contexto brasileiro**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO, 29., 2009, Bento Gonçalves. *Anais...* Bento Gonçalves: CSBC, 2009. pp. 339-353, p. 340. Disponível em: <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/semish/2009/013.pdf>>. Acesso em: 10 fev 2017.

<sup>166</sup> LEMOS, Renata; SANTAELLA, Lucia. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 38.

<sup>167</sup> RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 24.

<sup>168</sup> *Ibid.*, p. 94-95.

seguidores, sendo, portanto, mais estáticas e estáveis<sup>169</sup>. Ambos os tipos de redes sociais digitais podem subsistir simultaneamente, como ocorre na plataforma do Facebook.

Cumprido destacar que as comunidades virtuais formadas pelas redes desenvolvidas a partir da conexão entre os indivíduos não podem ser confundidas com os softwares sociais, que correspondem às plataformas em que tal dinâmica acontece. Isto é,

Os *softwares* sociais são programas que funcionam como mediadores sociais e que favorecem a criação de redes de relacionamentos através de espaços onde o usuário pode juntar pessoas do seu círculo de relacionamentos, conhecer outras que compartilhem os mesmos interesses e discutir temas variados, construindo diferentes elos entre os “eus” privado e público.<sup>170</sup>

Assim, as redes sociais digitais desenvolvem-se por meio de programas vinculados à Internet, com recursos e serviços específicos, que permitem o cadastramento dos usuários, a formação de redes de contatos, a divulgação de textos, imagens e vídeos, dentre outras atividades.

O desenvolvimento das redes sociais pode ser dividido em três fases, denominadas redes 1.0, 2.0 e 3.0. A fase inicial caracteriza-se pela interação em tempo real entre os usuários, por meio de programas como ICQ e MSN, profusamente utilizados para fins de conversação na década de noventa e início dos anos 2000. Na etapa 2.0, a rede social desponta como meio de entretenimento, assim como para fins profissionais e de publicidade pessoal, tendo como exemplo os sites Orkut e MySpace. Por fim, a atual fase 3.0 gira em torno do uso de aplicativos e destaca-se pela adoção de dispositivos móveis conectados por redes sem fio, incorporando as características das fases anteriores<sup>171</sup>.

A união dos dois elementos mais característicos das redes 3.0, a mobilidade e o uso de aplicativos, traz à tona um novo quadro no âmbito da comunicação, marcado pelo intenso fluxo de informações. Com efeito,

---

<sup>169</sup> RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 98-99.

<sup>170</sup> MACHADO, Joicemegue Ribeiro; TIJIBOY, Ana Vilma. **Redes sociais virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa**. *Novas Tecnologias na Educação*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, maio 2005. Disponível em: <[http://www.inf.ufes.br/~cvnascimento/artigos/a37\\_redessociaisvirtuais.pdf](http://www.inf.ufes.br/~cvnascimento/artigos/a37_redessociaisvirtuais.pdf)>. Acesso em: 10 fev 2017.

<sup>171</sup> LEMOS, Renata; SANTAELLA, Lucia. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 58.

Nas RSIs 3.0, a dinâmica de renovação de conteúdo passa a ser contínua e coletiva. É a era dos streams (fluxos), das correntezas vivas de informação que entrelaçam textos e links, recomendações, perguntas, declarações, ideias, posições e, por que não, também irrelevâncias. Independentemente do tipo de informação que esteja sendo veiculada, o fluxo de informações é algo vivo, estando permanentemente em movimento<sup>172</sup>.

Esse contexto é propício para a expressão de opiniões, para a manifestação pessoal, para a mobilização de indivíduos, inclusive aqueles que não estão vinculados a determinados grupos ou entidades. Com isso, há uma democratização do espaço de veiculação de informação antes monopolizado pelos grandes grupos da mídia tradicional. As redes sociais digitais configuram, portanto, uma possibilidade de abertura ao incentivar a inclusão e a participação social.

Percebe-se, então, que nas mídias sociais, dentre as quais estão inseridos os programas de redes sociais digitais, a elaboração independente de conteúdo pelo público rompe com o “modelo centralizado de produção de conteúdo e, portanto, da estrutura comunicacional mediada, socializando o processo”<sup>173</sup>.

Assim, a comunicação é alterada de forma contundente mediante a configuração das redes sociais digitais, por meio da criação de perfis públicos que permitem a interação e a articulação entre os usuários, bem como a construção de relações interpessoais graças ao uso de dispositivos ligados à Internet. Nesse sentido,

A integração potencial do texto, imagens e sons num mesmo sistema – interagindo a partir de pontos múltiplos, no tempo escolhido (real ou atrasado) em uma rede global em condições de acesso aberto e de preço acessível – muda de forma fundamental o caráter da comunicação. (...) O surgimento de um novo sistema eletrônico de comunicação caracterizado pelo seu alcance global, integração de todos os meios de comunicação e interatividade potencial está mudando e mudará para sempre nossa cultura<sup>174</sup>.

Além disso, esses ambientes propiciam a expressão das particularidades de cada indivíduo, a construção de identidades, o compartilhamento de valores e ideais e a reunião de pessoas, evidenciando, simultaneamente, a singularidade e os pontos comuns de cada ser humano. Ou seja,

Esta grande rede cooperativa que se distribui rizomaticamente e de forma imprevisível, gera espaços de construção de subjetividades e de possíveis tensões sociais. Essa idéia de imprevisibilidade não é apenas uma questão

<sup>172</sup> LEMOS, Renata; SANTAELLA, Lucia. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 62.

<sup>173</sup> BONKOVOSKI, Amanda, et al. **Refletindo sobre as redes sociais digitais**. *Educação & Sociedade*, vol.35, n.126, Campinas, jan/mar 2014.

<sup>174</sup> CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. V. 1, 10ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 414.

de desordem e de caos, mas sim, a própria representação da diversidade e complexidade humana. Ao mesmo tempo em que valoriza o individual dentro da coletividade, favorece a percepção de conexão planetária, de que todos, de uma certa forma, estão conectados uns aos outros por laços relacionais<sup>175</sup>.

Não obstante tais considerações, cumpre consignar a existência de críticas veementes ao funcionamento das redes sociais digitais. Zygmunt Bauman é um dos que já expressaram uma opinião negativa ante a onda de valorização das relações via Internet.

Na opinião de Bauman, muitas pessoas utilizam as redes sociais de modo restrito, buscando ter acesso somente às opiniões e informações que condizem com o seu ponto de vista. A armadilha das redes sociais, portanto, residiria na possibilidade de deletar contatos e evitar a convivência com as diferenças. Diante dessa opção, as pessoas cada vez mais se tornariam intolerantes, inflexíveis e com a falsa impressão de que o seu pensamento é o mais correto ou até mesmo o único possível<sup>176</sup>.

Andrew Keen, por sua vez, defende serem negativas as alterações promovidas na comunicação pelas redes sociais digitais, uma vez que estariam estimulando a proliferação de comentários superficiais e de opiniões insensatas, o que somente contribuiria para a fragilidade das relações sociais<sup>177</sup>.

Embora não se negue a existência de fatores desfavoráveis na utilização massiva e, conseqüentemente, na dependência das mídias sociais digitais, é certo que tal ferramenta pode ser fonte de muitos progressos. Assim, não sendo possível evitar os avanços tecnológicos ora vivenciados, cabe a seus usuários buscar utilizá-los de forma sensata e de acordo com os princípios democráticos vigentes.

---

<sup>175</sup> MACHADO, Joicemegue Ribeiro; TIJIBOY, Ana Vilma. **Redes sociais virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa**. In: Novas Tecnologias na Educação, Porto Alegre, v. 3, n. 1, maio, 2005. Disponível em: <[http://www.inf.ufes.br/~cvnascimento/artigos/a37\\_redessociaisvirtuais.pdf](http://www.inf.ufes.br/~cvnascimento/artigos/a37_redessociaisvirtuais.pdf)>. Acesso em: 10 fev 2017.

<sup>176</sup> QUEROL, Ricardo de. El País. **Zygmunt Bauman: “As redes sociais são uma armadilha”**. 09 jan 2016. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427\\_675885.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html)>. Acesso em: 20 fev 2016.

<sup>177</sup> KEEN, Andrew. **Vertigem digital – Por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando**. Tradução: Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. p. 19.

## 5 O MOVIMENTO FEMINISTA NA ERA DIGITAL

Conforme delineado nos capítulos anteriores, a manifestação no âmbito virtual tornou-se uma tendência no modo de atuação dos movimentos sociais contemporâneos, inclusive no caso do movimento feminista.

Assim, neste capítulo será analisada primeiramente a origem da atuação do movimento feminista no ciberespaço, discutindo-se a apropriação das ferramentas tecnológicas digitais pelas mulheres. Em seguida, será apresentado o contexto atual do movimento feminista no Brasil e sua relação com a Internet, explicando-se o momento da primavera feminista no ano de 2015.

Por fim, com o propósito de compreender o modo como os direitos das mulheres vêm sendo abordados e de que forma o ativismo digital pode auxiliar a luta feminista, serão analisadas as páginas “Não Me Kahlo” e “Think Olga”, criadas no site Facebook. Para tanto, serão apresentadas a metodologia e a revisão de literatura, com a posterior descrição, análise e comparação dos dados colhidos dessas páginas.

### 5.1 Ciberfeminismo

As primeiras manifestações do movimento feminista na Internet renderam o surgimento do termo “ciberfeminismo”, cuja origem associa-se à mais célebre obra de Donna Haraway, *Manifesto Ciborgue*. Essa obra é conhecida por trazer à luz reflexões inovadoras acerca do impacto das tecnologias digitais no contexto político-social que envolve as mulheres.

Haraway inicia seus argumentos questionando a naturalização da identidade feminina que estaria por trás da união das mulheres. Segundo ela, “não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente una as mulheres”<sup>178</sup>, uma vez que o próprio conceito de mulher decorre da imposição de discursos sociais construídos.

A autora defende que a noção de afinidade é o elemento agregador que justifica a resistência do movimento feminista, e não a identidade<sup>179</sup>. Sua intenção, na

---

<sup>178</sup> HARAWAY, Donna J. **Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX**. In: Antropologia do ciborgue – As vertigens do pós-humano. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. pp. 47-48.

<sup>179</sup> Ibid., p. 48.

realidade, é rejeitar o essencialismo do “ser mulher” e incentivar a apropriação consciente do lugar de oposição. Isto é, a união das mulheres deve partir da recusa de sujeitar-se à condição de inferioridade que lhes é socialmente imposta.

A partir dessa lógica, Haraway passa a analisar o contexto da sociedade pós-moderna, marcada pelas ciências da comunicação e da biologia, que, segundo ela, causam transformações inevitáveis nas estruturas das relações sociais<sup>180</sup>. Diante desse quadro, a autora apresenta a figura do ciborgue, que seria um modelo representativo da fusão entre animal e máquina, orgânico e artificial, de modo a espelhar o efeito dos progressos científicos e tecnológicos nas pessoas e nas relações que mantêm entre si<sup>181</sup>.

O pensamento desenvolvido por Haraway perpassa, portanto, por dois pontos: a necessidade de rompimento com a naturalização do “ser mulher” e com a noção de uma identidade sólida e rígida entre as mulheres; e a reflexão acerca do impacto que a ciência e a tecnologia vêm produzindo no modo como o ser humano interage, comunica-se e expressa-se no dia a dia.

Assim, é visível a conexão das ideias de Haraway com a perspectiva do ciberfeminismo enquanto movimento que utiliza a Internet como ferramenta para provocar mudanças na condição política e social da mulher. O alicerce dessa temática compreende o uso da tecnologia e da comunicação para desenvolver práticas de conscientização e de reivindicação de direitos, com vistas à obtenção de liberdade e igualdade.

O que se extrai do panorama apresentado por Haraway é a necessidade de desconstrução dos discursos vigentes e a visualização de uma nova identidade que reconheça sua própria hibridez e aproprie-se da tecnologia como ferramenta para debater o papel da mulher e as relações de gênero. Desse modo, o teor do *Manifesto Ciborgue* disparou uma sucessão de pensamentos subversivos que serviu como base para uma nova faceta do movimento feminista.

O início da década de 1990 abarca, então, os primeiros desdobramentos do ciberfeminismo, nascido dos preceitos do *Manifesto Ciborgue* e inicialmente

---

<sup>180</sup> HARAWAY, Donna J. **Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX**. In: Antropologia do ciborgue – As vertigens do pós-humano. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 66-67.

<sup>181</sup> Ibid., p. 37.

desenvolvido no trabalho realizado pelo grupo VNS MATRIX, formado por quatro artistas australianas com o intuito de definir estratégias de luta feminista para abordar a relação da mulher com a tecnologia<sup>182</sup>. Esse grupo, manifestando-se sobretudo por meio de expressões artísticas, publicou dois manifestos feministas baseados em uma identidade fluida e sem demarcação de gênero, com linguagem pós-modernista e tecnológica, vindo a cunhar o termo “ciberfeminista”<sup>183</sup>.

A partir de então passam a despontar diversas representantes do ciberfeminismo, não havendo, entretanto, uma definição consolidada para caracterizar tal movimento. A bem da verdade, a ausência de definição é celebrada por alguns, sendo vista como um reflexo da fluidez e do inconformismo que lhe são característicos<sup>184</sup>.

Por outro lado, algumas autoras buscaram estabelecer determinados parâmetros com o objetivo de construir uma definição para o termo. Susan Hawthorne e Renate Klein, por exemplo, entendem o ciberfeminismo como uma filosofia que reconhece a existência de diferenças entre homens e mulheres no discurso digital e luta para exterminá-la<sup>185</sup>.

Rosi Braidotti, por sua vez, entende o ciberfeminismo como uma estratégia de libertação das mulheres e de reconstrução da imaginação coletiva<sup>186</sup>, tendo em vista que o espaço digital não está livre da dominação masculina persistente na sociedade. Na mesma linha, Sadie Plant define o ciberfeminismo como “uma aliança entre as mulheres, a maquinaria e as novas tecnologias”, afirmando que “existe uma velha relação entre a tecnologia da informação e a libertação das mulheres”<sup>187</sup>.

Trata-se de um movimento que questiona, inicialmente, a hegemonia masculina no mundo tecnológico e digital – como na criação de programas ou na publicação de conteúdo –, o que gera a manutenção da desigualdade de gênero

---

<sup>182</sup> MANSO, Almudena García. **Cyborgs, mujeres y debates: el ciberfeminismo como teoría crítica**. Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales, n. 8, pp. 13-26, 2007. p. 15.

<sup>183</sup> Ibid., p. 16.

<sup>184</sup> Ibid.,

<sup>185</sup> HAWTHORNE, Susan; KLEIN, Renate. **Cyberfeminism: Connectivity, critique and creativity**. Melbourne: Spinifex Press, 1999. p. 17.

<sup>186</sup> BRAIDOTTI, Rosi. **Un ciberfeminismo diferente**. Disponível em: <<https://fr.scribd.com/document/116320441/Rosi-Braidotti-Un-ciberfeminismo-diferente>>. Acesso em: 11 jun 2017.

<sup>187</sup> KUNZRU, Hari. **"Você é um ciborgue" – Um encontro com Donna Haraway**. In: Antropologia do ciborgue – As vertigens do pós-humano. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 21.



também no espaço virtual<sup>188</sup>. Posteriormente, o ciberfeminismo passa a abranger outras demandas além da questão da predominância masculina no ciberespaço e no universo tecnológico. Isso porque o movimento feminista, seguindo, assim como os demais movimentos sociais, a tendência digital, passou a apoderar-se da Internet como ferramenta e espaço de luta.

A atuação feminista na Internet, então, passou a crescer e obter cada vez mais adeptas, que se manifestam e comunicam pelas redes digitais, por meio de expressões artísticas, como poesias, desenhos, músicas e fotografias, bem como por meio da publicação de relatos e denúncias, além da convocação de reuniões e protestos. Todos esses modos de atuação podem ser concebidos como atos ciberfeministas, desde que apresentem um viés crítico voltado para o questionamento dos padrões sociais de dominação masculina e de subserviência feminina e para a construção de novas narrativas de identidade.

Em que pese o destaque preliminarmente dado à presença feminina no mundo tecnológico nas origens do ciberfeminismo, atualmente não se vislumbra a limitação da pauta a essa temática. O movimento feminista vem ocupando o espaço digital para defender a modificação da estrutura das relações de gênero em outras esferas, mediante a problematização de questões como a vulnerabilidade da mulher nos campos econômico, do trabalho, da sexualidade, da reprodução, da vida privada e social<sup>189</sup>.

Em resumo, o ciberfeminismo foi um desdobramento do movimento feminista em resposta à nova realidade resultante da ascensão das tecnologias de informação e comunicação, que assim passa a ocupar esse novo espaço com seus questionamentos e suas reivindicações, sobretudo durante a década de 1990 e o início dos anos 2000.

Diante desse contexto, a crescente ocupação feminina da rede mundial de computadores trouxe à luz a relação entre as mulheres e a comunicação, colocando em evidência questões como o acesso à informação e aos meios de comunicação; a predominância de estereótipos femininos depreciativos no discurso midiático; e a

---

<sup>188</sup> NATANSOHN, Graciela. **O que têm a ver as tecnologias digitais com o gênero?** In: Internet em código feminino: Teorias e práticas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013. p. 16.

<sup>189</sup> MANSO, Almudena García. **Cyborgs, mujeres y debates: el ciberfeminismo como teoría crítica.** Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales, n. 8. pp. 13-26, 2007. p. 25.

ausência de número significativo de mulheres em cargos de liderança na área de telecomunicações e mídia.

A participação ínfima de mulheres na estrutura de criação e veiculação de conteúdo pelas mídias resulta na perpetuação de imagens discriminatórias que povoam o imaginário coletivo. Ademais, a predominância masculina no ramo da comunicação gera, por vezes, o descrédito de temáticas classificadas como “femininas”<sup>190</sup>. Citam-se, por exemplo, as questões domésticas ou estéticas, usualmente atreladas às mulheres, sem que haja atribuição de responsabilidade ou reconhecimento de interesse nessas áreas pelos homens.

Assim, a partir da concepção de que a comunicação consiste em uma ferramenta estratégica na luta feminista, a Internet mostra-se como um passo adiante em razão de seu potencial que permite a criação de modelos de difusão de conhecimento independentes e possibilita que as mulheres ocupem os papéis de autoras, transmissoras e destinatárias da informação<sup>191</sup>.

Deve-se ter em mente que a apropriação das ferramentas tecnológicas não busca tão somente a inserção das mulheres nesse meio, mas apresenta uma finalidade maior, de quebra de paradigmas sociais e influência política por meio da ocupação do ciberespaço. Assim,

Não é apenas um problema de competências tecnológicas o que está em jogo numa política feminista para as TIC's, mas sim, de entender o alcance político e social da cultura digital e do entorno tecnológico como forma de vida contemporânea, como o ambiente onde se desenvolve a nossa vida e nossas lutas<sup>192</sup>.

Dessa maneira, o ciberfeminismo surgido nos anos 1990, iniciado por mulheres programadoras e voltado à questão da dominação masculina na área tecnológica, desenvolveu-se e tornou-se mais amplo, mediante a percepção do espaço digital como um campo de batalha capaz de comportar muitas outras reivindicações.

Assim, a Internet foi sendo utilizada pelo movimento feminista de modo a estender a discussão da questão tecnológica, profissional e acadêmica da ocupação do

---

<sup>190</sup> URETA, Ainara Larrondo. **La red al servicio de las mujeres – Aproximación a la relación mujer y medios de comunicación en Internet**. Estudios sobre el mensaje periodístico, n. 11. pp. 375-392, 2005. p. 379.

<sup>191</sup> Ibid., p. 381.

<sup>192</sup> NATANSOHN, Graciela. **O que têm a ver as tecnologias digitais com o gênero?** In: Internet em código feminino: teorias e práticas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013. p. 24.

espaço digital pela mulher, migrando para o debate sobre direitos que ultrapassam o universo on-line.

## 5.2 O ativismo digital e a primavera feminista

A fim de compreender a atual conjuntura do ativismo digital feminista no Brasil, mostra-se necessária a análise das circunstâncias sociais e políticas que levaram à explosão da mobilização feminista no ano de 2015, conhecida como “primavera feminista”.

A primavera feminista, que teve seu ápice nos meses de outubro e novembro de 2015, foi marcada por atos de protesto de mulheres inconformadas com a possível aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei n. 5.069/2013, proposto pelo então deputado federal Eduardo Cunha (PMDB/RJ). Essa proposta legislativa foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em 21 de outubro de 2015, e sua tramitação encontra-se paralisada na Coordenação de Comissões Permanentes desde então<sup>193</sup>.

O projeto de lei, apelidado por alguns de “PL do estupro”<sup>194</sup>, versa sobre o delito de aborto, prevendo adendos ao Código Penal quanto à tipificação do crime e à respectiva penalidade. O objetivo do referido projeto é incluir como tipo penal as condutas de anúncio de meios abortivos e de indução da gestante à prática do abortamento.

Ou seja, além da conduta de provocar aborto em si ou outrem, com ou sem consentimento, já prevista como crime no Código Penal, o projeto de lei tem por intuito criminalizar os atos de anunciar meios abortivos ou induzir a gestante a praticar o aborto. Segundo a justificativa apresentada pelo próprio relator do projeto, busca-se conferir maior efetividade à proibição legal do aborto<sup>195</sup>.

---

<sup>193</sup> Informação retirada do site oficial da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>>. Acesso em: 12 nov 2017.

<sup>194</sup> **Em debate: O PL do estupro.** Politize! Disponível em: <<http://www.politize.com.br/pl-do-estupro/>>. Acesso em: 20 nov 2017.

<sup>195</sup> **Projeto de lei nº 5.069/2013.** Câmara dos Deputados. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra.jsessionid=506D242DCCEDD497E7A453D443BC297.proposicoesWebExterno2?codteor=1061163&filename=PL+5069/2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra.jsessionid=506D242DCCEDD497E7A453D443BC297.proposicoesWebExterno2?codteor=1061163&filename=PL+5069/2013)>. Acesso em: 25 jun 2017.

Concretamente, todavia, a aprovação de tal proposta acarreta limitações às já escassas exceções legais ou jurisprudenciais à criminalização do aborto, restritas às hipóteses de estupro, risco à saúde da gestante e má-formação cerebral do feto. Caso implementada a modificação legislativa pretendida, obstáculos serão impostos às vítimas de estupro que optem pela interrupção da gestação, como a obrigatoriedade de prestar queixa contra o agressor e de submeter-se a exame físico no Instituto Médico Legal, bem como a possibilidade de negativa de prestação de serviço pelo médico por motivos pessoais<sup>196</sup>.

A apresentação de texto legislativo dessa natureza reflete a orientação conservadora que se intensificou nos últimos anos no Congresso Nacional, em especial devido à forte presença de parlamentares religiosos, militares e ruralistas<sup>197</sup>. A composição atual do Poder Legislativo impede, em muitas ocasiões, avanços no que diz respeito à garantia de direitos e liberdades de minorias.

A ameaça de retrocesso quanto aos direitos das mulheres, representada por essa proposta de alteração legislativa, gerou uma onda de agitação, especialmente no âmbito dos coletivos feministas. Além disso, a revolta alcançou mulheres que não possuíam qualquer vínculo com entidades organizadas e que também se mobilizaram para expressar seu descontentamento com a possibilidade de novas restrições a seus corpos e sua liberdade de escolha.

Além da questão política, determinadas circunstâncias sociais também impulsionaram o levante das mulheres em prol da garantia de seus direitos, ganhando destaque a questão do assédio. Essa temática tomou espaço nas redes sociais digitais após a repercussão de comentários machistas e de cunho sexual referentes a uma participante da versão mirim de um programa de televisão de culinária, que deu ensejo à discussão acerca da idade em que as meninas começam a sofrer assédio<sup>198</sup>.

---

<sup>196</sup> BEDINELLI, Talita. **Um projeto que pode piorar ainda mais o calvário das vítimas de estupro**. El País. São Paulo, 12 nov 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/07/politica/1446854183\\_211544.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/07/politica/1446854183_211544.html)>. Acesso em: 26 jun 2017.

<sup>197</sup> CARAM, Bernardo; SOUZA, Nivaldo. **Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, diz Diap**. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 06 out 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em: 26 jun 2017.

<sup>198</sup> **Primavera feminista no Brasil**. El País. São Paulo, 12 nov 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533\\_406426.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html)>. Acesso em: 29 jun 2017.

O debate sobre o respeito ao corpo e à presença feminina no espaço público ferveu por meio da ampla adesão à campanha “Meu primeiro assédio”, criada pela ONG “Think Olga” no contexto desse episódio, buscando problematizar a questão da exposição das mulheres, desde a infância, a tais situações vexatórias.

Essa campanha, que “viralizou” nas mídias sociais digitais por meio da identificação #meuprimeiroassedio, permitiu que mulheres compartilhassem relatos pessoais de suas primeiras lembranças de assédio, quando ainda crianças, de modo a destacar a gravidade desse tipo de violência corriqueira<sup>199</sup>.

A revolta contra a violação dos direitos mais básicos das mulheres, como ocupar espaços públicos e locomover-se livremente, associada à ameaça de restrições quanto a direitos que ainda gozam de proteção precária, como o aborto legal, foi o estopim para que as mulheres invadissem as redes e as ruas, por meio de protestos e manifestações, eclodindo no que se denominou “primavera feminista”.

Esses protestos foram programados com auxílio das redes sociais digitais, que contribuíram fortemente para convocar as mulheres a comparecerem às ruas e participarem das manifestações. Assim, para compreender como se desenvolveram esses episódios, bem como a nova forma de exercício da luta por direitos por intermédio das redes sociais digitais, serão analisadas publicações das páginas “Não Me Kahlo” e “Think Olga” nos meses de outubro e novembro de 2015, período correspondente ao auge da primavera feminista naquele ano.

### **5.3 Objeto de estudo: As páginas “Think Olga” e “Não Me Kahlo”**

As manifestações feministas têm se multiplicado nos últimos anos, em especial devido à participação crescente das mulheres no espaço público e no mercado de trabalho, em atos de exercício de cidadania e na reivindicação de seus direitos. Nesse contexto, a Internet apresenta-se como um poderoso instrumento para impulsionar a atuação do movimento feminista na contemporaneidade.

---

<sup>199</sup> ROSSI, Marina. **O dia em que relatos do primeiro assédio tomaram conta do Twitter**. El País. São Paulo, 23 out 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/22/politica/1445529917\\_555272.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/22/politica/1445529917_555272.html)>. Acesso em: 26 jun 2017.

Diante de tal quadro, indaga-se como a Internet pode ser utilizada com a finalidade de contribuir para a igualdade de gênero, visualizando a adoção dessa ferramenta como uma escolha do movimento feminista para ampliar suas zonas de atuação quanto à conscientização, reivindicação e garantia de direitos.

O objetivo específico deste trabalho é identificar de que forma o feminismo vem atuando na Internet para fins de promoção dos direitos das mulheres. Busca-se, em resumo, verificar quais pautas são abordadas com mais ênfase e qual estratégia é adotada em sua abordagem, destacando-se o modo como a discussão sobre direitos é conduzida por páginas com temática feminista.

Para tanto, será apresentada, primeiramente, uma breve revisão da literatura sobre o tema do ativismo digital feminista brasileiro. Em seguida, será delineada a metodologia para seleção e análise das páginas “Think Olga” e “Não Me Kahlo”, acompanhada da descrição de cada uma e dos coletivos que as mantêm. Por fim, serão apresentados, analisados e comparados os dados colhidos nas páginas selecionadas.

### 5.3.1 Revisão de literatura

Muitos trabalhos foram escritos nos últimos anos com o fito de estudar o ativismo digital feminista no Brasil e compreender seu modo de atuação, dos quais alguns serão citados para fins de comparação e contextualização do presente estudo.

Em geral, os trabalhos voltados a essa temática buscaram analisar o desenvolvimento do ativismo digital feminista por meio da seleção de determinados coletivos e seus respectivos blogs e/ou páginas no Facebook. Esses trabalhos têm por propósito, em regra, apresentar um diagnóstico do contexto geral do movimento feminista na era digital por meio da análise individual de um ator a título de exemplo.

É o caso do artigo intitulado “Feminismo na Internet: O caso do coletivo Marcha das Vadias e sua página no Facebook”<sup>200</sup>, de autoria de Caroline Kraus Luvizotto e Laís Modelli Rodrigues, que propõe a análise do uso das redes sociais on-

---

<sup>200</sup> RODRIGUES, Laís Modelli; LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **Feminismo na Internet: O caso do coletivo Marcha das Vadias e sua página no Facebook**. *Colloquium Humanarum*, v. 11, n. especial, p. 367-375, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/135661>>. Acesso em: 20 set 2017.

line pelo movimento feminista no Brasil por meio do estudo da página do Facebook do coletivo Marcha das Vadias do Rio de Janeiro.

Tal estudo analisou as postagens da página no período de 04 a 10 de agosto de 2014, com o objetivo de observar como o coletivo utilizou o Facebook e quais estratégias adotou para comunicar-se com a sociedade. Nesse contexto, foram analisados o número de posts e sua distribuição ao longo dos dias dentro do período delimitado, bem como os recursos utilizados (campanhas, eventos, links de outros sites feministas, artes enviadas pela próprias seguidoras, etc.). Ademais, delineou-se a estrutura dos textos postados, anotando a presença de imagens e/ou fotos e a linguagem utilizada, incluindo o modo de escrita, as palavras, a grafia e o uso de termos próprios dos estudos das relações de gênero.

Outro estudo similar foi elaborado por Douglas Alves Graciano e outros, denominado “Movimento feminista em rede: análise do blog e do Facebook ‘Lugar de Mulher’”<sup>201</sup>. Esse artigo contribuiu para o tema do uso das ferramentas de comunicação digitais pelo movimento feminista por meio da análise do blog “Lugar de Mulher” e sua respectiva página no Facebook.

A pesquisa, nesse caso, foi efetuada por meio da observação do conteúdo das postagens e dos comentários do blog e da página no Facebook, após levantar um breve histórico sobre o site e suas criadoras. A análise do conteúdo dos posts publicados veio acompanhada de gráficos sobre o número de curtidas, comentários e compartilhamentos por postagem diária no Facebook. Ademais, foi analisado, superficialmente, o teor dos comentários feitos pelos usuários na página do Facebook.

Caminho semelhante seguiram Jordana Fonseca Barros e Nícia de Oliveira Santos no artigo “O movimento feminista no Facebook: Uma análise das páginas Moça, você é machista e Feminismo sem demagogia – Original”<sup>202</sup>, que teve por objetivo a compreensão e identificação de práticas de ciberfeminismo no Facebook,

---

<sup>201</sup> GRACIANO, Douglas Alves; LOPES, Josiane de Cássia; MAGALHÃES, Eduardo; SERIDORIO, Daniele Ferreira; VICENTE, Guilherme Henrique. **Movimento feminista em rede: análise do blog e do Facebook “Lugar de Mulher”**. Pensamento Plural: Pelotas, Ano 9, n 17, jul/dez 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/5862/5161>>. Acesso em: 20 set 2017.

<sup>202</sup> BARROS, Jordana Fonseca; SANTOS, Nícia de Oliveira. **O movimento feminista no Facebook: uma análise das páginas Moça, você é machista e Feminismo sem demagogia – Original**. Disponível em: <<http://www.labcomdata.com.br/wp-content/uploads/2015/12/SantosNdeOBarrosJFPaper.pdf>>. Acesso em: 20 set 2017.

analisando-se a atuação das páginas “Moça, você é machista” e “Feminismo sem demagogia”.

Esse estudo voltou-se à identificação de qual corrente feminista predomina nas publicações das páginas, do tipo de publicação mais usado e do alcance de tais páginas por meio de curtidas, compartilhamentos e comentários. Foram realizadas considerações sobre as criadoras das páginas e a vertente à qual são filiadas, indicando-se o número de posts, comentários, compartilhamentos e curtidas das publicações no período analisado. Apontaram-se, ainda, os temas mais abordados nas páginas.

Já José Riverson Araújo e outros, no artigo "O papel da página ‘Empodere Duas Mulheres’ na expansão do movimento feminista nas redes sociais"<sup>203</sup>, buscam compreender a influência das redes sociais e, mais especificamente, das páginas do Facebook, na difusão do movimento feminista no século XXI. A pesquisa fundamenta-se na análise da página “Empodere Duas Mulheres”, a fim de constatar como a ocupação dos espaços digitais influencia a expansão das discussões envolvendo pautas feministas. Foi realizada a observação da página no período de 15 de maio a 14 de junho de 2016 para análise de conteúdo das publicações e dos comentários.

O trabalho de Bruna Provazi Barreiros, "Estratégias de visibilidade e articulação no ciberespaço: Uma análise do ativismo feminista brasileiro no Facebook"<sup>204</sup>, reflete sobre o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação para facilitar e fortalecer a articulação política das mulheres na sociedade em rede, analisando a atuação de seis páginas feministas do Facebook durante o mês de março de 2013. O método de análise envolveu identificar as principais pautas do movimento feminista presentes na rede, qual a linguagem e a abordagem utilizadas para comunicar o feminismo, quais seus objetivos e sua repercussão.

---

<sup>203</sup> RIOS, José Riverson Araújo Cysne; RODRIGUES, Zilá Marília Torres. **O papel da página “Empodere Duas Mulheres” na expansão do movimento feminista nas redes sociais.** Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2981-1.pdf>>. Acesso em: 20 set 2017.

<sup>204</sup> BARREIROS, Bruna Provazi. **Estratégias de visibilidade e articulação no ciberespaço: Uma análise do ativismo feminista brasileiro no Facebook.** 2013. Tese de Mestrado em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC.



A partir de todos os estudos mencionados, selecionados dentre diversos outros voltados para o tema do ativismo digital feminista, verifica-se que o Facebook tem sido objeto de estudo em voga devido a seu uso cada vez mais disseminado pelos movimentos sociais. No caso do feminismo, existem várias páginas criadas nessa plataforma para a divulgação de questões referentes ao movimento, sendo que as pesquisas que têm por propósito analisar a atuação on-line feminista costumam selecionar uma ou duas páginas para observação dos conteúdos publicados em determinado período.

O procedimento adotado nesta pesquisa aproximou-se dos trabalhos citados quanto ao método, isto é, a seleção de duas páginas do Facebook para análise de conteúdo durante um período determinado a fim de identificar os temas comentados e a forma de abordagem. Contudo, o intuito desta pesquisa é analisar os dados colhidos nas páginas selecionadas com vistas a refletir sobre a abordagem dos direitos das mulheres pelo ativismo digital, no contexto da primavera feminista em 2015.

No que se refere às conclusões, os trabalhos mencionados constataram, em geral, que o uso das tecnologias de informação e comunicação vem fortalecendo os movimentos feministas, apresentando grande potencial como espaço de discussão das pautas defendidas. Há, porém, algumas críticas, como a limitação do público atingido pelos debates desenvolvidos nas redes sociais digitais.

Conforme será detalhado adiante, a conclusão deste trabalho dirige-se à conexão entre a divulgação de informações e a conscientização sobre os direitos das mulheres. O ativismo digital feminista é considerado, nesse quadro, um recurso de empoderamento capaz de causar, a longo prazo, modificações nas relações sociais de gênero.

### **5.3.2 Metodologia**

As páginas feministas da rede social Facebook a serem analisadas foram escolhidas dentre páginas que se prestam à difusão de informação a respeito de questões de gênero com enfoque nas mulheres. Os critérios utilizados para seleção dessas páginas envolvem: o autorreconhecimento como parte do movimento

feminista; a atuação dentro e fora da Internet; e a repercussão na sociedade por meio da mídia tradicional.

O reconhecimento da página como feminista é inferido da própria descrição fornecida nos respectivos sites. A página “Não Me Kahlo” afirma ter sido criada “com o intuito de levar conhecimento e ampliar o debate para a desconstrução do machismo na sociedade”<sup>205</sup>. Na mesma toada, a página “Think Olga” define-se como “uma ONG feminista que luta pelo empoderamento feminino por meio de informação”<sup>206</sup>. A partir dessas descrições, percebe-se que as páginas selecionadas têm em comum o fato de apresentarem-se como parte do movimento feminista e ampararem-se explicitamente no poder da informação e da comunicação para a conscientização das mulheres acerca de seus direitos.

A atuação dentro e fora da Internet é apreciada pela frequência das publicações e pela existência de projetos e atividades paralelos à ação on-line. Conforme será demonstrado adiante, ambas as páginas costumam publicar novos conteúdos diariamente, o que expressa a constante atualização e movimentação no âmbito virtual. Além disso, as duas páginas ficaram conhecidas pela criação de campanhas on-line que tiveram grande repercussão nas redes sociais digitais e na mídia tradicional.

Quanto à atuação fora das redes, um ponto em comum a ser destacado é o fato de que as duas páginas renderam a publicação de livros acerca dos temas abordados em suas atualizações diárias. A criadora da ONG Think Olga redigiu o livro “Meu corpo não é seu – Desvendando a violência contra a mulher”, focado na questão do assédio e da violência contra as mulheres. As integrantes do coletivo Não Me Kahlo, por sua vez, escreveram o livro “#Meu Amigo Secreto – Feminismo além das redes”, composto por artigos que retratam diversas temáticas feministas debatidas nas redes sociais digitais.

Outra semelhança entre as páginas aludidas consiste no fato de que foram inicialmente criadas por mulheres sem qualquer base institucional, que enxergaram nas redes digitais um terreno fértil para a disseminação de informações acerca do

---

<sup>205</sup> Informação retirada da página do coletivo Não Me Kahlo no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/NaoKahlo/?fref=ts>>. Acesso em: 03 mai 2016.

<sup>206</sup> Informação retirada da página da ONG Think Olga no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/thinkolga/?fref=ts>>. Acesso em: 03 mai 2016.

feminismo. Não obstante realizem projetos fora do mundo virtual, o foco na Internet permanece ativo, representando grande parte de sua atuação.

A repercussão na mídia tradicional, por sua vez, é aferida pela existência de referências às páginas em jornais e revistas de grande circulação, bem como entrevistas com suas criadoras. As duas páginas selecionadas foram citadas por diversas vezes em reportagens de jornais, revistas e televisão devido a sua atuação, que tem sido acompanhada por muitas mulheres, e por suas campanhas inovadoras e criativas.

É importante ressaltar, porém, que as páginas escolhidas foram criadas por mulheres que são, em sua maioria, brancas, de classe média e com diplomas universitários. Esse fato deve ser mencionado, pois, ainda que as pautas discutidas sejam influenciadas pela tendência interseccional, o contexto e a origem das pessoas responsáveis pela elaboração do conteúdo das páginas também devem ser considerados para fins de interpretação dos dados colhidos.

No que se refere à metodologia da pesquisa, por meio da análise das páginas do Facebook Think Olga e Não Me Kahlo serão colhidos e interpretados dados para a compreensão do ativismo digital e das estratégias adotadas para a abordagem e divulgação de informações sobre os direitos das mulheres.

Os dados serão colhidos nas mencionadas páginas do Facebook no período de 15 de outubro a 15 de novembro de 2015 e serão analisados de modo a apurar, sobretudo, a frequência das postagens, a linguagem adotada, os recursos utilizados (texto, ilustração, vídeo, fotografia), os tipos de abordagem (artigos, notícias, reportagens, campanhas, manifestos, denúncias, pesquisas, relatos) e os temas mais recorrentes, dentre outros elementos a serem considerados para a compreensão do método de difusão de informações pelas redes sociais digitais.

### **5.3.3 Think Olga**

A página Think Olga foi criada em abril de 2013 pela jornalista Juliana de Faria, seguida da formação de uma organização não-governamental homônima que

promove projetos voltados à difusão de informação e construção de conhecimento como ferramentas de afirmação da mulher na sociedade<sup>207</sup>.

O nome Think Olga faz referência ao verbo “pensar” em inglês e objetiva incentivar a reflexão e o questionamento entre as mulheres, optando-se pela adoção de um nome próprio feminino para “personificar o projeto” e aproximá-lo das leitoras<sup>208</sup>.

Como já dito, em sua página no Facebook o coletivo apresenta-se como “uma ONG feminista que luta pelo empoderamento feminino por meio de informação”. Já em seu site oficial, o coletivo indica ter por objetivo a criação de conteúdo crítico e reflexivo voltado a questões complexas que afetam as mulheres. Além disso, aponta como sua missão o empoderamento de mulheres por meio da informação, bem como a reprodução de ações e a representação das vozes femininas em ambientes controlados por homens<sup>209</sup>.

Essa organização não-governamental possui diversas iniciativas desenvolvidas nas redes digitais e fora delas, porém tornou-se conhecida sobretudo devido à popularidade das campanhas virtuais “Chega de Fiu-Fiu” e “Meu Primeiro Assédio”.

A campanha “Chega de Fiu-Fiu” foi criada em 24 de julho de 2013 pela Think Olga buscando combater o assédio sexual em espaços públicos<sup>210</sup>. Iniciou-se por meio da publicação de ilustrações com mensagens de reprovação dessa prática e, diante da repercussão nas redes sociais digitais, desdobrou-se em diferentes linhas. Primeiramente, foi conduzido um estudo on-line pela jornalista Karin Hueck, em 2013, envolvendo questionamentos acerca das situações de assédio nas ruas vivenciadas pelas mulheres, por meio do qual foi apurado que 99,6% das 7.762 participantes já haviam sido assediadas<sup>211</sup>.

Após a grande repercussão obtida na mídia pela divulgação de tais dados, a campanha elaborou um mapa virtual interativo que permitia a inclusão, pelas próprias

---

<sup>207</sup> Informação retirada do site oficial Think Olga. Disponível em: <<http://thinkolga.com/a-olga/>>. Acesso em: 03 mai 2016.

<sup>208</sup> Ibid.

<sup>209</sup> Informação retirada da página da ONG Think Olga no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/thinkolga/?fref=ts>>. Acesso em: 03 mai 2016.

<sup>210</sup> Informações retiradas do site oficial da ONG Think Olga. Disponível em: <<http://thinkolga.com/chega-de-fiu-fiu/>>. Acesso em: 02 jun 2017.

<sup>211</sup> Ibid.

vítimas de assédio, do local onde ocorreu o episódio, sendo possível relatar os detalhes da experiência<sup>212</sup>.

Seguiram-se, depois, outras ações, como a publicação, em agosto de 2014, de um livro sobre o tema intitulado “Meu corpo não é seu”, disponibilizado para download<sup>213</sup>, além da produção de uma cartilha em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, lançada em 25 de novembro de 2014<sup>214</sup>. Por fim, um documentário sobre a questão do assédio está sendo produzido por meio de financiamento coletivo obtido pela Internet<sup>215</sup>.

A abordagem sincera e direta do projeto “Chega de Fiu-Fiu” tornou-o conhecido nacionalmente por meio da repercussão nas redes sociais digitais e em grandes veículos da imprensa<sup>216</sup>. Rendeu, ainda, a posterior criação de outra campanha, denominada “Meu Primeiro Assédio”.

Esse projeto também teve por mentora a jornalista Juliana de Faria, iniciando-se com a divulgação de sua história pessoal acerca da primeira memória que tem como vítima de assédio nas ruas, ainda na infância, por meio da utilização da expressão #meuprimeiroassedio nas redes sociais digitais. Desencadeou-se, então, uma onda de debates e compartilhamento de relatos sobre o tema, sobretudo no Facebook e no Twitter, com a participação de milhares de mulheres e, inclusive, com a manifestação de homens comovidos com as histórias divulgadas<sup>217</sup>.

Além disso, a organização Think Olga também coordena projetos paralelos que vão além das redes, como a iniciativa “Entreviste uma mulher”, que criou uma base de dados para viabilizar a conexão entre jornalistas e mulheres, a fim de que estas contribuam como fontes; a “Escola de líderes”, que desenvolve um programa de mentoria na área de negócios direcionada para mulheres; e o “Minimanual do

---

<sup>212</sup> Mapa disponível em: <<http://chegadefiuuiu.com.br/>>.

<sup>213</sup> E-book disponível em: <<http://thinkolga.com/ebook/>>.

<sup>214</sup> Cartilha disponível em: <<http://thinkolga.com/cartilha/>>.

<sup>215</sup> Informações retiradas do site oficial da ONG Think Olga. Disponível em: <<http://thinkolga.com/documentario/>>. Acesso em: 02 jun 2017.

<sup>216</sup> Cita-se como exemplo a matéria "Campanha 'Chega de Fiu-Fiu' pede fim do assédio às mulheres", veiculada pela Revista Exame em 07 dez 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/campanha-chega-de-fiu-fiu-pede-fim-do-assedio-a-mulheres>>. Acesso em: 03 mai 2016.

<sup>217</sup> Vide matéria “Tocados pelo #primeiroassedio, homens fazem meaculpa”. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/tocados-pelo-primeiroassedio-homens-fazem-meaculpa-17975262>>. Acesso em: 03 mai 2016.

Jornalismo Humanizado”, que pretende estabelecer diretrizes para a veiculação de notícias livres de preconceito<sup>218</sup>.

#### 5.3.4 Não Me Kahlo

A página Não Me Kahlo, por sua vez, é impulsionada por um coletivo feminista formado por um grupo de cinco mulheres jovens, estudantes ou profissionais da área de ciências humanas. Em seu site oficial, o coletivo afirma que tem por objetivo “agregar pessoas com interesse em aprofundar os estudos sobre o feminismo, compartilhar ideias, histórias e também promover ações que busquem a luta por direitos das mulheres e a efetivação dos direitos já conquistados”<sup>219</sup>.

O nome “Não Me Kahlo” faz referência à artista mexicana Frida Kahlo, considerada por muitos um ícone do feminismo. Seu sobrenome é utilizado em um jogo de palavras, pois apresenta a mesma sonoridade do verbo “calar” conjugado na primeira pessoa do singular. Assim, o nome da página transmite a intenção de constituir um canal de manifestação feminista que se recusa a silenciar em face do machismo.

Sua atuação iniciou-se na rede social Facebook em abril de 2015, com o propósito de veicular informações e propagar conhecimento na Internet a fim de tornar as ideias feministas mais acessíveis e empoderar mulheres. Posteriormente, a atuação do coletivo expandiu-se para outras plataformas de redes sociais digitais, como Twitter, Instagram e Youtube, e também por meio da criação de um blog, espaço virtual onde são publicados textos de autoria das próprias integrantes e de colaboradoras.

Foi a partir da campanha “Meu Amigo Secreto”, entretanto, que a página Não Me Kahlo alcançou visibilidade nacional e repercutiu nas redes sociais digitais e em jornais e revistas de grande circulação. Segundo informações das próprias integrantes do coletivo, é difícil identificar com exatidão como se deu o surgimento do projeto, uma vez que este teve um início espontâneo e coletivo.

---

<sup>218</sup> Mais informações no site oficial, disponível em: <<http://thinkolga.com>>. Acesso em: 05 mai 2016.

<sup>219</sup> Informação retirada do site oficial Não Me Kahlo. Disponível em: <<http://www.naomekahlo.com/sobre>>. Acesso em: 02 dez 2017.

Esclarecem, porém, que a campanha foi desencadeada em novembro de 2015 por meio de uma série de publicações no Twitter, cujo teor denunciava situações machistas vivenciadas cotidianamente pelas mulheres, com inspiração na clássica brincadeira das festividades de fim de ano, em que são descritas determinadas características da pessoa sorteada que será presenteada para que os demais participantes adivinhem sua identidade<sup>220</sup>.

Diversas mulheres, então, passaram a divulgar em seus perfis virtuais experiências pessoais de discriminação de gênero, atribuindo a autoria de tais episódios a um “amigo secreto”. Segundo o coletivo, a finalidade da proposta era “chamar atenção para o machismo daqueles que nos são próximos, desmistificando a noção de que nossos agressores são sempre pessoas desconhecidas”, podendo ser, inclusive, pessoas que as interlocutoras poderiam ter sorteado em um jogo de amigo oculto<sup>221</sup>.

Após a reação positiva de algumas seguidoras do perfil do coletivo no Twitter, deslocou-se a discussão para a página mantida no Facebook, em que a expressão “meu amigo secreto” passou a ser utilizada como *hashtag*<sup>222</sup> por iniciativa das próprias usuárias. Assim, várias mulheres publicaram em suas páginas pessoais relatos em tom de denúncia acompanhados da expressão #MeuAmigoSecreto a fim de expor situações de discriminação, abuso ou violência de gênero praticadas por conhecidos, sem identificá-los diretamente<sup>223</sup>.

A repercussão dessa campanha tomou proporções tão notáveis que as integrantes do coletivo foram convidadas a publicar um livro sobre a temática (#Meu Amigo Secreto – Feminismo além das redes), em que abordam questões fundamentais do movimento feminista no contexto atual.

---

<sup>220</sup> BARIONI, Paola et al. **#MeuAmigoSecreto: Feminismo além das redes**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016. pp. 14-15.

<sup>221</sup> Ibid..

<sup>222</sup> Ferramenta virtual que permite que palavras precedidas pelo símbolo "#" transformem-se em tópicos compartilhados e comentados pelos usuários nas plataformas das redes sociais digitais.

<sup>223</sup> BARIONI, op. cit., p. 15.

### 5.3.5 Apresentação e análise dos dados

No período selecionado, isto é, entre 15 de outubro e 15 de novembro de 2015, época de efervescência da primavera feminista, ambas as páginas foram alimentadas com frequência média de uma publicação por dia. No total, a página Think Olga apresentou 35 publicações nesse lapso temporal, ao passo que na Não Me Kahlo contabilizaram-se 29.

Convém salientar que todas as publicações divulgadas no período acima indicado foram consideradas para a apuração dos números ora computados e para a análise do conteúdo, inclusive aquelas que compreendem vídeos ou textos provenientes de outros sites.

No caso da página Think Olga, as publicações são em sua maioria compostas de textos de autoria própria, com linguagem formal e didática, sempre acompanhados de ilustrações ou fotografias. Das 35 publicações veiculadas nesse período, apenas três são vídeos, tratando-se as restantes de artigos escritos especialmente para a página ou de referências a textos escritos em outra plataforma com indicação do link correspondente.

Da leitura dos textos publicados na página é possível inferir que apresentam, em regra, teor explicativo, voltado à contextualização e problematização das questões que circundam a vivência das mulheres. As opiniões emanadas são sempre justificadas e relacionadas com o contexto sociocultural, apresentando tom crítico e argumentativo.

Constata-se, enfim, que a página tende a publicar principalmente textos, artigos e campanhas de autoria própria, com referências ocasionais a notícias de jornais e pesquisas institucionais. Da leitura das publicações sobressai a intenção educativa da página, uma vez que seleciona temáticas importantes relacionadas à luta feminista, buscando explicar tais questões de forma didática e crítica.

No que tange o teor das publicações, é possível dividi-las em três segmentos: aquelas voltadas para a divulgação de projetos e campanhas (17 publicações no total); aquelas que tratam de questões gerais afetas ao feminismo e críticas a



comportamentos e padrões sociais (13 publicações no total) e aquelas que abordam acontecimentos recentes (cinco publicações no total)<sup>224</sup>.

No primeiro grupo, há a divulgação de dois projetos criados e desenvolvidos pela ONG no período pesquisado: “Olga Mentoring”, projeto de mentoria de negócios gratuita para mulheres, e “Editathon”, iniciativa de capacitação de mulheres para editar o site Wikipedia e contribuir com a inserção de informações sobre mulheres no mundo *geek* e da ciência. Ademais, também é mencionada por diversas vezes a campanha “Meu Primeiro Assédio”, que, como explicado anteriormente, trata sobre a questão do assédio contra mulheres.

Há, ainda, algumas notas de agradecimento pela adesão do público aos projetos e campanhas divulgados na página e pela repercussão na mídia. Além de publicar projetos da própria ONG, faz-se também menção a projetos e campanhas feministas desenvolvidos por outros coletivos ou indivíduos.

Já no segundo grupo, há a abordagem de diversas temáticas que fazem parte da pauta feminista atualmente e que configuram críticas a condutas e padrões sociais. Alguns desses temas envolvem atos de preconceito inconsciente, aptidão e talento das mulheres para a área científica, definição do termo “feminismo”, assédio sexual, violência on-line contra mulheres, falta de representação feminina na política, conciliação da maternidade com a carreira das mulheres, imposição de padrões estéticos, falta de espaço e de voz da mulher negra.

Por fim, quanto ao terceiro grupo, verificam-se referências ao tema da dissertação da prova do ENEM de 2015 (“persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”) e aos atos da primavera feminista ocorridos em outubro de 2015 (divulgação das manifestações e protestos agendados).

Nota-se que a página dirige-se, por vezes, à tratativa de questões teóricas genéricas, como o conceito de “feminismo” e a necessidade de alteração dos padrões sociais. Em outras ocasiões, o enfoque é direcionado a exemplos concretos de desigualdade de gênero, aproximando o público de reflexões e questionamentos acerca das relações de gênero e da condição social da mulher por meio da referência a situações cotidianas.

---

<sup>224</sup> A divisão das temáticas pode ser melhor visualizada no gráfico e na linha do tempo em anexo.

A questão dos direitos das mulheres tangencia todas as publicações da página, sendo algumas delas voltadas para o questionamento de práticas sociais. Cita-se como exemplo o post sobre a presença de mulheres em áreas tecnológicas, enfatizando a inexistência de aptidão determinada pelo gênero e esclarecendo que não há qualquer obstáculo biológico para que as mulheres persigam esse ramo de estudos. No mesmo sentido, o post sobre a conciliação de maternidade e carreira coloca em evidência as dificuldades enfrentadas pelas mulheres ao tentarem equilibrar as tarefas domésticas e familiares com as escolhas profissionais.

Outros posts adotam uma posição mais incisiva, buscando incentivar a participação política ativa das mulheres, como no caso da publicação que divulgou sete propostas de parlamentares que representavam violações a direitos das mulheres. De modo semelhante operou a publicação que questionava a falta de representação feminina na política nacional.

Ademais, algumas publicações noticiaram e apoiaram os atos feministas contra o Projeto de Lei n. 5.069/2013 e contra Eduardo Cunha, divulgando fotografias e datas dos eventos e convocando as leitoras a ocuparem as ruas e participarem dessas manifestações.

As campanhas e projetos desenvolvidos e anunciados na página constituem, além disso, formas de colocar em prática as reflexões feministas e estimular a participação das mulheres em diversos campos de atuação, cultivando valores como criatividade, solidariedade e cooperação.

Com relação à página Não Me Kahlo, identifica-se o uso de linguagem mais simples, direta e informal. Percebe-se, também, a adoção de uma variedade maior de recursos para veiculação das informações, como quadrinhos, vídeos, fotografias, notícias, dicas de leitura, disponibilização de acervo digital de livros, reprodução de posts de outros usuários, de páginas do Facebook ou de blogs.

As publicações dessa página são mais diversificadas quanto à forma e não apresentam um padrão de estrutura e de organização. Em geral os textos são curtos – por vezes compostos de apenas uma frase –, e nos posts são empregados diversos recursos audiovisuais para divulgação de conteúdo. Em decorrência disso, as publicações apresentam uma abordagem mais acessível, uma vez que divulgam materiais de leitura fácil e rápida.

As publicações, de acordo com seu teor, também podem ser divididas conforme categorias semelhantes às já mencionadas: aquelas que tratam de questões gerais afetas ao feminismo e críticas a comportamentos e padrões sociais (20 publicações no total); aquelas com divulgação de eventos ou dicas de leitura (quatro publicações no total) e aquelas com reflexões sobre acontecimentos recentes (cinco publicações no total)<sup>225</sup>.

No primeiro grupo, os posts fazem referência a questões gerais sobre comportamentos ou práticas sociais discriminatórias, recorrendo a quadrinhos, vídeos e publicações próprios ou de outros usuários ou páginas, em sua maioria revestidos de humor e ironia. Alguns dos temas abordados são a interferência da religião na rejeição da prática do aborto, o questionamento do consentimento em relações sexuais envolvendo menores de idade, as diversas condutas que caracterizam um relacionamento abusivo e as diferentes nuances da discriminação racial.

O segundo grupo reúne posts de divulgação de eventos, além de indicações e disponibilização de acervo de livros e artigos sobre feminismo.

No terceiro grupo, por sua vez, a página refere-se a questões atuais como o tema da redação do ENEM de 2015 e os protestos e manifestações contra o Projeto de Lei n. 5.069/2013 e contra Eduardo Cunha.

Observa-se que as publicações dessa página são empregadas como ponto de partida para reflexões e debates sobre questões recorrentes no que se refere à condição social das mulheres e às relações de gênero, mesclando temas atemporais e contemporâneos. Os assuntos são tratados de forma crítica e em certo tom de sarcasmo, e os posts costumam incentivar contribuições das leitoras.

A proteção dos direitos das mulheres é a base das publicações, que trazem questionamentos referentes a situações cotidianas de violações com o intuito de aproximar a luta feminista da realidade vivenciada pelas mulheres que acompanham a página, conscientizando-as acerca da importância de reivindicar seus direitos. É o caso, por exemplo, dos posts sobre a falta de representatividade feminina em filmes ou sobre as diferentes formas de comportamentos abusivos em relacionamentos amorosos.

---

<sup>225</sup> A divisão das temáticas pode ser melhor visualizada no gráfico e na linha do tempo em anexo.

O estímulo à participação das usuárias pode ser notado na publicação que colocou em pauta a existência de eventos feministas nas cidades onde as leitoras residem, encorajando a divulgação e compartilhamento de espaços de interação fora das redes virtuais. Há, também, menção aos atos da primavera feminista a fim de incentivar as mulheres a participarem das manifestações nas ruas.

Comparando-se as páginas Think Olga e Não Me Kahlo no que diz respeito ao modo como os direitos das mulheres são abordados, verifica-se que ambas apresentam estratégias diferenciadas de tratamento, porém demonstram identidade na escolha dos temas, com ênfase em questões como assédio e violência, representação política e participação no mercado de trabalho.

Enquanto a página Think Olga apresenta um viés didático e refinado, com textos mais elaborados, escritos em linguagem clara e teor educativo, a página Não Me Kahlo demonstra ter uma orientação mais direta e prática, sem esmiuçar as fundamentações das críticas expressas em suas publicações.

No que se refere à atividade dentro e fora das redes, a página Think Olga apresenta um plano estruturado de atuação, o que pode decorrer do fato de que se trata de uma organização não-governamental. Assim, em razão da sua natureza institucional, percebe-se a promoção de projetos, eventos e campanhas bem organizados que ultrapassam o âmbito virtual.

Não Me Kahlo, por outro lado, é um coletivo cuja atuação concentra-se no meio virtual, apresentando um viés mais marcado pelas características que regem as relações estabelecidas pela Internet, quais sejam, fluidez, fugacidade, mensagens curtas e diretas e intensa adoção de recursos audiovisuais.

Embora essa estratégia seja conveniente para atingir um número maior de leitores (o que poderia explicar a quantidade consideravelmente superior de “curtidas” da página Não Me Kahlo em comparação com a página Think Olga<sup>226</sup>), sob outra perspectiva pode revelar-se uma forma superficial de abordar questões complexas. Isso porque as opiniões emitidas não são acompanhadas de argumentos que as embasem, o que pode dificultar uma compreensão mais aprofundada dos temas expostos.

---

<sup>226</sup> Em meados de outubro de 2017 o número de curtidas da página Think Olga correspondia a 174.658, e o da página Não Me Kahlo correspondia a 1.238.702.

Em sentido contrário, a escolha da Think Olga de apresentar textos mais elaborados e longos para os parâmetros da Internet<sup>227</sup>, apesar de ser informativa e esclarecedora, requer uma dedicação de tempo para leitura que, em muitos casos, é incompatível com a dinâmica virtual. Assim, o discurso em excesso também pode constituir um obstáculo para a absorção do conteúdo.

A título de ilustração, apenas para fins de indicação dos temas que tiveram mais repercussão nas redes entre o público que acompanha as páginas, faz-se referência às publicações que receberam o maior número de “curtidas” e o maior número de compartilhamentos no período analisado.

A “curtida” consiste em uma ferramenta virtual que permite ao usuário expressar interesse ou concordância com determinada publicação, ao passo que o compartilhamento possibilita a divulgação da publicação para outros usuários da plataforma digital. Ambos os recursos intensificam a interação nas redes sociais digitais e podem ser usados como indicadores de reprodução do conteúdo exposto.

Verifica-se, assim, que na página Think Olga a publicação que aparenta ter tido maior repercussão no período analisado, tratando sobre o tema da dissertação da prova do ENEM, recebeu 7.000 curtidas e 2.356 compartilhamentos.

Na página Não Me Kahlo, por outro lado, a publicação que mais reverberou na rede mundial de computadores apresentou 25.000 curtidas e 16.748 compartilhamentos, tendo por objeto um vídeo satírico sobre assédio nas ruas e outras situações cotidianas de machismo.

Esses números não correspondem ao efetivo número de pessoas que tiveram acesso aos conteúdos publicados nas páginas; tampouco representam o alcance das publicações em termos de público que tem acesso às informações veiculadas. Trata-se meramente de um dos diversos mecanismos existentes para mensurar as interações no âmbito digital, não podendo ser analisado isoladamente.

No que se refere à acessibilidade do conteúdo, vale salientar a existência de limitação quanto ao nível de escolaridade, classe social e idade do público, considerando-se que o perfil majoritário daqueles que utilizam a Internet com

---

<sup>227</sup> Das publicações analisadas, a mais longa contém quatrocentos e trinta e cinco palavras, ao passo que a menor é composta de apenas quatro palavras. Os textos apresentam uma média de cento e vinte e nove palavras por publicação, sendo que vinte das trinta e cinco publicações apresentam mais de cem palavras.

frequência, sobretudo as plataformas de redes sociais digitais como o Facebook, compreende jovens de classe média alfabetizados.

Destarte, ao aspecto aparentemente democrático do sistema de redes sociais digitais há de ser contraposto o fato de que grande parte da população brasileira ainda não possui fácil acesso à Internet ou não sabe navegá-la com propriedade. Esse obstáculo gera o afastamento do conteúdo divulgado nas páginas ora analisadas de pessoas pertencentes a classes sociais menos favorecidas, não alfabetizadas ou de faixa etária mais elevada.

Percebe-se, nesse ponto, a ausência de menção, durante o período estudado, a questões relativas a mulheres de baixa renda, não escolarizadas, indígenas, camponesas, deficientes, dentre outras pertencentes a grupos ainda invisibilizados. Desse modo, em que pese seja sustentada a adesão das páginas estudadas à interseccionalidade, muitas perspectivas e realidades ainda são excluídas das pautas nelas abordadas.

Nota-se, ainda, que a linguagem adotada presume, em geral, certa familiaridade do interlocutor com as questões de gênero. Embora não haja utilização de vocabulário rebuscado, os textos não costumam apresentar explicações detalhadas de termos específicos frequentemente mencionados, como gênero, sexo ou interseccionalidade, o que pressupõe conhecimentos prévios dos leitores.

Contudo, apesar do aspecto limitado quanto ao perfil do público que acessa tais páginas, o conteúdo veiculado não é voltado a indivíduos necessariamente comprometidos com a mobilização social em prol das causas feministas. Em verdade, o propósito das páginas parece ser justamente o fomento da curiosidade e do envolvimento de cada um com o movimento feminista à sua maneira.

No geral, o que se identifica de semelhante entre essas duas páginas é o intuito de utilizar a Internet como ferramenta de comunicação e difusão de conhecimento para estimular a conscientização das mulheres. Ambas buscam trazer conteúdos diversificados que tratam, com olhar crítico e questionador, sobre a posição social da mulher, seus direitos e as relações de gênero que as envolvem.

A ênfase em questões que giram em torno da ocupação dos espaços públicos pelas mulheres – sejam as ruas, as instituições políticas ou o mercado de trabalho –, demonstra a preocupação com a alteração do *status quo* nas relações de gênero e

revela o intuito de provocar mudanças comportamentais por meio da conscientização individual e coletiva sobre os males das discriminações vivenciadas pelas mulheres.

O ativismo digital desenvolvido por meio dessas páginas no contexto da primavera feminista surgiu como reflexo das ameaças de retrocesso e dos óbices ao livre exercício dos direitos já conquistados pela mulheres. A expressão das reivindicações feministas no âmbito virtual configura, portanto, uma importante vertente da luta pela equidade de gênero, pois potencializa a difusão de informações e estimula a inclusão e participação de mais indivíduos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho iniciou-se com a análise da luta feminista no contexto atual, destacando os principais direitos reivindicados e a tendência à interseccionalidade. A ideia geral que perpassa o breve estudo dos feminismos apresentados no primeiro capítulo consiste na necessidade de mudanças de padrões sociais, com vistas a possibilitar o surgimento de novas representações de gênero e de construções identitárias plurais.

A partir desse estudo, entende-se que a luta por direitos no âmbito do movimento feminista é indissociável do poder da mobilização social e da comunicação. A interação entre os indivíduos e a mobilização coletiva ocorre no intrincado universo das relações sociais, que funcionam como redes que promovem a conexão entre cada sujeito por meio da comunicação.

O conceito de redes, estudado no segundo capítulo, configura uma peça fundamental para a compreensão dos movimentos sociais, dentre os quais se inclui o movimento feminista, e para a análise do papel da comunicação em sua constituição e desenvolvimento. A configuração em redes proporciona um terreno fértil para a manifestação e a troca de ideias, perspectivas e experiências, por meio do constante intercâmbio entre diferentes sujeitos, maximizado pela globalização e pelo uso das tecnologias digitais.

Considerando-se a busca por representatividade dos variados grupos sociais, a estrutura de redes contribui para a consolidação de valores democráticos ao garantir a pluralidade de opiniões. Fica evidente, assim, a importância da comunicação e da difusão de informação na luta contra a desigualdade, o que contribui para a percepção da comunicação como um direito humano.

A interligação entre a comunicação e a política evidencia-se com o surgimento da opinião pública, potencializada pelo desenvolvimento das redes digitais. O exercício da cidadania e a intervenção dos cidadãos na política por meio da plataforma digital ensejam inúmeras possibilidades de participação e representatividade que consolidam a experiência democrática.

Diante desse panorama, constata-se que as manifestações de movimentos sociais no século XXI são marcadas pelo intenso uso das novas tecnologias digitais e



pela luta por valores democráticos, conforme estudado no terceiro capítulo. A importância das redes sociais digitais no que se refere ao exercício do direito à comunicação decorre, em grande parte, da liberdade e da autonomia na elaboração e publicação de conteúdo. O ativismo digital surge, então, como um modo de expressão e compartilhamento de opiniões pela Internet que promove a organização e a mobilização de grupos sociais mediante a formação de redes interativas.

Sob a perspectiva dos feminismos, o ativismo digital proporciona uma nova forma de propagação e de abordagem da pauta defendida, marcada pela horizontalidade, acessibilidade e popularização. Com o uso cada vez mais difundido das tecnologias digitais, sobretudo pelo público jovem, a Internet torna-se uma ferramenta de inserção do movimento feminista na vida cotidiana por meio de reflexões, questionamentos e debates veiculados nos softwares de redes sociais digitais.

No contexto brasileiro, a atuação digital ocorrida no âmbito da primavera feminista, no ano de 2015, repercutiu de modo inédito devido à adoção simultânea de duas ferramentas poderosas: a ocupação das ruas e a apropriação dos espaços digitais, em resposta a reiteradas situações de opressão e violação de direitos, buscando evitar o retrocesso e ao mesmo tempo almejando novas conquistas.

Diante disso, buscou-se analisar, neste trabalho, como os direitos das mulheres são abordados e discutidos por meio do ativismo digital feminista e de que forma esse tipo de atuação vem contribuindo para a divulgação das reivindicações do movimento na sociedade.

Para atingir tal propósito, foram selecionadas duas páginas mantidas por organizações e coletivos feministas no Facebook: “Think Olga” e “Não Me Kahlo”. Ambas apresentam perfis semelhantes no que diz respeito aos questionamentos levantados e às reflexões sugeridas ao público que segue seu conteúdo, amparadas no pensamento interseccional e alerta para a inclusão e representação das diferenças dentro do movimento feminista.

As estratégias de divulgação da pauta feminista pelo meio digital, de acordo com os dados colhidos nesta pesquisa, incluem a publicação de artigos, notícias e relatos; a utilização de recursos visuais, como imagens, vídeos, fotografias, gráficos e

quadrinhos; e a criação de campanhas virtuais que incentivam o compartilhamento de narrativas pessoais.

A partir da análise das páginas, constatou-se a adoção de um viés de desconstrução de padrões normativos de masculinidade e feminilidade e de flexibilização das definições essencialistas de gênero. Dentre os temas abordados são mencionados, com frequência, a violência e o assédio contra mulheres, a sobrecarga feminina com atividades domésticas e maternas, os estereótipos de gênero, a representação política feminina, a inserção e a atuação das mulheres no mercado de trabalho.

De modo geral, como desdobramentos da atuação das páginas analisadas, vislumbra-se a provocação de questionamentos sobre a representação das mulheres na sociedade; a reflexão crítica sobre propostas de alteração legislativa envolvendo direitos das mulheres; a reivindicação de implementação de medidas a fim de garantir avanços em prol da igualdade de gênero; a criação de campanhas dentro e fora das redes com vistas à conscientização sobre situações de violência e discriminação contra mulheres.

Percebe-se, enfim, que o discurso adotado por ambas as páginas apoia-se na ideia de empoderamento das mulheres por meio do compartilhamento de informação, o que se mostra em consonância com os pensamentos de Castells e Cremades acerca da relevância e do potencial da manifestação de opiniões por meio das novas tecnologias de comunicação e da Internet.

Segundo esses autores, as novas tecnologias de comunicação como *smartphones* e *tablets* com acesso à Internet configuram uma fonte de poder para os cidadãos, pois permitem a livre manifestação e a formação de opiniões. No caso do ativismo digital feminista, isso pode ser observado no modo como a divulgação da pauta feminista pela Internet tem ocasionado a proliferação do debate na sociedade acerca das relações de gênero.

Retomando o pensamento de Castells a partir disso, verifica-se que a construção de significado na produção de relações de poder pode trazer modificações no que tange às questões referentes à dominação masculina e à opressão feminina. Isto é, por meio da comunicação podem ser estabelecidos novos parâmetros sociais e

culturais que questionem e ressignifiquem os papéis atribuídos aos homens e às mulheres na sociedade.

Assim, a partir da discussão das temáticas propostas pelas páginas estudadas, certas situações ainda normalizadas, como, por exemplo, a sobrecarga de tarefas domésticas e familiares que pesa sobre as mulheres, passam a ser questionadas e problematizadas. O mero exercício de compreensão de que as situações cotidianas que envolvem questões de gênero não são simplesmente decorrentes de fatores biológicos, mas sim de construções sociais, já configura um passo em direção a mudanças de comportamento quanto à garantia dos direitos das mulheres. Disseminar essa constatação ajuda na conscientização sobre a necessidade de distribuir de maneira igualitária as obrigações concernentes ao lar e à criação e educação dos filhos.

Além disso, a apropriação da Internet para difusão de debates dessa natureza configura um ato de exercício da cidadania no novo contexto da democracia na era digital. A mobilização feminina por meio da rede mundial de computadores apresenta-se como uma forma de reação à ameaça aos direitos das mulheres; por exemplo, no atual contexto brasileiro, em decorrência da tendência conservadora do Congresso Nacional. Assim, diante da inexpressiva representação feminina no Poder Legislativo, a ocupação das redes digitais torna-se uma modalidade de expressão da insatisfação das mulheres e de interferência em questões políticas.

A força das reivindicações sociais potencializada pelo uso da Internet traz à tona o conceito de “revolução do micropoder” elaborado por Javier Cremades. Nesse contexto, evidencia-se o poder individual de cada cidadão resultante do uso das novas tecnologias de comunicação, que proporcionam a manifestação e o compartilhamento de opiniões e informações.

Além da reivindicação de direitos, a plataforma virtual enseja, ainda, a identificação entre as mulheres em razão de situações de opressão e discriminação, gerando sentimentos de empatia, solidariedade e união. Isso acontece, por exemplo, na luta contra o assédio nos espaços públicos.

O debate sobre o assédio nas ruas tomou grandes proporções, sobretudo por tratar-se de um tema que, via de regra, atinge as mulheres de modo semelhante. Por ser uma conduta resultante da cultura consolidada de objetificação do corpo feminino,

é seguro dizer que toda mulher já sofreu ou sofrerá ao menos um episódio de assédio ao longo da vida. Diante disso, o reconhecimento público dessa posição comum, ocupada pelo simples fato de ser mulher, torna-se um ponto de apoio, capaz de amenizar a sensação de cada vítima de que é a única a sofrer tal infortúnio.

Os atos de vocalizar e denunciar as diversas circunstâncias em que as mulheres são inferiorizadas e desrespeitadas, bem como de reivindicar mudanças a fim de que seus direitos sejam garantidos, viabilizam o fortalecimento do papel de protagonismo. Cria-se, assim, uma base de identificação entre as mulheres por meio do compartilhamento de experiências.

Com efeito, a possibilidade de compartilhamento de relatos pessoais pela via digital oportunizou uma interação inédita entre mulheres que vivenciam ou vivenciaram situações de violação de direitos. Vislumbra-se, assim, a concretização da noção de afinidade a que se refere Donna Haraway, de modo que a consciência de que existem problemas que afetam todas as mulheres, ainda que em graus de intensidade diferentes, une-as em torno dessas questões.

Ademais, sendo a Internet um meio de comunicação dinâmico, interativo e participativo, os conteúdos por ela veiculados podem ser elaborados e compartilhados por qualquer pessoa, vindo a atingir um público grande e diversificado. Desse modo, determinados assuntos polêmicos passam a ser abordados e discutidos sem se submeterem a restrições ou manipulações decorrentes de interesses políticos ou econômicos defendidos pelos grandes veículos de comunicação.

Isso não significa dizer que as opiniões manifestadas pela Internet não são pautadas por determinados interesses ou ideologias. É incontestável que toda informação veiculada é influenciada pelas ideias e perspectivas daquele que as transmite, porém a abertura proporcionada pela Internet garante a pluralidade de visões e potencializa o debate.

Assim, não prevalece na opinião pública apenas determinado ponto de vista, garantindo-se maior diversidade e representatividade, o que, por sua vez, acaba influenciando o conteúdo divulgado pelos veículos de comunicação da grande mídia, como jornais e revistas.

Percebe-se, ainda, que o intercâmbio de informações proporcionado pelo meio digital representa uma nova forma de divulgação das demandas feministas,

capaz de atingir pessoas que, a princípio, não teriam interesse ou oportunidade de participar de reuniões, manifestações ou qualquer outro ambiente de debate voltado a questões concernentes aos feminismos.

Diante disso, as páginas feministas apresentam uma abordagem inovadora ao propor o debate de tais questões, buscando incutir no público que acessa seu conteúdo a ideia de que os padrões sociais podem e devem ser questionados, repensados e modificados. Nessa perspectiva, utilizam-se das tecnologias de comunicação digitais para estimular o envolvimento de todos, a manifestação de opiniões e o compartilhamento de ideias e informações.

Assim, conclui-se que o uso da Internet tornou-se uma ferramenta indispensável, pois inerente ao cotidiano de grande parte da sociedade, com potencial de abrangência inédito. A extensão da luta feminista ao espaço virtual ajudou a revigorar o movimento, trazendo maior atenção às suas reivindicações e atraindo um público mais diversificado.

Em suma, todas as diferentes formas de atuação possibilitadas pela Internet podem vir a provocar mudanças socioculturais de modo a garantir os direitos das mulheres e a igualdade de gênero por meio da difusão de conhecimento e informação. No que diz respeito aos feminismos, o poder da ferramenta tecnológica digital reside, em grande parte, na possibilidade de apropriação das próprias histórias e na construção de identificação entre as mulheres, aproximando o movimento feminista da população e possibilitando a tomada de consciência e a reivindicação de direitos por cada indivíduo.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Lívia Moreira de. **Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões**. Aurora: Revista de arte, mídia e política, São Paulo, v. 8, n. 23. pp. 73-97, jun/set 2015.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BARIONI, Paola et al. **#MeuAmigoSecreto: Feminismo além das redes**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.
- BARREIROS, Bruna Provazi. **Estratégias de visibilidade e articulação no ciberespaço: Uma análise do ativismo feminista brasileiro no Facebook**. 2013. Tese de Mestrado em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC.
- BARROS, Jordana Fonseca; SANTOS, Nícia de Oliveira. **O movimento feminista no Facebook: uma análise das páginas Moça, você é machista e Feminismo sem demagogia – Original**. Disponível em: <<http://www.labcomdata.com.br/wp-content/uploads/2015/12/SantosNdeOBarrosJFPaper.pdf>>. Acesso em: 20 set 2017.
- BEDINELLI, Talita. **Um projeto que pode piorar ainda mais o calvário das vítimas de estupro**. El País. São Paulo, 12 nov 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/07/politica/1446854183\\_211544.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/07/politica/1446854183_211544.html)>. Acesso em: 26 jun 2017.
- BENTO, Berenice. **Politizar o abjeto: dos femininos aos feminismos**. In: MEDRADO, Benedito; GALINDO, Wedna (Org.). **Psicologia social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. p. 361-362.
- BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 569-581, mai-ago 2012.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Violência contra a mulher: um grave problema não solucionado**. In: Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. Org. Eva Alterman Blay. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

BONKOVOSKI, Amanda, et al. **Refletindo sobre as redes sociais digitais.** *Educação & Sociedade*, vol.35, n.126, Campinas, jan/mar 2014.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação.** *Cadernos Pagu*, n. 26, Janeiro-Junho/2006, pp. 329/376.

BRAIDOTTI, Rosi. **Diferença, diversidade e subjetividade nômade.** Tradução de Roberta Barbosa. Disponível em: <[http://www.academia.edu/6042161/Diferença\\_diversidade\\_e\\_subjetividade\\_nômade\\_-\\_Rosi\\_Braidotti](http://www.academia.edu/6042161/Diferença_diversidade_e_subjetividade_nômade_-_Rosi_Braidotti)>. Acesso em: 03 jun 2015.

\_\_\_\_\_. **Un ciberfeminismo diferente.** Disponível em: <<https://fr.scribd.com/document/116320441/Rosi-Braidotti-Un-ciberfeminismo-diferente>>. Acesso em: 11 jun 2017.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 out 1997.*

BRASIL. Lei nº 13.104/2015, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar 2015. Seção 1, p. 1.*

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: De Gutenberg à Internet.** Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero - Feminismo e subversão da identidade.** Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003.

CAGGIANO, Monica Herman. **Democracia x Constitucionalismo – Um navio à deriva?** Disponível em: [http://www.cepes.org.br/home/index.php?option=com\\_content&view=article&id=365:democracia-x-constitucionalismo-um-navio-a-deriva-&catid=41:monica&Itemid=65](http://www.cepes.org.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=365:democracia-x-constitucionalismo-um-navio-a-deriva-&catid=41:monica&Itemid=65). p. 3. Acesso em: 25 jun 2015.

CARAM, Bernardo; SOUZA, Nivaldo. **Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, diz Diap.** *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 06 out 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em: 26 jun 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

**Casos de assédio sexual em trens do metrô e CPTM dobram em quatro anos.** G1. São Paulo - SP, 17/03/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/casos-de-assedio-sexual-em-trens-do-metro-e-cptm-dobram-em-4-anos.html>>. Acesso em: 02 dez 2017.

CASTELLS, Manuel. **A era da intercomunicação**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=1915>>. Acesso em: 21 nov 2016.

\_\_\_\_\_. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Tradução : Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: <[http://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/#gs.\\_FdfIvE](http://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/#gs._FdfIvE)>. Acesso em: 29 jan 2017.

**CNJ Serviço: Você conhece a Lei do Feminicídio?** Conselho Nacional de Justiça. Brasília - DF, 14/03/2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81764-cnj-servico-voce-conhece-a-lei-do-feminicidio>>. Acesso em: 02 dez 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Brasília: Revista Sociedade e Estado, vol. 31, n. 1, jan/abril 2016.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Estudos feministas: Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril, 2013.

CREMADES, Javier. **Micropoder: a força do cidadão na era digital**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

DALE, Joana; LOBO, Thais; URBIM, Emiliano. **Tocados pelo #primeiroassedio, homens fazem meaculpa**. O globo. 08 nov 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/tocados-pelo-primeiroassedio-homens-fazem-meaculpa-17975262>>. Acesso em: 02 dez 2017.

DI FELICE, Massimo. **Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas**. MATRIZES, v. 7, n. 2. pp. 49-71; 2013b.

**Dia Internacional da Mulher: número de eleitoras e candidatas registra crescimento no país**. Tribunal Superior Eleitoral. Brasília - DF, 06/03/2015. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Marco/especial-dia-da-mulher-numero-de-eleitoras-e-candidatas-registra-crescimento-no-pais>>. Acesso em: 05 jan 2016.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e distanciamento**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.



**Em debate: O PL do estupro.** Politize ! Disponível em: <<http://www.politize.com.br/pl-do-estupro/>>. Acesso em: 20 nov 2017.

FARIA, Nalu. **Sexualidade e feminismo.** Disponível em: <<https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/nalu.pdf>>. Acesso em 31: jan 2017.

FERNANDES, Danubia de Andrade. **O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude.** Florianópolis: Revista Estudos Feministas, vol.24, n.3, set/dez 2016.

FOUCAULT, Michel. **Hermenéutica del sujeto.** Madrid: La piqueta, 1994.

GLASIUS, Marlies; PLEYERS, Geoffrey. **The global moment of 2011: Democracy, social justice and dignity.** Development and Change, 2013, n.44, pp 547- 567.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. **O conceito de movimentos sociais revisitado.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº 1 (2), jan/jul 2004. pp. 75-91.

GRACIANO, Douglas Alves; LOPES, Josiane de Cássia; MAGALHÃES, Eduardo; SERIDORIO, Daniele Ferreira; VICENTE, Guilherme Henrique. **Movimento feminista em rede: análise do blog e do Facebook “Lugar de Mulher”.** Pensamento Plural: Pelotas, Ano 9, n 17, jul/dez 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/5862/5161>>. Acesso em: 20 set 2017.

GUZZI, Drica. **Web e participação: A democracia no século XXI.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.

HARAWAY, Donna. **Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra.** Cadernos Pagu, nº 22, 2004. pp. 201-246.

\_\_\_\_\_. **Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX.** In: Antropologia do ciborgue – As vertigens do pós-humano. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HAWTHORNE, Susan; KLEIN, Renate. **Cyberfeminism: Connectivity, critique and creativity.** Melbourne: Spinifex Press, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas.** Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/Mulher\\_Mercado\\_Trabalho\\_Perg\\_Resp\\_2012.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf)>. Acesso em: 22 ago 2014.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais confirma as desigualdades da sociedade brasileira.** Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm>>.

Acesso em: 23 ago 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995 a 2015.** Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf)>. Acesso em: 05 nov 2017.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Representações das mulheres nas propagandas na TV.** Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/05/representacoes\\_das\\_mulheres\\_nas\\_propagandas\\_na\\_tv.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/05/representacoes_das_mulheres_nas_propagandas_na_tv.pdf)>. Acesso em: 25 ago 2014.

KAUR, Rupri. **Outros jeitos de usar a boca.** 1 ed. São Paulo: Planeta, 2017.

KEEN, Andrew. **Vertigem digital – Por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando.** Tradução: Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

KROLOKKE, Charlotte; SORENSEN, Anne Scott. **Gender communication: theories and analyses.** Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

KUNZRU, Hari. **"Você é um ciborgue" – Um encontro com Donna Haraway.** In: Antropologia do ciborgue – As vertigens do pós-humano. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

LACQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos Gregos a Freud.** Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LARCHER, Marcello. **CCJ aprova mudança no atendimento a vítimas de violência sexual.** Câmara dos Deputados. 21 out 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/498538-CCJ-APROVA-MUDANCA-NO-ATENDIMENTO-A-VITIMAS-DE-VIOLENCIA-SEXUAL.html>>. Acesso em: 31 jan 2017.

LEMOS, André; LEVY, Pierre. **O futuro da Internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária.** São Paulo: Paulus, 2010.

LEMOS, Renata; SANTAELLA, Lucia. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter.** São Paulo: Paulus, 2010.

MACHADO, Joicemegue Ribeiro; TIJIBOY, Ana Vilma. **Redes sociais virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa.** *Novas Tecnologias na Educação*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, maio 2005. Disponível em:

<[http://www.inf.ufes.br/~cvnascimento/artigos/a37\\_redessociaisvirtuais.pdf](http://www.inf.ufes.br/~cvnascimento/artigos/a37_redessociaisvirtuais.pdf)>. Acesso em: 10 fev 2017.

MACHADO, Jorge Alberto S. **Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais**. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, n. 18, jul/dez 2007. pp. 248-285.

MACIEL, Camila. **Campanha “Chega de Fiu Fiu” pede fim do assédio a mulheres**. Revista Exame. 07 dez 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/campanha-chega-de-fiu-fiu-pede-fim-do-assedio-a-mulheres>>. Acesso em: 02 dez 2017.

MAIA, Rousiley. **Redes cívicas e Internet: Efeitos democráticos do associativismo**. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/democraciadigital/maia2008.pdf>>. Acesso em: 02 dez 2017.

MANSO, Almudena García. **Cyborgs, mujeres y debates: el ciberfeminismo como teoría crítica**. Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales, n. 8, pp. 13-26, 2007.

**Marcha Mundial das Mulheres**. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>> Acesso em: 31 jan 2017.

MARCONDES, Mariana Mazzini, et al. **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **John Locke e o individualismo liberal**. In: Os clássicos da política. Org. Francisco C. Weffort. 13ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

MORAES, Dênis de. **O ativismo digital**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

MORENO, Tica. **O machismo abunda**. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/cultura/o-machismo-abunda?page=0,0>>. Acesso em: 25 ago 2014.

NATANSOHN, Graciela. **O que têm a ver as tecnologias digitais com o gênero?** In: Internet em código feminino: Teorias e práticas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013.

NUNES, Amanda. **A ditadura do corpo ideal e o preconceito velado**. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/03/a-ditadura-do-corpo-ideal-e-o-preconceito-velado/>>. Acesso em: 27 jan 2017.

ORTIZ, R. **Los cibermovimientos sociales. Un nuevo entorno comunicativo para la movilización en la era de Internet**. In L. Castellón & A. Guillier

(Coords.). *Comunicación, Redes y Poder*, n. 61, nov/dez 2010, Santiago: RIL Editores. pp. 305-330.

**Página do coletivo Não Me Kahlo no Facebook.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/NaoKahlo/?fref=ts>>. Acesso em: 03 mai 2016.

**Página da organização não governamental Think Olga no Facebook.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/thinkolga/?fref=ts>>. Acesso em: 03 mai 2016.

PELLEGRINI, Marcelo. **Ato de mulheres contra Cunha foca em racismo.** Carta Capital. 12 nov 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/ato-de-mulheres-contracunha-foca-em-racismo-6625.html>>. Acesso em: 31 jan 2017.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e cultura, v. 11, n. 2, p. 263/275, jul/dez 2008.

**Primavera feminista no Brasil.** El País. São Paulo, 12 nov 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533\\_406426.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html)>. Acesso em: 29 jun 2017.

**Projeto de lei nº 5.069/2013.** Câmara dos Deputados. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=506D242DCCEDDD497E7A453D443BC297.proposicoesWebExterno2?codteor=1061163&filename=PL+5069/2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=506D242DCCEDDD497E7A453D443BC297.proposicoesWebExterno2?codteor=1061163&filename=PL+5069/2013)>. Acesso em: 25 jun 2017.

QUEROL, Ricardo de. El País. **Zygmunt Bauman: “As redes sociais são uma armadilha”.** 09 jan 2016. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427\\_675885.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html)>. Acesso em: 20 fev 2016.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **“Que negra bonita!”.** Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/racismo\\_/que-negra-bonita-por-djamila-ribeiro/](http://agenciapatriciagalvao.org.br/racismo_/que-negra-bonita-por-djamila-ribeiro/)>. Acesso em: 29 jan 2017.

RIOS, José Riverson Araújo Cysne; RODRIGUES, Zilá Marília Torres. **O papel da página “Empodere Duas Mulheres” na expansão do movimento feminista nas redes sociais.** Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2981-1.pdf>>. Acesso em: 20 set 2017.

RODRIGUES, Laís Modelli; LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **Feminismo na Internet: O caso do coletivo Marcha das Vadias e sua página no Facebook.** Colloquium Humanarum, v. 11, n. especial, p. 367-375, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/135661>>. Acesso em: 20 set 2017.

ROSSI, Marina. **O dia em que relatos do primeiro assédio tomaram conta do Twitter**. El País. São Paulo, 23 out 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/22/politica/1445529917\\_555272.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/22/politica/1445529917_555272.html)>. Acesso em: 26 jun 2017.

SANTANA, Vagner Figuéredo de; et. al. **Redes sociais online: desafios e possibilidades para o contexto brasileiro**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO, 29., 2009, Bento Gonçalves. *Anais...* Bento Gonçalves: CSBC, 2009. pp. 339-353, p. 340. Disponível em: <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/semish/2009/013.pdf>>. Acesso em: 10 fev 2017.

SEN, Amartya. **Desigualdad de género: La misoginia como problema de salud pública**. Disponível em: <<http://www.letraslibres.com/revista/convivio/desigualdad-de-genero-la-misoginia-como-problema-de-salud-publica-0>>. Acesso em: 05 fev 2016.

\_\_\_\_\_. **Many faces of gender inequality**. Disponível em: <<http://web-beta.archive.org/web/20090518191210/http://www.globalpolicy.org//soecon/inequal/gender/2001/11sengender.pdf>>. Acesso em: 22 ago 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado**. vol.21, no.1. Brasília, jan./abr 2006.

Id. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo**. Revista USP, São Paulo, n. 86, pp. 28-39, jun/ago 2010.

**Site oficial do coletivo Não Me Kahlo**. Disponível em: <<http://www.naomekahlo.com/sobre>>. Acesso em: 02 dez 2017.

**Site oficial da organização não governamental Think Olga**. Disponível em: <<http://thinkolga.com/a-olga/>>. Acesso em: 03 mai 2016.

SWAIN, Tania N. **Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas “femininas”**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 3, 2001.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo (SP): Brasiliense, 2007.

UGARTE, David. **O poder das redes**. Porto Alegre: PUC-RS, 2008.

UNESCO. **Un solo mundo, voces multiples: Comunicación e información en nuestro tiempo**. p. 162. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066sb.pdf>>. Acesso em: 23 ago 2017.

URETA, Ainara Larrondo. **La red al servicio de las mujeres – Aproximación a la relación mujer y medios de comunicación en Internet**. Estudios sobre el mensaje periodístico, n. 11. pp. 375-392, 2005.

VANCE, Carole. **Pleasure and danger: exploring female sexuality**. Boston and London: Rout ledge & Kegan Paul, 1984.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Brasília: Flacso, 2015.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Tradução Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

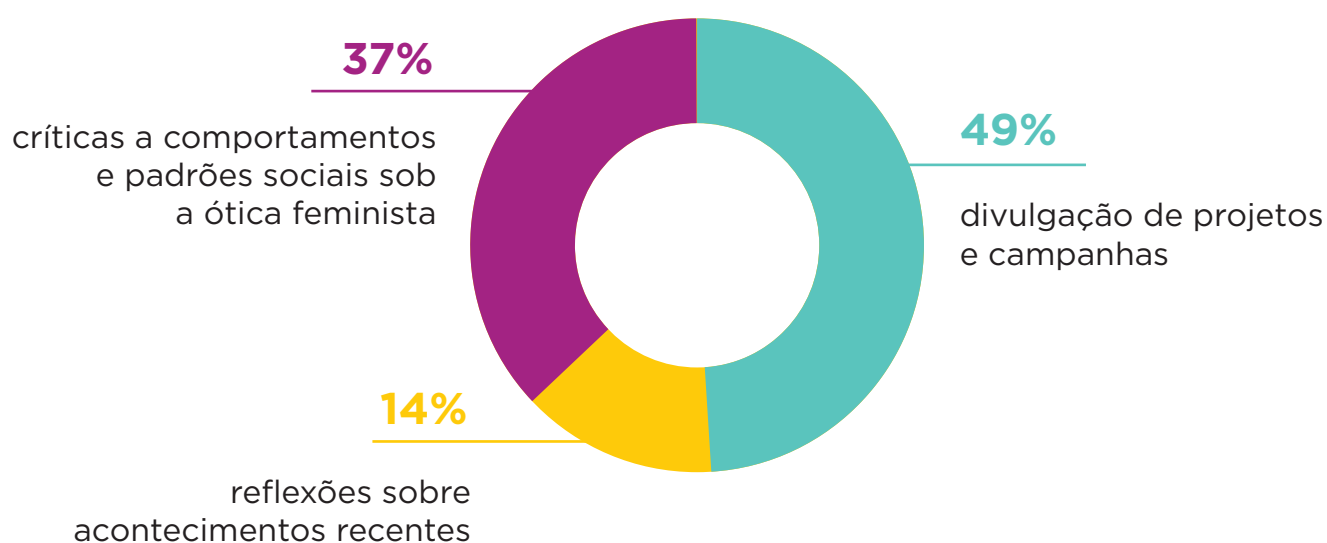
**Women in national parliaments**. Inter-Parliamentary Union. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

WRAY, Stefan. **Electronic Civil Disobedience and the World Wide Web of Hacktivism: A mapping of extraparliamentarian direct action net politics**, 1998. Disponível em: <<http://switch.sjsu.edu/web/v4n2/stefan>>. Acesso em: 08 fev 2017.

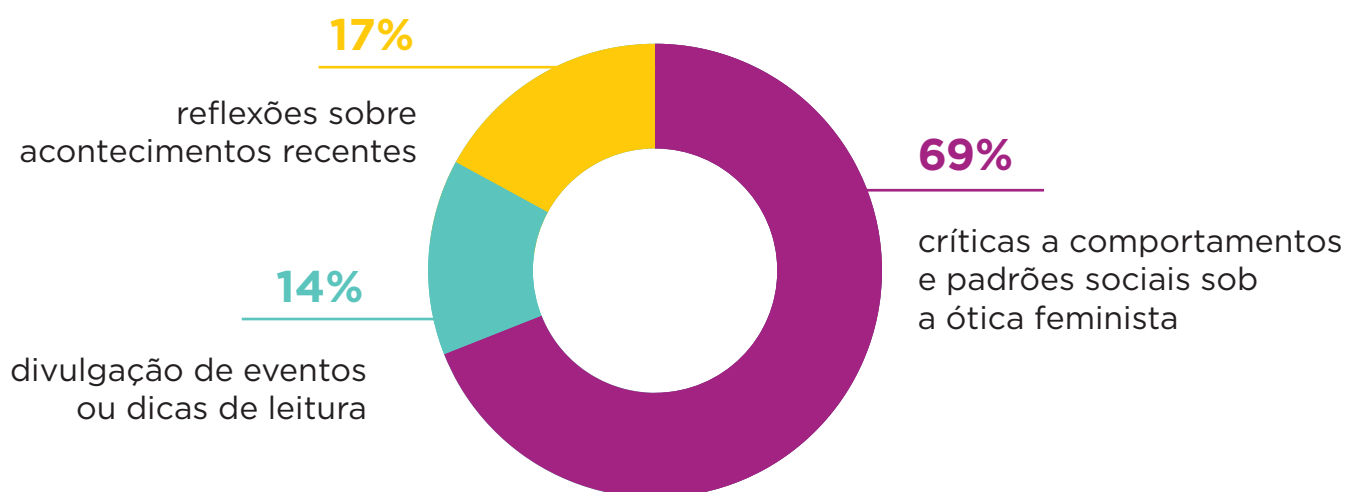
## ANEXO

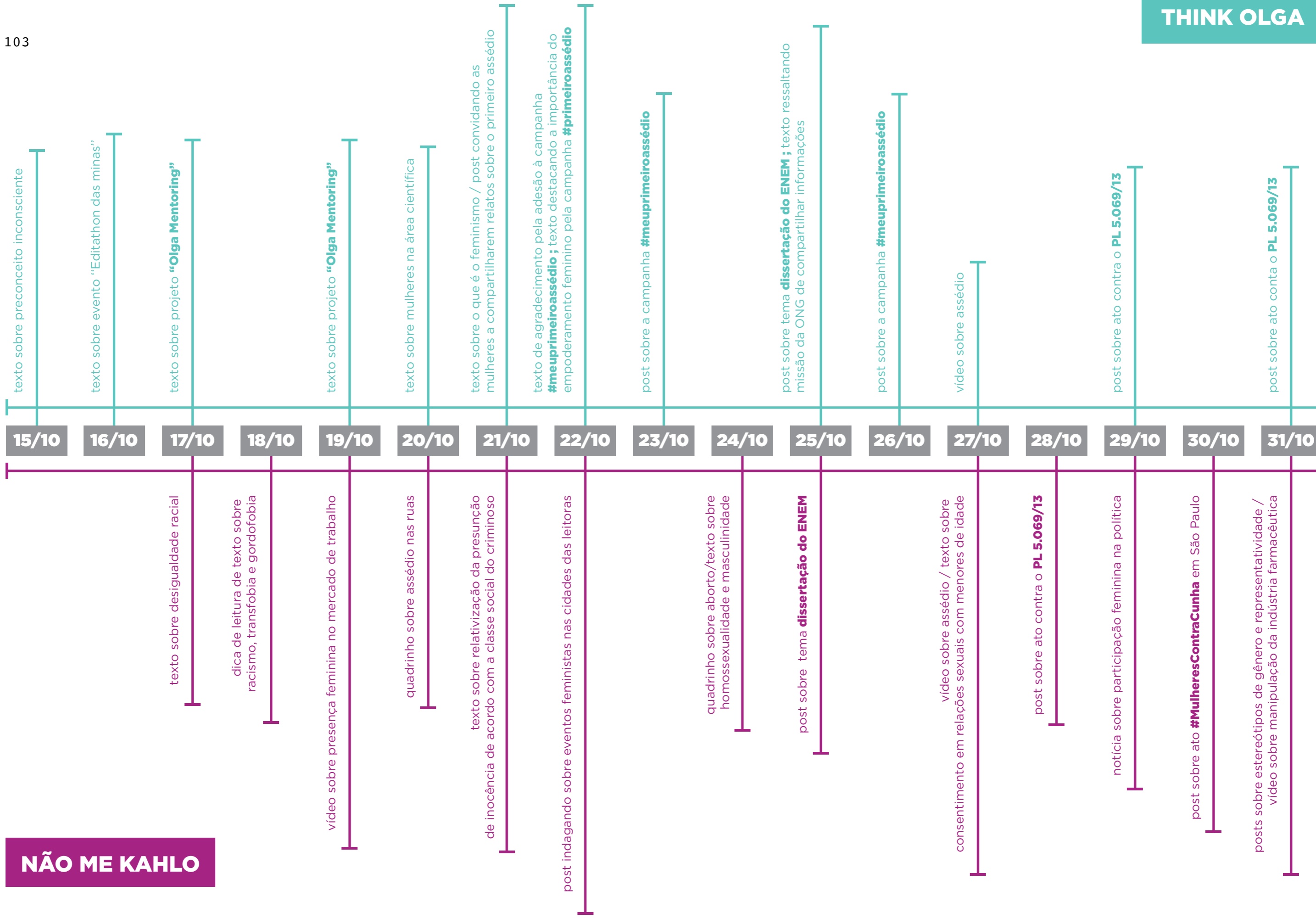
## DIVISÃO DE ACORDO COM O TEOR DAS PUBLICAÇÕES

## THINK OLGA

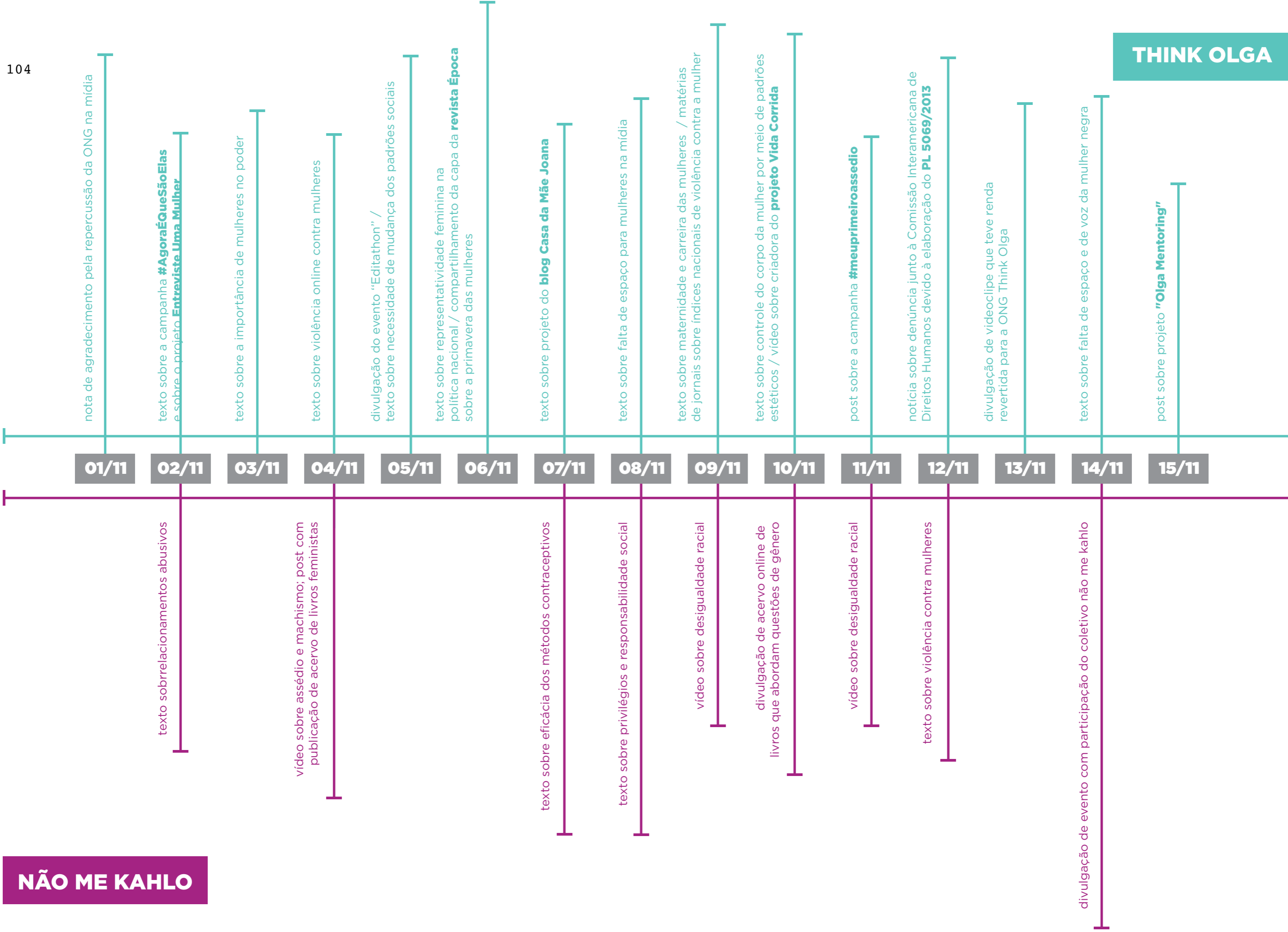


## NÃO ME KAHLO









texto sobrrrelacionamentos abusivos

vídeo sobre assédio e machismo; post com publicação de acervo de livros feministas

texto sobre eficácia dos métodos contraceptivos

texto sobre privilégios e responsabilidade social

vídeo sobre desigualdade racial

divulgação de acervo online de livros que abordam questões de gênero

vídeo sobre desigualdade racial

texto sobre violência contra mulheres

divulgação de evento com participação do coletivo não me kahlo